



CÂMARA DOS DEPUTADOS

S E M I N Á R I O
DEMOCRACIA
E SOBERANIA
POPULAR



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

BRASÍLIA - 2002

M E S A D A CÂMARA DOS DEPUTADOS

51ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa
2002

<i>Presidente:</i>	AÉCIO NEVES (PSDB-MG)
<i>Primeiro-Vice-Presidente:</i>	EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
<i>Segundo-Vice-Presidente:</i>	BARBOSA NETO (PMDB-GO)
<i>Primeiro-Secretário:</i>	SEVERINO CAVALCANTI (PPB-PE)
<i>Segundo-Secretário:</i>	NILTON CAPIXABA (PTB-RO)
<i>Terceiro-Secretário:</i>	PAULO ROCHA (PT-PA)
<i>Quarto-Secretário:</i>	CIRO NOGUEIRA (PFL-PI)

Suplentes de Secretário

<i>Primeiro-Suplente:</i>	PEDRO VALADARES (PSB-SE)
<i>Segundo-Suplente:</i>	SALATIEL CARVALHO (PMDB-PE)
<i>Terceiro-Suplente:</i>	ENIO BACCI (PDT-RS)
<i>Quarto-Suplente:</i>	WILSON SANTOS (PMDB-MT)

<i>Diretor-Geral:</i>	Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
<i>Secretário-Geral da Mesa:</i>	Mozart Vianna de Paiva



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**SEMINÁRIO
DEMOCRACIA E SOBERANIA POPULAR**

*Anais do seminário realizado no Espaço Cultural da
Câmara dos Deputados pela Comissão de Legislação
Participativa, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2001*

**Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
BRASÍLIA – 2002**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA LEGISLATIVA
Diretor: *Afrísio Vieira Lima Filho*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
Diretora: *Suelena Pinto Bandeira*

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: *Nelda Mendonça Raulino*

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
Diretor: *Sílvio Avelino da Silva*

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação – CEDI
Coordenação de Publicações – CODEP
Anexo II, Térreo
Praça dos Três Poderes
CEP 70160-900 – Brasília (DF)
Telefone: (61) 318-6865; Fax: (61) 318-2190
E-mail: publicacoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE
Ação parlamentar
n. 179

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação

Seminário Democracia e Soberania Popular (2001 : Brasília).
Seminário democracia e soberania popular. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
118 p. : il. – (Série ação parlamentar ; n. 179)

Seminário realizado na Câmara dos Deputados pela Comissão de Legislação Participativa, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2001.
ISBN 85-7365-197-0

1. Democracia. 2. Povo, participação política. I. Título. II. Série.

CDU 321.7(061.3)

ISBN 85-7365-197-0

SUMÁRIO

	Pág
Membros da Comissão de Legislação Participativa – CLP.....	5
Quadro Técnico da Comissão de Legislação Participativa.....	7
Apresentação.....	9
Solenidade de Abertura.....	11
Conferência: “Democracia, Cidadania e Participação”.....	13
Mesa de Debate “Democracia Representativa e Democracia Direta: a Experiência Brasileira”.....	43
Mesa de Debate “Mecanismos de Participação Popular Direta na Constituição Federal de 1988 – Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário” ...	63
Mesa de Debate “A Comissão de Legislação Participativa – um Mecanismo de Democracia Direta no Parlamento”.....	77
Anexos.....	99
Lista de Participantes.....	111
Siglário.....	117

MEMBROS DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CLP

PRESIDENTE: LUIZA ERUNDINA (PSB)

PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE: RICARDO FERRAÇO (PPS)

SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE: NEY LOPES (PFL)

TERCEIRO-VICE-PRESIDENTE: EDMAR MOREIRA (PPB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco PSDB, PTB	
ANTÔNIO JORGE – TO	EDIR OLIVEIRA – RS
BONIFÁCIO DE ANDRADA – MG	LUIZ RIBEIRO – RJ
FEU ROSA – ES	OSMÂNIO PEREIRA – MG
JOÃO CASTELO – MA	SEBASTIÃO MADEIRA – MA
LÍDIA QUINAN – GO	SÉRGIO REIS – SE
MÁRCIO MATOS – PR	YEDA CRUSIUS – RS
VICENTE ARRUDA – CE	
ZULAIÊ COBRA – SP	
Bloco PFL, PST	
COSTA FERREIRA – MA	CELCITA PINHEIRO – MT
JAIME MARTINS – MG	GERSON GABRIELLI – BA
JOSÉ THOMAZ NONO – AL	GERVÁSIO SILVA – SC
NEY LOPES – RN	ILDEFONÇO CORDEIRO (PSDB) – AC
PEDRO BITTENCOURT – SC	PAULO DE ALMEIDA – RJ
RODRIGO MAIA – RJ	ZEZÉ PERRELLA – MG
PMDB	
ARMANDO MONTEIRO – PE	ANIBAL GOMES – CE
BENITO GAMA – BA	JORGE PINHEIRO – DF
GASTÃO VIEIRA – MA	JURANDIL JUAREZ – AP
JOÃO COLAÇO (PSDB) – PE	LAÍRE ROSADO – RN
JOÃO MAGALHÃES – MG	TETÉ BEZERRA – MT
SILAS BRASILEIRO – MG	
PT	
AVENZOAR ARRUDA – PB	FERNANDO FERRO – PE
JOÃO PAULO – SP	GERALDO MAGELA – DF
PROFESSOR LUIZINHO – SP	MARIA DO CARMO LARA – MG
PPB	
EDMAR MOREIRA – MG	ANTÔNIO JOAQUIM ARAÚJO – MA
PASTOR AMARILDO – TO ¹	MARCUS VICENTE – ES
PAULO LESSA – RJ	

¹ Deputado licenciado.

Bloco PSB, PCdoB

AGNELO QUEIROZ (PCdoB) – DF

HAROLDO LIMA (PCdoB) – BA

LUIZA ERUNDINA – SP

SÉRGIO NOVAIS – CE

Bloco PDT, PPS

POMPEO DE MATTOS – RS

FERNANDO CORUJA – SC

RICARDO FERRAÇO – ES

REGIS CAVALCANTE – AL

Bloco P'L, PSL

LINCOLN PORTELA – MG

EUJÁCIO SIMÕES – BA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

QUADRO TÉCNICO

SECRETÁRIA

Claudia Braga Tomelin de Almeida

CHEFE DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

Mirna de Castela Carvalho Pessoa

ASSISTENTES DE COMISSÃO

Cristiane Yuriko Miki

Luiz Cláudio Alves dos Santos

Marúcia Ferreira Lima

ENCARREGADOS DE SETOR

André Corrêa de Sá Carneiro

Antonio Caetano da Rocha

Elizabeth Paes dos Santos

Maria de Fátima Vieira Ornelas

AUXILIAR DE COMISSÃO

Marcos Palhares Couto

AJUDANTE B

Juvenal Ataíde

ASSESSORES TÉCNICOS

Michael Gerald Gorman

Fernando Couto de Almeida

Paulo Hummel Júnior

Maria Aparecida Péres de Almeida

Maria Goretti Alves de Sousa

APRESENTAÇÃO

Caro Leitor,

Com a presente publicação, estamos oferecendo ao público uma versão reduzida dos anais do Seminário que esta Comissão realizou nos dias 5 e 6 de dezembro último, com o apoio do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, em Brasília.

Na oportunidade, reunimos filósofos, cientistas sociais e políticos, no auditório Zumbi dos Palmares da Câmara dos Deputados, para discutir com o público questões atuais da democracia e da soberania popular. Os debates se desenvolveram a partir de uma conferência de abertura, seguida de quatro Mesas, cada qual composta por três palestrantes. Encerradas as exposições, a palavra era franqueada aos participantes.

Os que conhecem o auditório sabem tratar-se de um espaço pequeno, com pouco mais de uma centena de lugares. Entendíamos que, para uma primeira convocação da sociedade pela recém-criada Comissão Permanente de Legislação Participativa, nossas expectativas deveriam restringir-se a um público reduzido.

Interessáva-nos, em especial, lançar perguntas, recolher reflexões sobre a democracia participativa, e de certa forma... sonhar... as perspectivas desta Comissão constituída no seio do Congresso Nacional para servir à sociedade brasileira. Cerca de duzentos inscritos participaram do evento, surpreendendo-nos o interesse em prolongados debates, que se sucederam em clima de descontração e cordialidade.

Iniciamos – com a conferência do Professor Cortella – pela abordagem dos aspectos culturais e ideológicos relacionados à apatia social e à esperança, num esforço de reflexão sobre o exercício da cidadania no Brasil.

Seguiram-se considerações filosóficas, jurídicas, e políticas introduzidas pelos demais palestrantes, propiciando a análise de questões ora mais abstratas, ora mais concretas, relativas a diferentes aspectos da democracia.

Desde o conceito de “cidadania” – com suas raízes gregas, passando pela diferenciação entre democracia direta, participativa e representativa, até experiências de implementação do chamado “orçamento participativo” – uma vasta gama de temas relevantes e atuais foi percorrida.

A rigor, gostaríamos de publicar a íntegra das discussões, que – sem exceção – foram extremamente ricas e proveitosas. O trabalho de revisão e ordenamento das notas taquigráficas das falas, entretanto, inviabilizaria a remessa do material em tempo hábil à gráfica², que, neste período do ano, trabalha sob forte agenda.

Assim, optamos por publicar a íntegra das exposições dos conferencistas, deixando o material dos debates para outra oportunidade. Pretendemos que em breve os anais completos do Seminário estejam disponíveis no *site* da Comissão na Internet.

Por fim, fazemos votos de que presente edição ofereça ao público leitor novos elementos de reflexão sobre os assuntos abordados. Neste caso, estaremos não somente divulgando esta Comissão de Legislação Participativa, como, sobretudo, colaborando para a construção da democracia, em busca da soberania popular.

Deputada Luiza Erundina de Sousa
Presidente da Comissão

² Trata-se do CEGRAF, responsável pela publicação de todos os trabalhos do Congresso Nacional.

SOLENIIDADE DE ABERTURA

SEMINÁRIO
DEMOCRACIA E SOBERANIA POPULAR



Da esquerda para a direita: Deputada Lúcia Quinan, Deputada Luiza Erundina (Presidente da Comissão de Legislação Participativa), Deputado José Antônio Almeida, Senhora Salma Tannus Muchail e Senhor Mário Sérgio Cortella

CONFERÊNCIA

“DEMOCRACIA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO”



Da esquerda para a direita: Senhor Mário Sérgio Cortella e Deputada Luiza Erundina

TRANSCRIÇÃO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS

A SRA. APRESENTADORA (Mônica Cardoso) – Senhoras e senhores, bom dia.

Estamos iniciando a cerimônia de abertura do Seminário “Democracia e Soberania Popular”, evento promovido pela Comissão de Legislação Participativa, com o apoio do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa de honra a Exma. Sra. Deputada Luiza Erundina, Presidente da Comissão de Legislação Participativa; a Exma. Sra. Deputada Lídia Quinan; o Exmo. Sr. Deputado José Antônio Almeida; o Dr. Mário Sérgio Cortella, Professor da PUC de São Paulo, e a Dra. Salma Tannus Muchail, Professora de Filosofia da PUC de São Paulo.

A Comissão Permanente de Legislação Participativa, criada pela Resolução nº 21, de 2001, instalada no dia 8 de agosto de 2001, é um instrumento inovador das relações entre parlamento e sociedade, uma vez que possibilita a associações, sindicatos, ONGs e demais entidades da sociedade civil sugerirem, entre outros, projetos de lei. Logo, um dos principais objetivos deste seminário é examinar esse extraordinário dispositivo democrático em favor da cidadania, facilitando a intervenção da sociedade no espaço legislativo e, mais especificamente, viabilizando sua participação no processo de elaboração das leis.

Neste momento, tem a palavra a Exma. Sra. Deputada Luiza Erundina, Presidente da Comissão Permanente de Legislação Participativa, que, a partir deste momento, coordenará os trabalhos deste seminário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) – Bom dia a todos. Saúdo a Mesa; o nosso conferencista, Prof. Mário Sérgio Cortella; a nossa convidada, Sra. Salma Tannus, professora da PUC, de São Paulo; os nossos colegas parlamentares, a Deputada Lídia Quinan e o Deputado José Antônio Almeida, do Partido Socialista Brasileiro e as entidades aqui representadas. Sobretudo, quero agradecer ao Prof. Mário Sérgio Cortella por atender ao convite desta

Comissão, que pretende ser um mecanismo de democracia direta, de participação da sociedade civil nas atividades do Poder Legislativo.

Esta Comissão vem concretizar, materializar uma conquista da Constituição de 1988 que, no seu art. 1º, parágrafo único, prevê que o poder deve ser exercido em nome do povo, seja através de representantes eleitos diretamente, seja através da participação direta, por meio de mecanismos que se criem com essa finalidade. Neste sentido, estamos, com este primeiro seminário, propondo à sociedade organizada uma reflexão e compreensão mais aprofundadas do que se pretende com esse mecanismo e o que ele representa, ou poderá representar para a consolidação da democracia em nosso País. Com pouco menos de quatro meses de funcionamento, nossa Comissão está demonstrando que veio para, de fato, consolidar e assegurar o direito de cidadania política.

Já foram recebidas pela Comissão dezessete sugestões legislativas e uma delas já foi aprovada e entregue à Mesa para ser distribuída às comissões permanentes, de mérito, que têm relação com o tema objeto dessa sugestão. Ontem mesmo, o Presidente Aécio Neves convocou uma reunião dos presidentes das comissões permanentes para solicitar atenção especial destas em relação às matérias que lhes chegarem através da Comissão de Legislação Participativa. Porém, entendemos que essa Comissão, que representa um espaço da sociedade civil, somente será eficaz e terá efetividade se, de fato, for “apropriado” pela sociedade civil organizada.

Portanto, é um enorme prazer dar início a este primeiro seminário. Quero, mais uma vez, agradecer aos nossos conferencistas, que acolheram pronta e generosamente o nosso convite, e às entidades, associações e movimentos da sociedade civil que comparecerem a este seminário. Elas têm mantido um vínculo permanente e bastante construtivo com esta Comissão.

A Câmara dos Deputados e, particularmente, a Comissão de Legislação Participativa sente-se profundamente grata pela presença de todos e pela receptividade que esta proposta vem recebendo por parte das entidades e autoridades especialistas no tema.

Daremos início à conferência do Dr. Mário Sérgio Cortella, com quem tenho uma relação não só profissional, mas sobretudo política e, mais que isso, pessoal. Ele foi um dos meus auxiliares na

Prefeitura Municipal de São Paulo, quando do governo do Partido dos Trabalhadores naquele período e dirigiu, depois de Paulo Freire, os últimos anos do nosso governo na área de educação. Portanto, é um especialista e altamente reconhecido no mundo acadêmico, particularmente naquele que cuida da educação e cultura em nosso País. Assim, este seminário começa muito bem tendo, na pessoa do Prof. Mário Sérgio Cortella, o primeiro conferencista, que fará a abertura dos trabalhos desenvolvendo o tema “Democracia, Cidadania e Participação”.

Após a sua fala, abriremos o debate com o Plenário, informando que os trabalhos estão sendo gravados para que, após o seminário, possamos produzir um documento contendo as contribuições, os debates e o resultado desse esforço de reflexão que representará, sem dúvida nenhuma, este seminário.

Sem mais delongas, passamos a palavra ao nobre colega, companheiro, amigo e futuramente deputado, Prof. Mário Sérgio Cortella.

O SR. MÁRIO SÉRGIO CORTELLA – Minha saudação a todos os presentes. É uma satisfação imensa participar, nesta Casa, de uma das situações mais importantes para o nosso cotidiano político, especialmente para a proteção da dignidade e da cidadania na nossa Nação. Fico especialmente agradecido com o convite feito pela Deputada Luiza Erundina, a quem ainda chamo de prefeita, tal como ela, eventualmente, me chama de Secretário, em função, claro, do nosso tempo de convívio e especialmente pelo fato de que, presidindo ela uma Comissão de Legislação Participativa, isso carrega uma sinceridade imensa em relação a essa perspectiva. Eventualmente, no mundo das ações, comissões pelo mundo afora, seja no campo da política partidária, seja no campo acadêmico, algumas vezes são presididas por pessoas que não necessariamente têm vínculo com aquela área. Às vezes, existe até uma carga de tarefa dentro daquilo. No entanto, considero, pela minha experiência do dia-a-dia, a presença da Deputada Luiza Erundina e dos Deputados José Antônio Almeida e Lídia Quinan, a quem não conhecia pessoalmente, como uma situação de impacto em relação à defesa de algo central dentro da nossa vida cotidiana.

Minha fala terá um tempo inicial de aproximadamente sessenta

minutos, para depois abirmos um diálogo em torno de alguns desses temas.

Desejo iniciar pela seguinte reflexão. Precisamos afastar do nosso horizonte imediato um mito muito forte que existe quando se fala em cidadania no Brasil. Uma das palavras que mais se usa no nosso dia-a-dia é a idéia de que precisamos resgatar a cidadania no Brasil. Hoje, usa-se com muita facilidade o termo “resgate da cidadania”, que carrega consigo um equívoco muito grande à medida que a palavra “resgate” pressupõe que já existiu algo que se vai buscar de volta. A noção de resgate é a idéia de que algo se perdeu e vai-se em busca dele novamente, para trazê-lo à tona. Para nós, a palavra mais adequada — e esta Comissão tem papel-chave nesta questão — não é “resgate”, mas “construção” da cidadania. Essa confusão inicial, que quero trabalhar, é exatamente porque indica uma das direções do projeto que se deve ter dentro de uma sociedade.

Todas as vezes em que se fala em resgate da cidadania, cai-se numa armadilha muito grande, que é supor-se que é no passado que está a explicação e a resposta em relação ao que temos, quando o passado é apenas uma sólida, ou não, base para indicar o que faremos. A tarefa central e prioritária na nossa Nação é a construção da cidadania. E essa tarefa deve e pode se dar em vários níveis, seja na sociedade civil, seja na sociedade política. No aparelho de Estado ou no Legislativo, teremos a possibilidade de colaborar imensamente na construção da cidadania.

O segundo momento que queria trabalhar — e vou juntar esses termos inicialmente para depois poder trabalhá-los separadamente — é um segundo mito. O primeiro é a confusão entre resgate e construção. O segundo, que confunde mais ainda, é uma confusão de termos entre a noção de política e cidadania, como se fossem termos opostos. Cada vez mais, isso vem até se tornando moda. As pessoas dizem: “A minha objetividade, a minha tarefa, a minha meta é a cidadania.” A política vem sendo tirada do circuito. Podemos observar governos e até partidos dizendo: “É necessário que cuidemos da cidadania e não necessariamente da política.” E aí há um deslize de natureza etimológica.

A Profa. Salma Tannus Muchail, aqui presente, foi minha professora na Universidade, na graduação e na pós-graduação, e me

ensinou algumas coisas em grego. Uma delas é que “cidadania” e “política” são duas palavras que significam a mesma coisa, porém uma em latim e outra em grego. A palavra “política” tem base na noção de cidade, no sentido de sociedade, em grego. Enquanto que cidadania é de cidade também, em latim. Portanto, é interessante algumas pessoas colocarem cidadania como algo elevado e política como algo menor. Várias vezes observamos que até em documentos, seja de natureza oficial ou não, alguns argumentam que pretendem ter ação de cidadania sem caráter político, o que é absolutamente impossível.

De fato, não dá para se colocar a política como sendo um nível menos nobre, nessas falas, do que a cidadania, pelo óbvio que apontei agora, pois significam a mesma coisa. É impossível falar de cidadania sem falar de política, exatamente porque têm a mesma intenção, que é o bem comum ou aquilo que seria a finalidade da política no mundo grego. Também estudei Aristóteles com a Profa. Salma. Uma das coisas que Aristóteles dizia, no século IV a.C. é que a finalidade da política é — olhem que palavra interessante — a felicidade. Se falamos isso nos tempos atuais, parece estranho, mas ele diz que a finalidade da política é *eudaimonia*, que, em grego, pode ser traduzido por felicidade. Claro que dá um belíssimo trocadilho em português — em outros idiomas, não necessariamente — que é feliz cidade, ou seja, feliz sociedade. A própria junção disso tem uma presença que não podemos desconsiderar no nosso horizonte.

O primeiro mito, então, é achar que temos de resgatar a cidadania, quando — isto sim — precisamos construí-la. O segundo deles é opor, como instâncias diversas, a política e a cidadania, quando na prática estas se identificam.

O que muitos fazem — e os senhores sabem que não deve ser feito — é confundir política com partido. Política partidária é uma das maneiras de se fazer política; não é a única, não é exclusiva e não é sempre a adequada em todos os níveis. Mas a política, de maneira geral, é qualquer tipo de ação que se tenha dentro da sociedade.

Especialmente na área de educação, tenho visto muito as pessoas escreverem até nos seus objetivos de trabalho que a tarefa da escola ou da educação é a construção ou resgate da cidadania. Quando perguntamos: “E a política?” Respondem: “Não, em política não nos

metemos.” E já se meteu, inclusive porque numa sociedade de diferenças, como a nossa, ainda, mas não para sempre, quando se assume uma posição de neutralidade, evidentemente que se fica ao lado do hegemônico, do vencedor. Nesse sentido, queira ou não, a atuação é sempre política.

O Paulo Freire, citado pela Deputada Luiza Erundina, sempre dizia que temos uma ação política todas as vezes em que se faz educação e, portanto, o que se tem de falar é: projeto político-pedagógico. Em que sentido de política? Como dizia, não necessariamente partidária. Partido é uma opção individual das pessoas, como cidadãos, ou dos grupos organizados. Porém, a ação política é sempre feita.

Há um terceiro mito, que é pior e é o que se tem no dia-a-dia, é o falecimento da esperança. Este é o mais impactante do nosso cotidiano. Todas as vezes em que se fala e se propõe uma comissão de legislação participativa, é provável que num outro local sempre haja pessoas da nossa sociedade, ou, às vezes, até no próprio Parlamento, que imaginam que isso não funcionará, não terá eficácia ou, mais do que isso, não é necessário. Hoje, há na nossa realidade e no nosso País, uma massa imensa de desesperança que acredita que “as coisas são como são; o que posso fazer?” Que temos a realidade tal como está e que não há outra alternativa. O falecimento da esperança é perigosíssimo. Aliás, se viesse aqui hoje e decidisse, junto com alguns parlamentares, fundar um outro partido, uma igreja ou uma escola — não estou propondo isso, evidentemente — e colocar como lemas “liberdade, igualdade e solidariedade”, ou, se eu quisesse melhorar, para pegar mais forte, “liberdade, igualdade e fraternidade”, é provável que as pessoas, de uma certa forma, ririam e diriam: “Mas é uma coisa tão antiga. Não há mais lugar para isso. Essa conversa de liberdade, igualdade e fraternidade é uma coisa muito antiga e, no mundo de hoje, não há mais lugar.”

O falecimento da esperança é tão grande que, de vez em quando, tomamos alguns sustos. Por exemplo: tomamos susto agora com os atentados nos Estados Unidos, em setembro de 2001. Sabem qual foi o maior susto que tomamos? A tão falada globalização é apenas e exclusivamente de natureza econômica e não cultural. Então, de repente, percebemos que não conhecemos outras culturas e outros

povos. O que conhecemos é outro mercado. Conhecemos o mercado árabe, o mercado da Indonésia ou de Singapura. Mas como é o povo que vive lá? O que ele faz? O que pensa? Em outras palavras, como é o outro humano? Qual é a capacidade dele? Qual é a perspectiva dele? Isso nos coloca, entre outras noções, a idéia de que algumas pessoas se acham, e por isso se assustam, absolutamente — a palavra é apropriada — desorientadas.

Fazendo um parêntese, como sou filósofo, de vez em quando fazemos umas “viagens”. A nossa sociedade nasceu no oriente. O mundo ocidental, na prática, com os seus valores, nasceu no mundo oriental há alguns milhares de ano. Em filosofia, e a Profa. Salma sabe disso, brincamos que o Ocidente é um acidente, de uma certa forma. Ora, o Ocidente nasce com a sua base lá no Oriente. Quando o Oriente era o centro do mundo, a expressão que se usava para falar quando uma pessoa estava no caminho certo era “orientado e desorientado”. Quando, de quinhentos anos para cá, o poder no planeta passou para a Europa, para o Norte, passou-se a usar a expressão “nordestado e desnordestado”. Agora, desde os atentados, estamos desorientados. Essa desorientação vem do fato de que não conhecemos aquela outra realidade. O máximo que conhecemos de algumas relações é de ouvir falar. Quantas pessoas nunca tinham ouvido falar daquele povo, que hoje está vivendo um confronto direto? Não tinham ouvido falar das suas cidades, não sabiam como aquele povo vivia. Falo isso porque, quando se pensa em cidadania, é evidente que o nosso objetivo não é imaginar a democracia, a cidadania e a participação exclusivamente na nossa Nação. Claro que é aqui também, mas é pensar na processão da vida e da dignidade coletivas no âmbito da nossa capacidade humana, da humanidade.

E aí volto à idéia. Já imaginaram se entro aqui e digo: “liberdade, igualdade e fraternidade.” Talvez vocês pensem em duas coisas. A primeira é que estou atrasado; fiquei duzentos anos ultrapassado. A segunda, e talvez a mais perigosa, é imaginar que eu seja cínico e que estou usando um discurso cínico. E poderiam dizer que hoje ninguém mais acredita nessa história. Na idéia de democracia ainda se acredita, mas falar em fraternidade, em soberania e em participação popular, algumas pessoas acham que não é possível.

O terceiro desses mitos fortes a ser enfrentado é exatamente o

falecimento da esperança. Há um perigo muito grande no nosso cotidiano, que é ser atropelado pelo óbvio; que é ser vítima do óbvio; ser refém do óbvio. O óbvio é aquele que olha as coisas e pensa que as coisas não podem ser diferentes do que são; que as coisas são assim e nada pode ser feito. Isso vale quando se pensa em democracia, em cidadania e economia. Quantas pessoas dizem: “O que podemos fazer?”

Moro na cidade de São Paulo há trinta e poucos anos. Embora seja paranaense, de Londrina, estou em São Paulo há trinta e poucos anos. Em São Paulo, temos uma imensa parcela de pessoas que se habitua com a noção de que a insegurança faz parte da vida. Não, não faz parte da vida; a insegurança faz parte da morte! Que a fome faz parte da vida. Não faz. A fome faz parte da morte! Que o desemprego faz parte da vida. Não, ele não faz parte da vida; ele faz parte da destruição da capacidade de vida.

Quando me mudei para São Paulo – acho que a prefeita já tinha suas atividades como professora, inclusive da PUC de São Paulo, na área de serviço social —, era quase um adulto e lia nos jornais: “Chacina em Carapicuíba: três mortos”. Carapicuíba na época era distante. Ficava espantadíssimo. Era manchete de primeira página. Dois ou três anos depois, aparecia assim: “Chacina em Osasco: cinco mortos”. Era manchete de meia página. Hoje, se forem menos de dez mortos, você nem olha a notícia; nem lê, porque não tem mais importância. Aliás, mais do que isso. Não só não lê como, no jornal, fica deste tamanho, porque não tem tanta importância; faz parte da vida. Assim como, de repente, se começa a dizer que o desemprego faz parte da vida. E é claro que não faz.

Há muitos presentes que são mais jovens que eu. Vou contar algo que talvez os mais jovens não imaginam. No nosso País, há trinta anos, se você não trabalhasse, você poderia ser preso. Aliás, quem é da área de Direito sabe bem que era contravenção penal. Pela lei, era considerado vadiagem. Se você estivesse andando nesta cidade, que estava nascendo — há trinta anos estava com seus dez ou onze anos —, se fosse parado na Rodoviária por um policial, por um agente público, e ele pedisse sua carteira de trabalho, se você não a tivesse você podia ser detido por vadiagem. Aliás, se na família houvesse um ou outro que não trabalhasse, qual o nome se dava a essa pessoa?

“Vagabundo”. Era esse o nome que se dava. Quando alguém parava você na rua para pedir ajuda, você dizia: “Mas uma mulher tão forte como esta, por que não vai trabalhar?” E hoje? O que aconteceu nos últimos trinta anos? Aconteceu que uma coisa que era considerada vadiagem — e, portanto, se tinha a idéia do emprego como uma possibilidade conjunta — hoje não existe mais, acostumamo-nos ao desemprego. Faz parte da vida! Aliás, uma parte das pessoas até diriam: “Aqui é assim. O que posso fazer?”

Outra coisa sobre o falecimento da esperança são as relações humanas. Falo especialmente aos que têm menos idade que eu. Há trinta anos, seja qual fosse a cidade do nosso País, ao sair às 23 horas da igreja, da escola ou da casa de uma amiga e ir para casa andando, sozinho, sabem o que se sentia quando se ouviam passos? Alegria. “Agora vou ter companhia. Ainda bem que há outra pessoa.” Hoje, ao se sair às 23 horas da escola, do trabalho ou da igreja, sabe o que se sente ao ouvir outros passos? “Meus Deus, outro humano! Que perigo!” Sabe o que temíamos, do que tínhamos medo, há trinta anos? E não estou falando como nostalgia, mas de valores que se perderam. Sabe do que tínhamos medo? De defuntos. Tanto que quando passávamos ao lado do cemitério, tínhamos medo. Tanto que, se pudesse, você grudava em outro. Hoje, não. O que se teme menos é o defunto. Ao contrário, nós nos habituamos. A morte passou a fazer parte do nosso cotidiano. E aí habitua-se com o desemprego, com a chacina, com a perda da capacidade e da dignidade.

É por isso que volto ao ponto de partida. Se chego hoje aqui e digo “liberdade, igualdade e fraternidade”, a reflexão mais forte que se poderia ter seria a seguinte: “Este professor é cínico.” Ninguém acredita mais nessas coisas, você diria. Para quê? Imagine, falar em soberania! Falar em democracia! Alguns imaginam que democracia é só a possibilidade de voto e até caracterizam o próximo ano como especialmente democrático. É sim. É democrático do ponto de vista do voto; mas a democracia se coloca de outras maneiras no nosso cotidiano e precisa ser feita. A democracia passa especialmente pela capacidade de gerar qualidade social.

Aí vem o quarto mito. Quando falam da vida em um país, algumas pessoas cada vez mais mencionam a noção de qualidade. E até usam alguns conceitos que vêm do mundo empresarial: qualidade

total. Não podemos nos esquecer de que no que se refere a cidadania, a noção não é de qualidade total, mas de qualidade social. Aliás, e é fundamental, se não há quantidade total, não há qualidade. Numa democracia, a ausência da quantidade total atendida não é sinal de qualidade. Ao contrário, numa democracia, se não houver quantidade total, não há qualidade.

Vou dar um exemplo concreto. Na cidade de São Paulo, onde moro, argumenta-se que se come muito bem. É verdade. São Paulo é uma cidade onde se come muito bem. Quem come? Quem come o quê? Qualidade sem quantidade não é qualidade; é privilégio. E há uma diferença entre qualidade social e privilégio. A democracia e a cidadania estão diretamente vinculadas à inexistência de privilégios. Neste sentido, na minha área, a educação, *stricto sensu*, algumas pessoas dizem o seguinte: “A escola pública do passado é que era boa.” É verdade. Era boa para quem? Para quem a frequentava. Portanto, era um privilégio. E pode se perguntar, como?

Vamos pegar uma data como base para entendermos algumas coisas do nosso cotidiano. Na demografia do Brasil, em 1964, 30% da nossa população vivia nas cidades e 70% no campo ou nas cidades menores. O que isso significa? Que em 1964, apenas 30% dos brasileiros e brasileiras viviam nas grandes concentrações urbanas. Portanto, o que demandavam? Serviços de educação, de saúde, de habitação. A massa da população vivia na área rural ou em cidades pequenas, portanto não tinha acesso aos serviços de educação e de saúde, nem demandava. Atenção ao dado! De 1964 a 1994 — em trinta anos — inverteu-se essa relação. Em 1994, na relação demográfica, apenas 30% da população vivia no campo e 70%, na cidade. Em trinta anos, o Brasil fez a mais avassaladora transferência de população das áreas rurais para a área urbana na história do Ocidente. Em trinta anos, a nossa população foi transferida da área rural para a área urbana. O que aconteceu com as grandes concentrações urbanas? Explodiram. Explodiu a demanda por saúde, educação, habitação. A cidade de São Paulo, da qual a Deputada Luiza Erundina foi prefeita, foi dobrando de tamanho a cada cinco anos. Quando me mudei, no início dos anos 70, a cidade de São Paulo tinha dois milhões e meio de habitantes. No início dos anos 80, tinha seis milhões e meio de habitantes. No início dos anos 90, tinha onze

milhões de habitantes; ela foi inchando.

Não é só São Paulo. Basta observamos esta cidade. A Capital Federal foi projetada para ter um número “x” de habitantes, mas foi adensando nas suas várias estruturas. O que isso tem a ver com cidadania? Uma coisa forte: em trinta anos, a população brasileira foi transferida da área rural para a área urbana. Claro, trouxe valores do mundo rural para a cidade. Não é casual. Mas como a transferência foi muito rápida, por falta de reforma agrária efetiva, por políticas de indução no processo de produção industrial, por incentivos fiscais nem sempre adequados para a promoção da dignidade coletiva, tivemos aí uma relação que levou a uma situação absolutamente nova, e talvez até inédita, em termos de mundo ocidental. Tivemos uma população que trouxe os seus valores das áreas ainda não urbanizadas adensadamente para a cidade grande. E aí explodiu o quê? A música sertaneja, que veio junto com esse movimento. Sabem outra coisa que veio? A religiosidade mais simples do homem do campo. De repente, a religiosidade que se tinha nas cidades até o início dos anos 70, que era mais, digamos, engajada, mais voltada para questões também sociais passou a ser substituída, pouco a pouco, por uma explosão de religiosidade, quase que com valores ainda mais simples, que é a idéia do demônio, do pecado, da submissão total, e assim por diante. Isso não é casual. É o mesmo movimento. Não é à toa que algumas das igrejas com maior impacto político no nosso cotidiano tenham nascido nas favelas, no Rio de Janeiro. É nas favelas que elas nascem. E não nascem por acaso; nascem exatamente onde a população está. Pode-se perguntar: “O que igreja tem com cidadania?” Tem muita coisa, porque é um elemento de formação de opinião, de estrutura educacional, e assim por diante.

Há um caldo no qual se ferve exatamente a perspectiva que eu colocava há pouco, isto é, numa democracia, quantidade total é sinal de qualidade social. Numa democracia, se não há quantidade total atendida, não há qualidade social. Quantidade não-atendida não significa qualidade. Qualidade sem quantidade não é qualidade; é privilégio. E volto a este ponto: democracia com cidadania implica ausência de privilégios.

Por exemplo. Discute-se neste momento no nosso País, em várias circunstâncias, o acesso ao ensino superior. Dentre os grandes

países, o Brasil tem uma das menores taxas de presença no ensino superior. O ensino superior ainda não é uma questão muito forte para nós. Só para vocês terem uma idéia, há mais pessoas no Brasil com carro importado do que o número de pessoas que está no ensino superior. Há mais pessoas no Brasil que têm carro importado do que o número de matriculados que, de fato, freqüentam o ensino superior.

Ademais, de 1964 até 1994, os trinta anos que eu considereí, a relação de vagas públicas inverteu-se: em 1964, 30% apenas das vagas do ensino superior eram privadas e 70% eram públicas. Hoje é exatamente o inverso. Dizem: “Ah, isso é bom, porque foi a sociedade que se apropriou das condições de operação do serviço educacional”. Não, necessariamente, porque educação de nível superior é, antes de tudo, um instrumento de cidadania. Não se deve confundir o público com o estatal, algumas universidades são públicas, outras são estatais. Mas a noção central é que, quando se fala em educação de nível superior no Brasil, fala-se da qualidade do ensino. Enquanto não houver a possibilidade de todos os brasileiros terem acesso à educação na sua integralidade, não se pode falar em qualidade. Fica claro o exemplo, São Paulo é uma cidade, como eu dizia, onde se come muito bem. Quem come? Quem come o quê? Uma parte come lixo! Quando a senhora era prefeita, eram quatorze mil toneladas de lixo por dia, aliás, um prefeito quase enlouquece com uma idéia dessas. Já imaginaram? Todos os dias é preciso tirar da cidade quatorze mil toneladas de lixo. Não são quatorze toneladas, são quatorze mil toneladas. Imaginem agora, dez anos depois que deixamos a gestão da cidade. Há um impacto nessa relação.

O que isso tem a ver com a nossa marca? Muitas pessoas vivem do lixo, e aí se tem de novo aquela perspectiva, a relação entre quantidade e qualidade. Ora, eu falei de quatro grandes idéias que não se pode deixar de lado quando se pensa nisso. O risco de se confundir construção da cidadania com resgate da cidadania. E a noção central é construção da cidadania, porque resgate pressupõe algo que existia, deixou de existir, e se vai buscar de volta.

A segunda idéia é não confundir a noção de política e cidadania, como se fossem termos opostos, porque política e cidadania têm o mesmo sentido e a mesma intenção na ação de uma pessoa, e também na ação de uma sociedade.

Em terceiro lugar, não permitir o falecimento da esperança, não admitir como normal coisas que quebram, coisas que não são parte da vida, mas, como eu disse, são parte da morte, parte da destruição da capacidade da vida e da dignidade coletiva. São parte da capacidade de não proteger a vida nas suas múltiplas formas, nas suas múltiplas manifestações.

Em quarto, a confusão que muitos fazem entre quantidade e qualidade, imaginando que se possa falar, numa democracia, em qualidade, sem que haja a quantidade total atendida. É interessante, porque é muito comum se achar que algumas dessas coisas são normais, e esse é um conceito perigoso, por isso fico imensamente agradecido quando recebo convite da Comissão para poder apresentar aqui algumas idéias. Todas as vezes que se fala em democracia, cidadania e participação, lembro-me do risco de sermos, como dizia antes, atropelados pelo óbvio e pelo normal.

Vou dar um exemplo concreto: como é o nosso País? Se fôssemos descrever o Brasil para um estrangeiro, ficaria talvez um pouco fácil, em função das comunicações. Mas como o descreveríamos para um marciano? Como diríamos que é nosso País, para ele poder entender por que estamos fazendo, por exemplo, um seminário sobre democracia e soberania popular? Se um marciano chegasse aqui agora, contaríamos a ele que o Brasil é a décima economia capitalista do planeta, o décimo país mais rico do planeta, do ponto de vista financeiro. Aliás, para quem observou os relatórios que saíram hoje, temos uma coisa que é central: entre as trinta e duas nações pesquisadas em relação à qualidade de educação, o Brasil ficou em último. Países que ficaram à nossa frente? Todos os outros países desenvolvidos.

Ora, se olharmos isso, imaginamos o quê? “Não, mas isso é assim”. “Não, somos a décima nação capitalista do planeta, não é possível!” Entre os 194 países filiados à ONU, ocupamos, na área de condição de qualidade de vida, o 69º lugar em IDH, Índice de Desenvolvimento Humano. Há alguma coisa aí que, evidentemente, não pode ser considerada normal.

Como é que nos descreveríamos para um marciano? Eu sempre conto uma história, e queria retomá-la aqui: para pensarmos um pouco nossa realidade é preciso olhar talvez com outro olhar. A Profa.

Marilena Chaui, que foi também Secretária da Cultura na gestão da Prefeita Luiza Erundina, tem uma frase da qual gosto demais: “Quem menos sabe da água é o peixe”. De fato, às vezes, é preciso sair um pouco da água para poder enxergar. Olhar nosso País com nosso olhar fica difícil. Vamos olhar com um olhar de marciano.

Imaginem que estamos aqui, na Câmara Federal, e, do lado de fora, aqui no jardim, baixe uma nave do planeta Marte. Dela saem dois marcianos, que vêm andando, entram aqui, param e falam assim: “Onde estamos?” Vocês estão na Terra, vizinha de vocês, no Sistema Solar. “Não, mas aqui na Terra, onde estamos?” Vocês estão no Brasil. “Mas como é o Brasil?” Aí vamos descrever nosso País para eles. Vamos dizer que este é o quinto país deste planeta em tamanho, mas o primeiro em terras aproveitáveis; é menor do que China, Rússia, Canadá e Estados Unidos, mas é o primeiro em terras aproveitáveis pela geração de vida. Este País tem oito milhões e meio de quilômetros quadrados e apenas 172 milhões de habitantes, portanto, é extremamente favorecido pela relação demográfica; tem oito mil quilômetros de costa marítima e as duas maiores reservas de biodiversidade do planeta Terra, que são a Amazônia e a Mata Atlântica; tem as maiores reservas de minerais não explorados ainda dentro deste planeta; tem reserva de petróleo para consumo próprio para trinta anos, se parasse hoje a produção no planeta; tem as maiores bacias hidrográficas do planeta, para geração de transporte, vida e energia.

Já imaginaram o olhar dos marcianos? Provavelmente eles iram abrir os dezoito olhos que cada um deve ter e imaginariam ter baixado a nave onde? No paraíso! E aí continuamos a descrever nosso País, dizendo: este é um país que não tem terremoto forte, não tem vulcão, não tem maremoto, não tem tufão, não tem ciclone, não tem deserto, nem nevasca; e também não tem escola, nem hospital. Até a primeira parte eles conseguem acompanhar; na seqüência, eles colocam um problema: “Como? Como é possível?” Como é possível que um país com essas condições possa, por exemplo, ter que fazer — olhem que coisa inacreditável — Campanha do Natal Sem Fome, que é uma coisa que tem que ser feita, é claro, e sabemos que não é só no Natal, mas também agora. Algumas pessoas argumentam: “Não adianta fazer isso, porque é só no Natal”. É, para aquele que está com

fome, todo dia é dia, e, nesse sentido, é necessário fazer. Não é a única coisa que se faz, mas é uma das coisas a ser feita. Imaginem se contarmos aos marcianos que no nosso País trinta milhões de pessoas passam fome diariamente, trinta milhões! Quinze milhões daqueles que passam fome, ou seja, a metade deles, trabalha na produção de alimentos. Nenhum marciano entenderia isso. Como é que trinta milhões de pessoas passam fome num país como o nosso, e metade dos que passam fome, ou seja, quinze milhões, trabalham na produção de comida?

Se os marcianos não entendem, pergunto eu, num seminário sobre democracia e soberania, pergunto eu aqui, dentro da nossa condição de cidadãos e cidadãs, dentro de uma Casa legislativa, com muitas entidades aqui presentes: e nós, compreendemos? Se não compreendemos, o que fazemos, qual a explicação que muitos dariam? Aliás, que explicação se daria aos marcianos? Talvez assim: Sabe o que é? É que aqui é assim! Essa é uma coisa estranha.

Vou contar uma história real, para caracterizar um pouco mais isso — essa não é dos marciano, é real. Em 1974 — algumas pessoas aqui estavam nascendo, outras não tinham nascido ainda — eu era aluno da Profa. Salma na universidade; ela foi professora precocemente. Eu era aluno dela na universidade, em 1974. Nesse ano eu estava em São Paulo, e um dia, dois caciques da nação xavante foram visitar aquela cidade. Na época, os xavantes não usavam dinheiro como meio de troca. Para eles, qualidade de vida era comida, porque não tinham como estocar alimentos. Isso em 1974. Agora, imaginem, o seguinte: eles desceram no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo — não havia Cumbica naquela época —, e foram levados para um hotel, um albergue daquilo que hoje é a FUNAI, ali em São Paulo, na Vila Clementino, e depois, no outro dia, foram levados a passear. Aonde você levaria dois caciques na nação xavante para passear em São Paulo? Evidentemente não levaria para o zoológico, nem para o Ibirapuera, nem para o Butantã; teria que levá-los a locais diferentes. Eles foram levados ao metrô, que tinha acabado de ser inaugurado. Ficaram boquiabertos com aquilo. Foram levados à Avenida Paulista, para ver as catedrais financeiras, uma ao lado da outra; foram levados ao *shopping* — e já havia dois na cidade de São Paulo à época; hoje são 41 —; foram levados também — e quem

conhece a capital paulista talvez se lembre — ao mercado municipal, localizado bem no centro da cidade, no Glicério, que é belíssimo, uma espécie de CEASA, de entreposto de mercadorias, construído e projetado pelo grande arquiteto Ramos de Azevedo, também projetista do Teatro Municipal da capital paulista, e assim por diante.

Por que eles foram levados lá? Porque lá existia uma coisa fundamental: alimento acumulado. Os senhores imaginem a cena: os dois caciques entraram, deram dois passos dentro do mercado e ficaram boquiabertos. O que eles viram? Pilhas de alface, de tomate, de cenoura, de laranja. Eles ficaram com o olhar que cada de um nós ficaria se entrasse no cofre de um banco, porque para muitos de nós o dinheiro é o meio de qualidade de vida.

Eles ficaram boquiabertos e começaram a andar para lá e para cá. De repente, um dos caciques viu uma coisa que nenhum de nós veria e nos cutucou: “O que ele está fazendo?” Nós perguntamos: “Ele? Ele quem?” O cacique apontou para o chão e vimos um menino negro, pobre, que sabíamos ser pobre por causa da sua roupa, pegando verdura amassada, tomate estragado, alface pisada. Nenhum de nós veria essa cena. E sabem por quê? Porque isso para nós é normal.

No entanto, para ele chamou a atenção. A única resposta possível foi: “Ele está pegando comida”. O cacique não falou nada, mas continuou olhando, quieto. Após quinze minutos, quieto, andando para lá e para cá, ele disse: “Eu não entendi”. Perguntamos a ele: “O que você não entendeu?” Ele respondeu: “Por que ele está pegando a comida estragada no chão se tem uma pilha de comida boa?” A única resposta possível para o cacique foi a seguinte: “Para pegar desta pilha aqui é preciso ter dinheiro”. Ele retrucou: “E ele não tem dinheiro?” Dissemos: “Não, ele não tem dinheiro”. Ele retorquiu: “Por que ele não tem dinheiro?” Nessa hora deu-nos vontade de pegar o cacique pela orelha, por quê? Porque ele estava cutucando exatamente na base da nossa noção de cidadania, que é a cidadania por privilégio.

A única resposta possível foi: “Ele não tem dinheiro porque ele é criança”. O cacique, não conformado, virou e perguntou: “É o pai dele, tem?” Respondemos: “Não, o pai dele não tem”. Ele indagou: “Então, não entendi. Como é que você, que é grande, tem dinheiro, e o pai dele, que é grande, não tem? Quem come de qual comida? Por que ele come desta comida e você come da outra?” Mais uma vez, a única

resposta possível ao cacique naquele momento, em 1974, foi: “Aqui é assim”. Os caciques disseram uma coisa inesquecível para mim naquela idade e que nunca mais esqueci: “Vamos embora”. Eles quiseram ir embora não apenas do mercado, mas de São Paulo. Eles quiseram ir embora da nossa sociedade. Eles não entenderam essa coisa tão óbvia de uma criança, mesmo com fome, mesmo diante de uma pilha de comida boa, comer comida estragada. Eles não entenderam.

Mas isso significa que eles não são civilizados, não é? Sabe como eles seriam civilizados? Se eles passassem diante de uma cena como essa e achassem que ela faz parte da vida. Não, isso faz parte da morte. A ausência de cidadania faz parte da morte, não faz parte da vida. A democracia faz parte da vida. A soberania faz parte da vida. O restante faz parte do diabólico.

Podem até dizer: vamos agora entrar no campo religioso? Não, vamos entrar um pouco no campo político, brincando novamente com o grego, que é o quinto tema que gostaria de abordar. Refiro-me à atividade de cidadania, que é simbólica; a ruptura disso é diabólica e já lhes explico o porquê. Para quem estudou um pouco de grego, talvez se lembre de que há um prefixo grego para a palavra “junto” que é *syn*. Esse prefixo é uma partícula. Por exemplo, uma das palavras em português que começa com *syn* e que veio do grego para nós é “sincronia”. *Chronos* é tempo, portanto, significa a divindade do tempo ao mesmo tempo. Outra palavra é “simpatia”. *Patos*, em grego, é afetar, aquilo que afeta, afeta nós dois ao mesmo tempo, produz uma ligação. Por exemplo, eu tenho uma relação simpática com a Deputada Luiza Erundina, existe uma ligação entre nós. Outras palavras são “sintonia”, que significa no mesmo tom; “sinfonia” ou “sinergia”, de que se fala muito hoje, que significa fazer força junto, já que *ergo*, em grego, é fazer força. Outra palavra é “símbolo”. Sabem o que é *balo* em grego? *Balo*, em grego, significa lançar. Por isso estudamos em física uma área chamada balística, relativa a lançamento de projetis. Os senhores podem se lembrar de uma clássica e fantástica estátua grega de um lançador de disco chamado “discóbolo”. O que é “símbolo”? É o que lança junto. O “simbólico” é aquilo que agrega, que une, que junta. A expressão *syn*, em grego, significa junto.

A expressão, em grego, para separado é *dia*. Não confundir

dia, em grego, com *dia*, em latim. *Dia*, em latim, significa dia mesmo, como costumamos usar. Alguns exemplos de palavras com essa partícula: diáspora, aquilo que separa; diafragma; diagnóstico, separa o conhecimento para olhar as coisas; e diabólico. O que significa “diabólico”? Jogar separado, desagregar. O simbólico é aquilo que agrega; o diabólico é aquilo que separa. A palavra “diabo”, que vem para nós do grego, é uma tradução do hebraico *satan*. *Satan*, em hebraico, significa “o adversário”. No entanto, traduziu-se por “diabo” para significar aquele que desagrega.

Pois bem, esta Comissão, sem querer ser inutilmente gentil, tem uma tarefa simbólica insubstituível: agregar idéias de maneira a impedirmos o diabólico no nosso cotidiano. A cidadania fica fraturada quando não temos qualidade social. A cidadania fica ameaçada pelo diabólico, que é tudo aquilo que afasta, que separa. O que é diabólico hoje no nosso cotidiano? A ausência de participação popular. A idéia de que a população tem de ser dirigida em vez de ser soberana. A idéia de que não há possibilidade de dar acesso a todos de maneira igual nas áreas de educação, saúde, habitação e saneamento. Sabem o que é diabólico? A desesperança.

O diabólico mais forte é aquela frase que talvez tenhamos dito aos caciques xavantes: “Aqui é assim”. Isso é diabólico. Sabem o que é diabólico? Aquele que toda vez que ouve alguém dizer que as coisas têm de caminhar numa outra direção vira e diz: “Isto aqui não tem jeito. Aqui não tem saída”. Existe uma frase em relação à qual tenho uma ojeriza fundamental e que cada vez que a ouço começo a gritar contra ela: “No Brasil tudo acaba em *pizza*”. Essa frase é absolutamente reacionária, primeiro, porque ela desmobiliza as pessoas; segundo, porque ela cumpre um papel diabólico na formação da juventude.

Vários de nós aqui crescemos numa situação, até mesmo no âmbito nacional da política, em que muitos escândalos existiam sem apuração ou eram abafados, como ocorreu bastante durante a ditadura. O jovem, nascido nos últimos quinze anos, cresceu já dentro de um processo em que se iniciou a existência de uma democracia formal, em que a apuração de quebras de cidadania em vários níveis veio à tona.

Quando eu, Mário Sérgio Cortella, vejo uma CPI e uma

apuração, sabem o que acontece com o meu coração? Ele se alegra. Fico feliz com a minha cidadania, porque estamos começando a fazer apurações. Só no estado onde moro, nos últimos cinco anos, 44 prefeitos foram cassados. Este ano, no Congresso, três senadores renunciaram a seus mandatos. Não estou entrando no mérito, mas houve as renúncias. Na cidade onde moro, São Paulo, três vereadores e um deputado perderam seus mandatos. Várias pessoas pelo País afora, no campo da política partidária, da ação legislativa, executiva ou judiciária, perderam espaço. Pois bem, cada vez que alguém apura uma circunstância como essa, meu coração se alegra. Sabem qual a idéia que me vem à tona? Isso não mais acaba em *pizza*, porque agora existe ação. Pode ser que demore, mas ela não é invencível.

Sabem o que pensa o jovem de quinze anos cada vez que ele vê um comunicador na TV — falo isso sem dificuldade porque, além de professor da PUC de São Paulo, também apresento programas no canal de TV a cabo da Rede SESC/SENAC de Televisão — dizer: “Isto não vai dar em nada, vai acabar em *pizza*”? Esse menino de quinze anos pensa da seguinte forma: “Está vendo, não tem jeito mesmo. Política é uma coisa que não serve, é uma coisa que tem de ficar do lado de fora. Essa história não dá certo. É só escândalo. É só apuração”.

Para alguns de nós, mais idosos, a apuração é o sinal da possibilidade da quebra do escândalo. Para alguns mais jovens, a apuração é o sinal de que o escândalo existe. Nesse sentido, repito, cada vez que alguém diz “isso vai acabar em *pizza*”, essa pessoa está reafirmando... Sabem o que é mais diabólico entre nós? Aceitar uma frase diabólica, porque ela desune. Por isso rejeito tanto essa idéia. Sabem o que é mais diabólico entre nós? Aceitar a seguinte afirmação: “O que podemos fazer? O desemprego é desse jeito. A sociedade desemprega”. Isso não é verdade.

Em relação à crise da educação, o Senador Darcy Ribeiro, quando realizava um trabalho mais forte no campo da educação — embora tenha discordâncias ao projeto da LDB apresentado por ele, que substituiu um projeto aguardado por dez anos pelas entidades das áreas de educação; mas mesmo assim é extremamente respeitado por sua história —, dizia algo que é cada vez mais verdadeiro: “A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”.

O que significa dizer que é um projeto? Na nossa realidade social existem instâncias e níveis nos quais se pratica, na área da educação, o que chamo de “pedagocídio”. Trata-se de um “pedagocídio” que acomete várias estruturas e foi instaurado por muitas elites predatórias, por alguns políticos irresponsáveis, por governos que beiraram em várias situações à delinquência. Essa idéia marca um pouco do “pedagocídio”. Também a área de saúde padece disso.

Não sou catastrofista. Não prego a seguinte idéia: “Não temos nada de bom. Está tudo um horror”. Não, essa seria uma posição burra. Entretanto, o que não sou é triunfalista. Não acredito que estejamos com as nossas condições resolvidas; que nós, por exemplo, na área da educação, tenhamos chegado próximos à cidadania, porque temos hoje 97% das crianças matriculadas no ensino fundamental. Mas qual a qualidade do trabalho que é feito? E a evasão escolar?

A questão central — e sabe muito bem disso a Deputada Luiza Erundina, em função de ter dirigido uma cidade como São Paulo, onde somente a rede municipal tinha quase um milhão de alunos no final da sua gestão como prefeita; já imaginaram o que é dirigir uma rede de ensino desse porte? — não é só ter crianças matriculadas, mas, sim, que elas freqüentem as aulas e a escola tenha uma qualidade positiva. O mesmo ocorre nas áreas de saúde, habitação e saneamento.

Por que estou falando tudo isso? Para amarrar um pouco o raciocínio. Cuidado, o diabólico — e não falo do diabólico no sentido religioso — está no nosso cotidiano; ocorre todas as vezes em que se desune e se quebra a cidadania. A soberania e a participação popular são antídotos contra o diabólico; são maneiras — vou usar uma expressão indevida, mas que cabe nesta idéia — de exorcizar o diabólico. A única maneira, no meu entender, de exorcizar o diabólico no nosso cotidiano é estimular a participação popular.

Não acredito, de maneira alguma, que qualquer ação governamental, seja ela de natureza do Legislativo, do Judiciário ou do Executivo, tenha eficácia se ela não for apropriada pela população. Atenção à expressão “apropriada”. “Apropriado” significa tornado próprio, tornado seu.

Esta Comissão de Legislação Participativa tem uma intenção fundamental: fazer com que cada vez mais a população entenda que,

além dos seus representantes, os quais são legítimos e também têm suas tarefas, existem canais por meio dos quais podemos expressar nossa capacidade de participação e de antídotos contra o diabólico.

Está clara essa relação entre o simbólico e o diabólico? Ora, o que é o simbólico? A construção da cidadania com a quebra de privilégios, que não entenda a qualidade como sendo exclusiva para poucos, porque, como eu dizia, aí ela é privilégio; que entenda que a capacidade de proteção da vida tem que ser apresentada na sua dimensão múltipla, na sua dimensão de totalidade. A regra é quantidade total. Quantidade total é sinal de qualidade social. Sem quantidade total, não há cidadania. E digo isso em relação à educação, à saúde, à habitação, ao emprego.

Quando há pouco citei Darcy Ribeiro, lembrei-me de uma frase que ele dizia: “A crise da educação não é uma crise, é um projeto”. Outras coisas aparecem também como projeto. Por exemplo, com relação ao desemprego, há muitas formas de enfrentar essa questão. Argumentam no nosso País que o desemprego tem causas tecnológicas. Se assim fosse, os países com níveis de tecnologia mais desenvolvidos teriam taxas inacreditáveis de desemprego. Em segundo lugar, existe sempre uma questão de escolha. Venho dizendo, Deputado, em alguns locais e até reafirmo aqui, que estamos nos balizando ou nos orientando muito pelas Bolsas de Valores, como se esse fosse o nosso referencial para a proteção da vida.

Precisamos lançar no nosso País, cada vez mais, uma campanha que apresente a seguinte lógica: a Bolsa ou a vida. Ou a Bolsa de Valores ou a vida humana. Podem me dizer: “Você está ficando louco, porque você quer separar o Brasil do mercado internacional”. Não é isso, pois há muitas formas de fazê-lo. Basta observarmos outros países que criaram condições de estruturar suas vidas sem criar vínculos de subserviência. Uma coisa é estar atrelado à estrutura internacional; outra coisa é ter um nível de subserviência que tire a nossa soberania. Por isso, coloca-se ali soberania.

Nossa soberania está fraturada no nosso cotidiano. Nós nos movimentamos e nos assustamos por qualquer movimento que ocorra em outras nações. Estamos globalizando a capacidade diabólica. Não há globalização cultural, como disse antes, porque não se pensa a humanidade como um todo. Como eu dizia no início, liberdade,

igualdade e fraternidade? Nesta época do ano, vivemos muito algo que algumas pessoas chamam de confraternização. A maior parte nem se lembra de onde vem a palavra, que significa “com os fraternos”, “com os irmãos”. O máximo que se faz é amigo secreto, e cada vez mais os amigos são secretos, mesmo porque já não se fala tanto em amizade.

Hoje a palavra amigo está sendo usada de forma banal por todo lado. Qualquer conhecido, qualquer colega é chamado de amigo. Amizade é uma relação mais funda, mais forte. Estamos tendo relações rápidas. Aliás, hoje nem mais se fala em amigo. Tanto é que se trouxe para a área da amizade um termo do campo empresarial: *network*. Temos de fazer *network* todas as horas. Isso é algo que pode ser feito, mas não é algo que baliza as relações. Essa idéia é diabólica e carrega a desagregação.

A fome é diabólica. Eu não posso falar da fome, apenas sobre a fome. Por que isso? Porque há uma diferença entre falar “de” e falar “sobre”. Falar “de” é falar de dentro, pela experiência. Eu nunca vivi a fome. Eu não tenho essa experiência. O que eu tenho é apetite, e não confundamos fome com apetite. Fome é ausência de alimento. Apetite é expectativa de alimento. Eu, por exemplo, daqui a pouco estarei com apetite. Isso é diferente de fome. A prefeita, por exemplo, viveu muito tempo no meio de comunidades, não só na Paraíba, como em São Paulo, nas suas ações, com pessoas que tinham fome. Algumas pessoas aqui podem falar da fome. Outros, como eu, podem falar sobre a fome. Eu não posso falar do analfabetismo, só posso falar sobre o analfabetismo.

Paulo Freire, que faria oitenta anos no dia 19 de setembro, como um grande pernambucano, um dia inventou um verbo. Só ele conseguiria inventar o verbo “miopizar”, isto é, tornar míope. Há muitas pessoas que estão “miopizando” nossas condições de cidadania no cotidiano. Paulo Freire uma vez decidiu, quando foi Secretário, nos dois primeiros anos do mandato da Prefeita Luiza Erundina, fazer um congresso de alfabetizando em São Paulo. Olhem que interessante: ele fez um congresso de alfabetizando, ao passo que nós, intelectuais, de maneira geral, organizávamos congressos de alfabetização.

É diferente congresso de alfabetização de congresso de alfabetizando. Sabem o que fazemos num congresso de alfabetização? Colocamos um monte de especialistas em

alfabetização, que somos nós, os professores, e um monte de analfabetos para nos ouvir falar. Entretanto, Paulo Freire resolveu inverter a situação e provocou um certo choque, porque saiu do óbvio. O que ele fez? Colocou nós, os especialistas, sentados e na Mesa os analfabetos, porque quem pode falar de analfabetismo são os analfabetos. Eu posso falar sobre analfabetismo, o que é outra coisa. Paulo Freire passou um tempo tentando organizar esse evento.

É interessante observar que, quando a Prefeita Luiza Erundina assumiu o governo em São Paulo, em 1989, a área de alfabetização de adultos era de competência da Secretaria de Bem-Estar Social. Considero uma visão estranha de educação imaginar que a educação de adultos é uma tarefa assistencial. Ela não é. É, sim, um direito objetivo e subjetivo, claro, dentro da área de educação. Por isso, uma das medidas que a deputada, na época prefeita, tomou foi passar a educação de adultos para a Secretaria de Educação.

Isso soa tão estranho como, por exemplo, hoje no País não termos um projeto de alfabetização de adultos na área educacional. Esse setor encontra-se hoje — e é uma visão um pouco ultrapassada — na área solidária. No entanto, a área solidária, em parte, trabalha com assistência social. Isso é curioso, porque é uma visão que fica num outro momento. Mas essa é outra reflexão.

De qualquer forma, em 1989, Paulo Freire decidiu fazer um congresso de alfabetizando, que aconteceu, de fato, no Colégio São Luís, em São Paulo, na Avenida Paulista, em dezembro de 1989. Para tanto, era preciso criar um cartaz para o evento. Quero contar um pouco dessa história rapidamente, porque ela caracteriza o espírito desta Comissão e deste seminário.

Como dizia, era preciso fazer um cartaz para o evento. Mas como fazer um cartaz de divulgação, sendo que também era uma atividade de divulgação de natureza política? Olhem que interessante: Paulo Freire, desde julho de 1989, tinha inventado, no sentido brilhante do termo, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos — MOVA, que hoje existe pelo País afora, em várias cidades, seja do Partido dos Trabalhadores ou de outros partidos. Todo local onde não se deseja o ‘pedagocídio’, há um projeto sério de educação de jovens e adultos.

Paulo Freire, então, instalou o MOVA, que era uma parceria de

movimentos populares com a prefeitura, para fazer projetos, e o próprio movimento faria a alfabetização. Quando terminou a gestão Luíza Erundina, havia mil núcleos do MOVA na cidade de São Paulo. Depois, os governos eleitos na seqüência desmontaram esse projeto. Só agora que está ressurgindo essa proposta. Mas havia aí uma coisa.

No mês de setembro de 1989, um dia, Paulo Freire e eu estávamos visitando — eu era o chefe de gabinete dele — a zona leste da cidade de São Paulo. Quem conhece a capital sabe que é uma região de periferia muito adensada e com uma pobreza muito grande. Fomos até o Núcleo do Morro, um núcleo de alfabetização de adultos. No momento em que ali entramos — olhem que interessante; eu tenho esse cartaz até hoje e tenho foto também —, um senhor de quase cinquenta anos de idade estava terminando de escrever na lousa a primeira frase da vida dele. Ele nunca tinha escrito nada. Tinha sido seqüestrado dele o direito à educação. Diabolicamente, furtaram-lhe a capacidade de se comunicar na leitura e na escrita. Ele estava escrevendo a primeira frase da vida dele na lousa, com determinados equívocos de sintaxe ou gramática, mas não tinha importância. O equívoco maior não era de sintaxe ou gramática, mas o de cidadania. Sabem qual frase ele escreveu, a primeira, aos quase cinquenta anos de idade: “Nós construímos esta cidade e nela somos envergonhados”.

Fotografamos o material e fizemos daquilo um cartaz. Não do jeito que ele escreveu, mas com a mesma frase. Esse foi o lema do congresso do alfabetizando. “Nós construímos esta cidade e nela somos envergonhados.” Aí eu volto: Nós construímos esta sociedade e nela somos envergonhados.

Quem é envergonhado? Eu? Não. Faço parte da comunidade deste País que não é envergonhada no cotidiano. Muito raramente. Não passo a vergonha do desemprego; não passo a vergonha de não ter hospital imediatamente para as minhas necessidades; não passo a vergonha de ter minha afetividade negada; não passo a vergonha de não ter escola; não tenho de ficar horas na fila para alguém na minha família ter acesso à educação. Não faço parte disso. Posso falar sobre carências, mas delas ainda não posso, não quero. Mas isso não significa que não tenho a tarefa, exatamente porque humano sou, de cuidar simbolicamente para que isso não tenha a presença.

“Nós construímos esta cidade e nela somos envergonhados.” O

que significa a vergonha? Luiza Erundina é da Paraíba e se lembra quando, nos anos 40, o grande Luiz Gonzaga trouxe para o Sul a música do Nordeste. E uma das músicas clássicas que ele fez é aquela que você não deve dar esmola, porque, do contrário, você envergonha o cidadão. Os senhores sabem o que significa — claro que sabem — ter vergonha? Vergonha de não ter trabalho, vergonha de precisar pedir. Tanto que quem pede sem razão chamamos de sem-vergonha; quem pede sem necessidade é sem-vergonha. Mas os senhores já imaginaram a vergonha de ficar procurando comida, a vergonha de ter de disputar a capacidade de morar num canto? Já imaginaram como um ser humano é envergonhado com isso; como isso tem uma natureza diabólica, destrutiva da sua capacidade de dignidade de vida?

Quando esta Comissão de Legislação Participativa começou a funcionar, mais uma possibilidade de esperança ela trouxe à tona. No dia em que recebi o honroso convite da Deputada Luiza Erundina para sua instalação, imaginei assim: mais um pedaço para nos desenvergonharmos, para perdermos o envergonhamento do dia-a-dia. Não que a Câmara dos Deputados não tenha condição de fazê-lo, ao contrário. Mas é preciso mais. Tudo o que tivermos para a construção da cidadania, ainda é pouco para nós. Precisamos de uma comissão, duas, um seminário, dois, dez, não tem importância. Não temos de fazer até que as pessoas se cansem, mas até que elas se convençam. Temos de falar e insistir até que elas se convençam. E devemos rejeitar o diabólico presente nessa relação.

Não quero encerrar minha exposição sem contar algo que sempre menciono. Se algo, como eu dizia, é perigoso nesses tempos, é o apodrecimento da esperança. E Paulo Freire, se aqui estivesse pessoalmente, seria a pessoa adequada para fazer a conferência de abertura deste seminário, porque saberia dizer para nós, em toda a sua trajetória, o quanto é necessário ter esperança, mas a esperança do verbo esperar, porque há pessoas que têm esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera: “Eu espero que dê certo, eu espero que resolva, eu espero que funcione”. Isso não é esperança, é espera. Esperança é ir atrás, é se juntar, é não desistir. Nessa razão, Paulo Freire dizia o seguinte — e é isso que acho admirável hoje nesta Comissão e nos deputados e deputadas que dela fazem parte: “Você precisa fazer o que tem que ser feito”.

Ele até usava uma expressão engraçada: “Existe uma briga na vida, que é a briga que vale a pena ser brigada, só uma. Essa vale a pena, sobre todas as outras. É a briga pela dignidade coletiva”. Ele dizia: “Cada um de nós briga numa esquina”. Os senhores se lembram da história da esquina e da briga? “Te pego na esquina”. Coisa de criança. Cada um de nós briga numa esquina. Você briga na esquina Câmara dos Deputados, outros brigam na universidade, outros brigam na entidade, outros brigam na UnB, outros brigam na associação, outros brigam na ONG, outros brigam na APAE, outros brigam na escola pública. Tanto faz. O Paulo dizia o seguinte: “Não importa em que esquina você briga. Você pode até mudar de esquina, o que você não pode é mudar de briga”.

A deputada brincou, chamou-me de deputado em determinado momento, coisa que não sou e não tenho isso como perspectiva, porque fico numa outra esquina, mas a briga é a mesma. Houve um determinado momento em que várias pessoas que convivem conosco mudaram de esquina. Umas estavam num partido, foram para outro; outros saíram e foram para outra universidade. Mudaram de esquina, mas não mudaram de briga. A briga é a mesma.

Nesse sentido, vale a pena pensar também no que dizia Paulo Freire. Estou insistindo porque ele, sim, preocupou-se a existência inteira com essa nossa capacidade de construção de cidadania. Ele dizia — e acho que é isso que a Comissão está fazendo: “Se você não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito, dificilmente fará amanhã o que hoje deixou de fazer”. Essa frase ele disse no sertão da Bahia, em 1983.

Por isso, quando a Comissão monta um seminário, é aquilo que hoje pode ser feito e, por isso, precisa ser feito para começar a chamar a atenção, discutindo e crescendo cada vez mais.

Quero concluir contando algo. Sempre que posso termino minhas conferências com essa história, que é real. Uma das maiores honras, uma das maiores emoções que tive na minha vida foi em 1991. A Deputada Luiza Erundina era prefeita e um dia veio nos visitar Nelson Mandela. Pois uma das maiores emoções da minha vida foi conhecer e apertar a mão de Nelson Mandela. Quando me encontrei com Nelson Mandela — fui privilegiado, porque, como Secretário, pude ter acesso a ele —, quando apertei sua mão, minhas pernas

bambearam. Eu não estava apertando a mão de um homem apenas; eu estava apertando a mão da esperança.

Cada vez que penso em desistir, quando acho que a coisa está complicada, difícil, lembro-me de Nelson Mandela. Mandela ficou vinte e sete anos preso, dezoito anos numa solitária, na África do Sul, e não em Miami. E não desistiu. Vinte e sete anos preso, por causa da idéia de que as pessoas não são diferentes por causa da cor da pele. E não desistiu. Talvez as pessoas tenham chegado para ele e tenham dito: “Nelson, faz cinco anos que você está aqui, assina os papéis, deixa para lá. Nós não podemos fazer nada, aqui é assim”. Ele não desistiu. “Nelson, faz quinze anos que você está na cadeia. Deixa para lá, Nelson. Nós não podemos fazer, eles são mais fortes, são os donos das leis, das armas.” Ele não desistiu. “Nelson, faz vinte e cinco anos que você está aqui, um quarto de século. Deixa para lá, não podemos fazer nada. Espera, uma hora acaba o *apartheid*.” Ele não desistiu. Ficou vinte e sete anos preso e passou o poder ao segundo governo na África, que começou a destruição dos maiores nojos da história humana, que é a discriminação de qualquer tipo: econômica, social, política, religiosa, étnica. (*Palmas.*)

Qual é a nossa tarefa na vida? E quero deixar isso como mensagem. A nossa tarefa é transformar em verbo os homens e as mulheres que não desistiram. A nossa tarefa é “mandelar”. Eu “mandelo”, tu “mandelas”, ele “mandela”, nós “mandelamos”; nós “paulofreireamos”; eu “zumbidospalmareio”, tu “zumbidospalmareias”, ele “zumbidospalmareia”; eu “madreteresadecalcutaeio”, tu “madreteresadecalcutaeias”, eu “chicoxavieiro”, tu “chicoxavieiras”, ele “chicoxavieira”; eu “martinholutero”, tu “martinholuteras”, ele “martinholutera”; eu “jesuscrito”, tu “jesuscristas”, ele “jesuscrista”. Homens e mulheres na história que não desistiram, que colocaram a esperança como sendo a capacidade. Homens e mulheres que fizeram uma coisa que os cristãos chamam de combater o bom combate. E só há um bom combate: o da dignidade da vida coletiva. Esse é o bom combate.

Albert Schweitzer dizia algo que é fundamental. Lembram-se de Schweitzer? Talvez os mais novos não o conheçam. Foi um grande médico europeu. Jovem ainda foi um exemplo para a história humana. Ele, recém-formado, poderia seguir uma carreira só para ele na

Europa. Sabem o que ele fez? Foi para a África e ficou cinquenta anos lá. Durante meio século dedicou a vida dele àquela briga, cuidando das pessoas na medicina, quando se dizia que não havia saída, que se morria de qualquer jeito, como hoje se acredita em relação à África. Ele disse uma frase que acho fundamental: “A tragédia não é quando um homem morre; a tragédia é aquilo que morre dentro de um homem enquanto ele ainda está vivo”.

E o que não pode morrer? A esperança, a possibilidade de fazer diferente, de ir atrás. O simbólico não pode falecer. Por isso, disse no início e digo de novo: tiremos os mitos. Não tem importância que é do século XVIII, mas fiquemos ainda com uma idéia belíssima na história humana, para o nosso futuro e não para o nosso passado. Igualdade, sim; liberdade, sim; fraternidade, sim. Se tivermos cidadania, se tivermos soberania, se tivermos participação, aí teremos maiores condições, até ferramentais, para consolidar a noção de fraternidade, igualdade e liberdade.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) – O Prof. Mário Sérgio deixa-nos sem fôlego, tal é o brilho da sua exposição, a força do que diz e a verdade que transmite na sua fala. Não foi por acaso que o saudei como deputado. Sabe por quê? Acho que os meus colegas parlamentares concordam: faltam filósofos nesta Casa. Se tivéssemos deputados filósofos, quem sabe pudéssemos ter maior lucidez e mais sabedoria na condução dos trabalhos nesta Casa, que espero sirva ao nosso povo, sobretudo na construção da cidadania.

Abrimos agora a palavra ao Plenário. Peço a nossa secretária, Cláudia, que passe o microfone para quem queira se manifestar, perguntar ou intervir em qualquer direção. E peço que se identifiquem, porque as intervenções estão sendo gravadas. No final, este trabalho resultará em uma publicação, que faremos chegar a todos os participantes deste evento.

MESA DE DEBATE

“DEMOCRACIA REPRESENTATIVA
E DEMOCRACIA DIRETA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA”



Da esquerda para a direita: Professora Salma Tannus Muchail, Deputada Luiza Erundina, Deputado Ricardo Ferraço e Senhor João Gilberto Lucas Coelho

O SR. COORDENADOR (Deputado Ricardo Ferraço) – Ao dar prosseguimento ao nosso seminário, nesta tarde, gostaria de agradecer a presença de todos, sobretudo a dos conferencistas, Sr. João Gilberto Lucas Coelho, ex-Deputado Federal e Ex-Coordenador do Centro de Acompanhamento da Constituinte da UnB, e Sra. Salma Tannus Muchail, professora de Filosofia da PUC, que falarão sobre o tema “Democracia Representativa e Democracia Direta”. Será abordada a experiência brasileira, bem como o esforço que faz a Câmara dos Deputados neste momento para aproximar, ainda mais, a relação institucional com a sociedade brasileira, diversificando os canais de participação desta última.

Aproveito a oportunidade para informar que nosso terceiro convidado, Prof. David Fleischer, devido a indisposição física, lamenta não poder comparecer a este painel.

Convido, portanto, para tomar assento à Mesa o Sr. João Gilberto Lucas Coelho e a Sra. Salma Tannus Muchail. (*Palmas.*)

Esclareço aos convidados, bem como aos Srs. Parlamentares que participam desta reunião, que este evento está sendo gravado para que a sociedade brasileira possa acompanhar, por meio da TV Câmara, a evolução do Seminário “Democracia e Soberania Popular”.

Com a palavra o Sr. João Gilberto Lucas Coelho, primeiro palestrante desta tarde, que falará sobre o tema “Democracia Representativa e Democracia Direta: a Experiência Brasileira”. S.Sa. dispõe de até vinte e cinco minutos. Em seguida passaremos à fase dos debates.

O SR. JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO – Meus cumprimentos a todos, em especial ao Deputado Ricardo Ferraço, coordenador; à Deputada Luiza Erundina, Presidente da Comissão de Legislação Participativa; e à Profa. Salma Muchail, com a qual tenho a honra de compartilhar este painel.

Peço licença para fazer três observações introdutórias.

A primeira é manifestar minha satisfação em aqui estar, uma vez que integrei esta Casa de representantes da população brasileira de 1975 a 1987. Depois que deixei os mandatos parlamentares, aqui

compareci apenas formalmente durante a Constituinte, quando fui convidado a falar em algumas subcomissões temáticas. Esta é, portanto, a primeira vez em que participo de evento oficial da Câmara dos Deputados, tantos anos depois de ter deixado seu corpo de representantes.

A segunda é reiterar as palavras que já disse hoje pela manhã. A formação desta Comissão de Legislação Participativa é um passo extraordinariamente significativo para viabilizar o que de mais espontâneo há na sociedade, ou seja, permitir que suas sugestões, propostas e demandas possam seguir tramitação formal institucionalizada na Casa. O instituto da iniciativa popular, no seu padrão constitucional, pelo peso que tem, demanda grande número de assinaturas e, conseqüentemente, procedimento complexo. Realmente ele é reservado para grandes bandeiras da população. Agora a Comissão desenvolve este trabalho relativo à tramitação do espontâneo, das demandas setoriais e assim por diante.

A terceira é demarcar diferença conceitual relativa ao título de nosso painel. Para mim, assim como para muitas pessoas em todo o mundo, democracia direta é somente a plebiscitária, ou seja, aquela em que a maioria das decisões são tomadas por plebiscito, por voto de todo o corpo de representados. Prefiro a expressão “democracia participativa”, expressão criada na segunda metade do século XX para timbrar esta mistura muito positiva de mecanismos de representação, de participação e até de democracia direta, já que o plebiscito é um mecanismo de democracia direta que existe em boa parte dos países, inclusive no Brasil.

Alguns autores chamam a isso de democracia semidireta. Não sei se ela chega a ser semidireta, pelo menos nas nossas experiências, mas certamente é participativa, e é sobre ela que estamos trabalhando. Quando se cria um conselho de assistência social ou de saúde (metade aparelho do estado, metade sociedade civil), a sociedade civil está ali por representantes, não inteira. Então, não é possível dizer que o conselho de assistência social seja um mecanismo de democracia direta, mas é, sem dúvidas, um mecanismo de democracia participativa.

Partindo para o tema propriamente dito, gostaria de manifestar uma opinião pessoal. O Brasil, em 1946, quando se redemocratizou e

elaborou sua Constituição, tipicamente representativa e liberal, nos termos clássicos, passou por uma experiência curiosa: fez a Constituição um pouco antes dos novos ventos da ordem internacional. Uruguai e Costa Rica, para citar dois exemplos do continente latino-americano ao invés de ficar nos exemplos europeus, fizeram suas constituições um pouco mais para o final da década de 40, e são, ambas, constituições solidamente participativas. Apesar de o Uruguai não ter escapado de passar por dura experiência ditatorial, sua constituição se recompôs depois da ditadura.

Quero com isso dizer que o Brasil fez sua Constituição com padrões vigentes antes da Segunda Grande Guerra, ou seja, naquele tipo de democracia que, clássica e tão-somente representativa, fracassaria logo depois. Foi essa democracia a responsável pela ascensão do nazismo e do fascismo, além de outras experiências, porque com ela a população se sentia deserdada, o que tornava fácil contagiá-la com propostas de massa.

Enquanto no mundo inteiro a democracia do pós-guerra evoluiu para ser participativa, para entrosar os mecanismos tradicionais da representação com mecanismos sólidos de participação e até de manifestação direta da população, em vários casos, o Brasil permaneceu atrasado nesse ponto. E essa defasagem ele só veio a superar quando ultrapassou mais uma das experiências autoritárias, infelizmente tão comuns à nossa história. Foi na reconstitucionalização de 1987 e 1988 que fizemos o que foi, talvez, um dos melhores movimentos de reconstitucionalização do século XX em todo o mundo.

A respeito do processo constituinte de 1987 e 1988, como já foi comentado hoje pela manhã, cabe ressaltar que o brasileiro tem um certo medo quando as coisas dão certo, funcionam. Acho que isso teve origem com nossos colonizadores, que nos inculcaram que não somos capazes de produzir grandes instituições. Assim como antigamente achávamos que a ferramenta boa era a fabricada na Bélgica ou na Alemanha, continuamos achando que instituição boa é a dos Estados Unidos ou da França. Não assumimos quando fazemos uma coisa boa. O processo constituinte de 1987 e 1988 representou um fato marcante: foi uma constituição elaborada de forma que nenhum país tinha tido a ousadia de fazer, ou seja, dos pedaços para o todo, e com amplo

processo de participação popular.

O já falecido professor e Deputado Florestan Fernandes, grande mestre, tem um livro notável sobre o processo constituinte, a intensidade como o Brasil apresentou-se por estes corredores e por estas salas. Gosto da Constituição, mas quem não gosta dela tem de reconhecer que nunca havia aparecido fotografia tão inteira do Brasil como ocorreu no processo constituinte, desde os fortes e expressivos movimentos estudantil e dos trabalhadores até os movimentos alternativos da sociedade, aqueles menores em termos numéricos ou representativos de segmentos menos conhecidos. Todos eles se expressaram nesta Casa. Foi um movimento maravilhoso.

Eu já não era deputado àquela época; dirigia o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte, organizado pela UnB juntamente com outras universidades e entidades da sociedade civil. Ao final, produzimos um livro publicado pela Editora Paz e Terra: *Cidadão Constituinte: a Saga das Emendas Populares*, no qual analisamos e até pesquisamos a origem das assinaturas que as principais emendas trouxeram para o Congresso, o peso da população em cada município que participou do processo, e assim por diante.

Creio que todos aqui têm a sensação de que, depois, houve um refluxo, o que é quase natural. As sociedades em geral, não apenas a brasileira, depois de se envolverem em um grande movimento, passam por esse processo. Mas esse refluxo, se por um lado nos preocupa, por outro sempre significa, nos passos históricos que damos, aprofundamento e enraizamento. Acho que nós, com falhas e sucessos, com pontos positivos e negativos, passamos por isto no período pós-Constituinte.

É verdade que, numericamente, na fase posterior, não há muitos relevantes exemplos nacionais dos três grandes institutos — aí, sim — de democracia direta, os quais permitem ao eleitor exercer diretamente o poder de propor ou de decidir, ou seja, a iniciativa popular, o plebiscito e o referendo.

Sobre a iniciativa popular, como já falamos pela manhã, ela produziu pelo menos duas grandes leis no Brasil, mas são duas em uma década. Produz muitas outras no plano local, regional, embora não na intensidade que talvez desejássemos.

Quanto ao plebiscito, trata-se de mecanismo complexo para

um país grande como o Brasil. Tivemos o plebiscito sobre o sistema de governo — presidencialismo ou parlamentarismo, monarquia ou república. Todos estranhamos isso até hoje, mas se tratava de dívida centenária da República. Deodoro prometera o plebiscito, e somente cem anos depois a Constituição resgatou plenamente o compromisso histórico. Agora podemos dizer que, se temos República, a temos porque o povo, por plebiscito, determinou este caminho. No mais, o mecanismo do plebiscito não é tão usado. Em alguns lugares, ele vem assumindo outra forma, bem interessante, porque menos constitucional e formal, que é a da consulta popular: vários municípios e estados, entre eles o meu, realizaram consulta popular sobre determinados temas.

Quanto ao referendo, trata-se de mecanismo não usado no Brasil, para minha lástima. Considero este instituto mais avançado do que o plebiscito.

No plebiscito há a manifestação de vontade política do povo, quase sempre sobre um tema, e sofre, sem a necessária mediação, a influência do estado emocional da população. Basta dizer que o plebiscito foi mecanismo muito utilizado por governos altamente autoritários. Pinochet, para citar exemplo mais recente, fez uso do plebiscito; também o fizeram De Gaulle, Napoleão e Hitler.

A intensa influência da mídia sobre a sociedade brasileira de hoje representa riscos para o plebiscito. Vou mencionar tema que me é muito caro: sou absolutamente contra a pena de morte, e não tenho nenhum medo de que ela venha a ser aprovada no Congresso Nacional. Na Constituinte, eram apenas oito ou nove deputados favoráveis à pena de morte e, embora hoje o número deva ser maior, não acredito que venha a ser aprovada no Congresso. Agora, em plebiscito nacional, tenho muito temor de que a população, influenciada pelos programas de violência exibidos pela mídia, venha a achar que a pena de morte seja solução para esse tipo de problema.

Por que o referendo é melhor? Porque se trata da manifestação do eleitorado sobre um projeto que já passou pela mediação do Legislativo, ou seja, já sofreu o trabalho técnico necessário — a lei tem seu lado técnico. É na mediação que se verificam os efeitos futuros do que prescreve a lei. Como sempre digo, a lei é uma faca: serve para descascar uma laranja e serve para cortar uma pessoa.

Quando se faz uma lei, faz-se um instrumento. Às vezes fazemos uma lei tentando resolver problemas de determinado grupo social e, sem querer, causamos problemas a outro grupo social. Isso é muito comum em leis. O referendo é uma manifestação popular posterior à elaboração de uma lei e, portanto, posterior às instâncias de mediação.

No Brasil, não temos caso concreto de referendo, apesar de o instrumento já estar regulamentado em legislação complementar, elaborada em 1998, se não me engano. Lembro-me de que, ao final da década de 80, o Conselho Federal da OAB propôs ao Congresso estudo sobre a matéria, que, passados alguns anos, foi regulamentada em lei.

Temos na América exemplo muito interessante de referendo. O Uruguai é um país que usa o instituto do referendo, inclusive por iniciativa popular, ou seja, parte da população, determinado número de eleitores, que divirja de uma lei pode requerer o referendo.

Tocarei em assunto delicado para todos nós. O Chile, a Argentina, o Brasil e o Uruguai passaram por experiências autoritárias que significaram atos de violência de parte a parte, perda de vidas humanas etc. Os quatro países deram anistias recíprocas, ou seja, anistiarão os que se opunham ao regime e, em nome disso, assaltaram bancos, fizeram operações revolucionárias etc., e anistiarão também os que, defendendo o regime, atiraram, torturaram ...

No Brasil, na Argentina e no Chile, as leis de anistia recíproca são, até hoje, contestadas em sua legitimidade. O assunto está sempre na ordem do dia e causa algum desgaste institucional. O Uruguai, por ser pequeno, com menos de seis milhões de habitantes — meia São Paulo —, foi o país que mais sofreu com a repressão. Lá não tem uma só família que não tenha sofrido uma morte. Portanto, foi o país mais sofrido. Fez uma lei de anistia recíproca, como os demais, mas a Esquerda uruguaia contestou-a e conseguiu o número de assinaturas necessário para submetê-la a referendo. Ela foi a referendo e acabou aprovada pela população. Então, a população do Uruguai escolheu um caminho histórico: vamos esquecer o passado, de parte a parte.

Enfim, notamos na Argentina, no Chile e no Brasil movimentos que desenterram o passado, mas não os notamos no Uruguai, o país que, percentualmente, mais sofreu com a repressão. Repito: não há no Uruguai nenhuma família que não tenha a lamentar

uma perda ocorrida nos anos de chumbo daquele país. No entanto, o assunto foi definitivamente resolvido, porque o povo decidiu por esse caminho. Tivesse ocorrido experiência semelhante em algum dos outros três países, provavelmente teríamos uma solução para o problema: ou se volta ao passado ou se anistiam ambas as partes, sendo discutidas apenas as questões futuras.

A década de 90 rendeu saldo que me parece muito positivo para a sociedade civil brasileira. Nela consolidamos a participação popular por outro caminho que a Constituição sinalizou fortemente. Os senhores podem notar, lendo a Constituição, que em todas as políticas sociais são citados dois pontos: descentralização e controle social. É a marca. E isso é parte do aspecto participativo da nossa Constituição.

Eu diria que a década de 90 serviu para consolidar isso. As políticas sociais no Brasil hoje estão submetidas a esse duplo esquema de descentralização e de controle social. Hoje o município, até para estar nos programas da área social, saúde, assistência social etc., necessita ter seu conselho municipal. Se não tiver um conselho equilibrado, de representação da máquina estatal e da sociedade civil, não conseguirá ter acesso a esses programas.

Chegamos até, para tentar evitar manipulação, incluir em alguns programas uma cláusula: precisa ter representantes da oposição. É uma tentativa do legislador de evitar que o conselho seja manipulado pelo prefeito. É ruim isso acontecer, como é ruim ter ele agindo puramente como instrumento da oposição. Daqui a pouco o povo vai eleger um prefeito querendo mudar uma situação no município e os conselhos poderão ser resistentes às mudanças. O conselho não é para ser hegemônico do governo — qualquer governo, qualquer situação —, nem hegemônico de um, dois partidos ou do bloco de oposição em qualquer situação, seja municipal, estadual ou federal.

Sou um curioso deste assunto, acompanho-o em todo lugar. Já vi que em alguns municípios, no quadro de pluralidade partidária que temos, o prefeito, para cumprir a regra, escolheu a oposição mais amena. Ficamos construindo institutos para tentar garantir determinados objetivos e há sempre uma relatividade nisso. Então, entre a oposição “a”, “b” e “c”, o prefeito cumpriu a regra legal de

incluir representante da oposição, só que foi a oposição mais suave, que talvez tenha até deixado de ser oposição a partir do momento em que teve acesso ao Conselho Municipal do Comunidade Solidária, à Comissão de Emprego, ao Conselho do PRONAF, ao Conselho de Assistência Social, ao Conselho Municipal de Saúde. Hoje temos uma organização de controle social em todas essas políticas sociais. E isso é muito bom.

Vai se dizer, porque cada um tem a sua experiência, que em determinado município isto não funciona direito. Certamente, com mais de cinco mil municípios, vamos ter funcionando de um jeito em um lugar; de modo diferente em outro lugar. Mas, perto do que já foi a realidade destas questões antes da Constituição de 1988, demos um passo relevante quanto à participação. E esses conselhos têm uma força enorme. Às vezes há disputas entre conselho e prefeito e, normalmente, o prefeito perde.

Eu diria que a década de 90 foi a da consolidação de políticas públicas de controle social sob a forma de conselhos, especialmente porque no momento em que eles se tornaram obrigatórios para trânsito de verbas e execução de políticas, ficaram na base da sociedade, que é o mais importante. E, claro, de forma bastante plural, bastante variada, com experiências corretas na sua maioria, distorcidas em algum percentual, sem dúvida.

Outra observação, *a latere*, porque surgiu hoje de manhã, diz respeito ao Judiciário. A Constituição de 1988 deu-nos alguns instrumentos. Podemos achar pouco, podemos nos rebelar em caso específico, mas, por exemplo, o quanto já conseguiu o mandado de segurança coletivo neste País! Algumas questões polêmicas e delicadas foram resolvidas através de mandado de segurança coletivo. Na ordem jurídica anterior à Constituição de 1988 elas não teriam sido resolvidas, porque os mandados de segurança teriam de ser só daqueles seus autores.

Quanto ao mandado de injunção, que é mais complexo, ainda estamos em processo de experiência com ele, mas já ocasionou alguns resultados em determinadas ações.

Quero, finalmente, concentrar-me um pouco no Rio Grande do Sul. O estado tem uma situação curiosa, que a maioria dos outros estados não têm. Ali a participação popular é vista especialmente pela

questão orçamentária. Isso remonta à experiência de prefeitos, e lembro o Prefeito Bernardo de Souza, de Pelotas, o pioneiro do Orçamento Participativo, há três décadas. Mas remonta também à Constituição Estadual, que ao definir as formas de participação estipulou uma específica sobre as leis orçamentárias, que até citei de manhã e repito: quinhentos eleitores ou duas entidades podem formular emenda popular ao Orçamento, ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O primeiro governo estadual da década de 90, olhando isso e mais uma realidade muito própria do Rio Grande do Sul, pois, apesar de pequeno, é um estado muito plural, tem regiões, etnias e culturas muito diferentes — portanto, há um regionalismo forte, que às vezes até choca o restante do Brasil, e um intra-regionalismo, ou seja, as regiões têm diferenças e se declaram muito diferentes —, criou os chamados Conselhos Regionais de Desenvolvimento e submeteu a eles o plano de investimentos do estado. O plano estabelecia que, para determinada região, por critérios de população e índices de desenvolvimento, o estado disporia de “x” milhões para investir no próximo orçamento. O Conselho Regional de Desenvolvimento definia suas prioridades. Foi a primeira experiência nossa.

Dos três governos da década, o segundo e o terceiro, de saída, não gostaram da idéia dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, mas terminaram assimilando-os. O segundo, além disso, propôs a lei da consulta popular. Com base nela, o conselho vai definir suas prioridades, mas vai submetê-las à decisão final de um plebiscito aberto e voluntário, que é a consulta popular. Isso consta de uma lei do Rio Grande do Sul. Infelizmente essa lei foi promulgada no último ano do mandato de um dos governadores. Portanto, o resultado da consulta popular valeu para o Orçamento do governador seguinte, que se insurgiu contra isso. E hoje temos problemas com a lei da consulta popular.

O terceiro governador, que é o atual, propôs o Orçamento Participativo. De início por fora dos COREDES, como chamamos os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, logo depois S. Exa. reavaliou e passou o Orçamento Participativo “por dentro” dessa regionalização.

O Orçamento Participativo é um método para discutir a peça

orçamentária e os principais investimentos em assembleias. No caso do estado, elas são realizadas por municípios, que elegem representantes — e a partir daí elas passam a ser representativas — para assembleias regionais, as quais elegem representantes para uma assembleia estadual. É o formato atual.

Quero manifestar uma posição pessoal — não falo em nome de nenhuma instituição, de nenhum partido, até porque no Rio Grande do Sul esses debates são muito duros: a melhor solução para o estado era juntarmos o Orçamento Participativo como processo, porque discutir é sempre bom, e a consulta popular como decisão.

Por que digo isto? Porque a consulta popular sem as assembleias fica um pouco vazia. Ao chamar os eleitores a um plebiscito em determinado dia, mesmo que algumas rádios promovam debates, não há a oportunidade de discutir lá dentro, falta uma perna.

Ao se fazer apenas assembleia de discussão, sem o processo aberto de votação, corre-se outro risco. Digamos que eu seja aluno de uma escola, e minha escola precisa de uma quadra de esportes. Os alunos saem em fila indiana — isso acontece muito e é natural, são reivindicantes — e vão para a assembleia do orçamento. Somos duzentos alunos, e o resto da representação da sociedade que vai tratar de saúde, de segurança, de educação está em número menor do que o nosso. Chegamos lá e aprovamos nossa quadra de esportes.

Não sei quando o Rio Grande do Sul vai conseguir o ponto de equilíbrio entre duas vertentes diferentes. Mas o Orçamento Participativo é hoje excelente método, excelente processo de discussão. A consulta popular é melhor como processo deliberativo. Aí não estaremos presos à hegemonia eventual de uma reunião, de uma assembleia. Será ótimo o dia em que conseguirmos fazer uma síntese destas duas teses, que balançaram bastante o Rio Grande do Sul nos últimos anos.

Há no estado, portanto, uma ansiedade de participação no processo de elaboração do orçamento. O que fez a assembleia legislativa? Encontrou uma solução, recebe a peça orçamentária e inicia o Fórum Democrático, no exíguo tempo que tem para tramitar e deliberar. Uma coisa é o período de tramitação da peça no Executivo, que é todo o exercício. O Executivo pode começar a elaborar seu orçamento em janeiro, e tem o prazo constitucional em que a peça vai

para o Legislativo. O Legislativo faz o Fórum Democrático, ou seja, vai de região em região discutindo a peça orçamentária. Ela passa por uma segunda discussão, portanto. É uma espécie de repescagem. Para o grupo social que perdeu alguma demanda no Orçamento Participativo, é natural que vá para a reunião do Fórum Democrático apresentar novamente sua demanda.

Os senhores podem verificar o quanto está, sem querer me posicionar deste ou daquele lado, atraindo a opinião pública do Rio Grande do Sul a questão de discutir e de participar da elaboração orçamentária. Esta está sendo a “pedra de toque”. A ponto de termos, em três governos, três iniciativas diferentes. Hoje temos também uma iniciativa da assembleia. São quatro iniciativas, na década, a respeito do orçamento.

Vejam a importância que isto tem para a opinião pública gaúcha. É toda uma pedagogia, toda uma disposição de participar da discussão do orçamento, que me parece ser um pouco atípica em comparação a outras realidades. Por isso fiz questão de, sem bairrismo, debruçar-me alguns minutos sobre este aspecto específico da participação popular no meu estado natal.

As observações que trouxe dentro do tema são na linha da brilhante conferência que ouvimos pela manhã. É preciso que tenhamos a consciência da possibilidade, a consciência de que existem mecanismos a serem, cada vez mais, agilizados. E a sociedade civil brasileira tem demonstrado, desde a década de 60, grande capacidade de organização, embora ela não seja geral, que nos leva a ter muita esperança no amadurecimento democrático das instituições de nosso País. E temos consolidado, sim, passos.

Tivemos o rompimento de barreiras com o processo constituinte, quando houve enorme manifestação, grandioso espetáculo de participação. De toda a energia liberada naquele processo, não agregamos cem por cento depois, mas um percentual interessante, que nos levou a consolidar, ao longo dos anos seguintes, essa organização de controle social. Hoje isso é hegemônico não só no plano da legislação, no plano institucional — Constituição e leis que regulam cada uma das áreas —, mas também no pensamento nacional. Quem se rebela contra isso hoje é minoria. Então, houve a consolidação. Em um país das dimensões brasileiras este é um passo

muito importante. Em uma sociedade tão diversificada — ou será que temos várias sociedades em solo brasileiro? —, é um passo muito significativo em meio a todas as dificuldades termos consolidado isto.

Espero que nos próximos anos tenhamos condições de consolidar outras práticas, inclusive, repito, a do referendo. E gostaria que ele começasse pelo município, onde é mais fácil ser realizado. Ou seja, que começássemos a criar a cultura de submeter a referendo as leis mais importantes. Seria um grande passo para o amadurecimento de uma democracia realmente participativa em nosso País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Deputado Ricardo Ferraço) – Agradeço ao Dr. João Gilberto Lucas a manifestação.

Registramos e agradecemos a presença do Padre José Ernani, que em nome da CNBB se faz presente neste evento.

Com a palavra a Dra. Salma Tannus Muchail.

A SRA. SALMA TANNUS MUCHAIL – Sr. Coordenador, hoje pela manhã o Prof. Mário Sérgio Cortella, mais de uma vez, repetiu que eu fui professora dele. O que eu sou é professora, e como tal é que vou falar hoje. Também como professora, sempre elaboro um texto, a esse de hoje dei o título “Democracia Como Prática”. Eu o lerei e farei comentários.

Antes gostaria de cumprimentar meus colegas da Mesa: o palestrante que me antecedeu, Sr. João Gilberto Lucas Coelho; o coordenador dos trabalhos, Deputado Ricardo Ferraço; e a Deputada Luiza Erundina, Presidente da Comissão de Legislação Participativa.

Gostaria também de dizer que, quando recebi o convite para participar deste seminário, minha reação mais imediata foi a de me sentir extremamente honrada e, ao mesmo tempo, sem saber muito bem no que eu poderia contribuir em uma Casa política. Foi o que eu disse à Deputada Luiza Erundina na ocasião. Senti-me muito honrada, muito agradecida e incapaz de recusar, apesar de não saber muito bem o que viria fazer aqui. Essa foi minha reação imediata e este permanece sendo o meu sentimento, de muita honra. De modo que agradeço aos membros desta Comissão, principalmente na pessoa da Deputada Luiza Erundina, e à equipe organizadora, notável não só na organização, mas principalmente na gentileza. É muito atenciosa a equipe.

Penso que, tendo ouvido a palestra do Sr. Mário Sérgio e, agora, a do Sr. João Gilberto, esta é uma oportunidade não só de falar, mas principalmente de ouvir e de aprender.

Como epígrafe ao meu texto cito pequena passagem que extraí do livro *A Cidade Grega*, de um historiador helenista clássico: Gustave Glotz. O trecho escolhido diz respeito ao nascimento da democracia em Atenas, por volta do século V a.C.:

*“Era também necessário, para que a democracia não fosse uma palavra oca, permitir que as pessoas do povo — lá em Atenas — ocupadas em ganhar a vida dedicassem seu tempo ao serviço da república.”*³

Democracia é uma palavra que, como se sabe, presta-se aos mais variados usos. Partidos e regimes políticos, governantes e representantes sociais, instituições diversas, partilhando tendências diferentes e freqüentes vezes opostas, são qualificados ou se autoqualificam de democráticos.

Alguns reconhecem nisso, e não sem razão, a situação de termos cujo uso foi de tal modo banalizados, que acabam por perder toda a consistência conceitual. Mas esse é apenas um ângulo possível de consideração. Outros também cabem, talvez, mais fundamentais.

Pode-se pensar, por exemplo, que o esvaziamento conceitual não se deva apenas à vulgarização do termo, mas à natureza mesma do conceito de democracia. Afinal, à democracia pertence, como que por princípio, uma necessária flexibilidade e uma permanente incompletude, de modo tal que parece incompatível com esse conceito que ele se substancialize em uma significação única e definitiva, recobrando um sentido universal.

Mais ainda, a essa natureza de certo modo vaga, vincula-se complementarmente o fato de se tratar de um conceito que é historicamente circunscrito, portanto, incessantemente construído e reconstruído. Não é primeiramente uma idéia. É antes uma prática, e são os modos históricos de exercê-la que lhe conferem diferentes significados.

³ GLOTZ, Gustave. *A Cidade grega*. S. Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980, p. 105.

Assim, retomando a expressão do historiador helenista clássico, pode-se dizer que desde o momento histórico do seu surgimento, na Atenas do século V a.C., a democracia seria “uma palavra oca” se não houvesse sido praticada pelas pessoas do povo⁴.

Da prática, pois, ao conceito, proponho considerar hoje um recorte histórico particular: o que demarca os contornos das nossas sociedades ocidentais modernas, que têm início por volta do começo do século XIX e às quais, de alguma forma, ainda pertencemos. Às características desse tipo de sociedade vincula-se a construção das significações modernas de democracia.

Assim, ainda que muito esquematicamente, tentarei delinear alguns sinais que marcam este tipo de sociedade. Para elaborar esse esquema, recorro a elementos extraídos das análises de dois pensadores contemporâneos: Michel Foucault e Cornelius Castoriadis. A partir de suas idéias, primeiramente darei realce a alguns aspectos, por assim dizer, mais escuros de nossa sociedade, aqueles que a descrevem e a denunciam.

Então, vejamos primeiramente os aspectos de descrição e de denúncia, que são os mais escuros, a que chamei de “traços da atualidade”.

Michel Foucault nasceu em 1926 e morreu em 1984. Segundo ele, o aparecimento da sociedade moderna é assinalado pelo declínio de um tipo hegemônico de poder — o poder soberano, monárquico — e a instalação crescente de outro tipo de poder, por ele denominado “disciplinar” ou “de controle”, instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e da sociedade que lhe é correspondente⁵.

O poder disciplinar não é apenas repressivo ou ostensivamente opressor. Mais sutil, ele é “positivo”, isto é, “produz” comportamentos, hábitos, gestos. Numa palavra, adentra as pessoas. Não se exhibe na identidade de um poder central e superior, como na figura de um Estado soberano. Mas se espalha anônimo, difuso, capilar, em práticas minuciosas exercidas por todo o corpo social. Não se mantém numa unidade, mas se exerce no plural. Trata-se, antes, de

⁴ GLOTZ, Gustave. *A Cidade grega*. S. Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980, p. 105.

⁵ FOUCAULT, Michel, Soberania e disciplina in *Microfísica do poder*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 188.

poderes múltiplos, heterogêneos, móveis, enfim, micropoderes, cujo funcionamento dá sustentação e eficácia ao macropoder estatal.

Ouçamos agora algumas reflexões de Cornelius Castoriadis, que nasceu em 1922 e morreu em 1997. Elas estão incluídas em uma entrevista radiofônica realizada em 1996, pouco antes de sua morte e depois publicada. O que caracteriza a nossa época é ali denominado de “insignificância. É que a “insignificância”⁶, por um lado, distingue os políticos de hoje. E eles são descritos como “profissionais” da política ou “políticos de carteirinha”⁷.

“A democracia representativa não é uma verdadeira democracia. Seus representantes muito pouco representam as pessoas que os elegem. Primeiramente, eles se representam a si mesmos ou representam interesses particulares, lobbies, etc.”

Quanto aos cidadãos comuns, por outro lado, é na experiência de uma “contra-educação política” que a “insignificância” nos alcança.

“Enquanto as pessoas deveriam habituar-se a exercer todas as espécies de responsabilidades e a tomar iniciativas, habituam-se a seguir opções que outros lhes apresentam e a votar por elas. Como as pessoas estão longe de ser idiotas, o resultado é que elas crêem cada vez menos, tornam-se cínicas numa espécie de apatia política.”⁸

Há um “esgotamento ideológico”, acompanhado de uma “disposição geral” que é de “resignação” ou de “conformismo generalizado”, de “inibição” para agir.⁹

Mas as análises da nossa sociedade não se reduzem ao seu desenho austero. Cada qual dos dois pensadores descreve e denuncia o

⁶ CASTORIADIS, Cornelius. *Post-scriptum sobre a insignificância*. São Paulo: Veras Editora, 2001, p. 27 e 33.

⁷ Idem, p. 29.

⁸ Idem, p. 30 e 31.

⁹ Idem, p. 38, 39, 47 e 48.

presente com o intuito de questionar nossas evidências, de questionar o que parece óbvio e natural: evidências de pensamentos e nossas aderências de condutas e, a partir daí, delinear e anunciar um horizonte de transformações. É desta perspectiva que apresentarei agora breves indicações de pistas ou de sugestões, em oposição à descrição da atualidade, ao que chamo de algumas “prospectivas”.

Para Foucault, a todo tipo de poder responde um tipo de resistência e de luta na direção de mudanças. No caso de transformação da sociedade moderna, do tipo disciplinar, não se terá bom êxito transformando do alto o regime central de governo ou o aparelho de Estado, mas atuando estrategicamente na trama molecular dos poderes sociais, estabelecendo “redes” dentro da rede do poder. Como os poderes, as lutas, para serem eficazes, precisam ser plurais, heterogêneas, móveis, provisórias, pontuais.

De orientação similar, reproduzo algumas passagens de Castoriadis:

“... e creio que só sairemos dele — do esgotamento ideológico — pelo ressurgimento de uma potente crítica do sistema e o renascimento da atividade das pessoas, de sua participação na coisa comum. Dizer isso é uma tautologia, mas é preciso esperar, é preciso confiar e é preciso trabalhar nessa direção.”¹⁰

“Mas, neste momento, sentimos vibrar uma retomada da atividade cívica. Aqui e lá, começa-se, de algum modo, a compreender que a “crise” não é uma fatalidade da modernidade, à qual seria preciso submeter-se, “adaptar-se”, para não incorrerem em alguma espécie de arcaísmo. Coloca-se, então, o problema do papel dos cidadãos e da competência de cada um para exercer os direitos e os deveres

¹⁰ CASTORIADIS, Cornelius. *Post-scriptum sobre a insignificância*. São Paulo: Veras Editora, 2001, p. 38.

democráticos com a finalidade — doce e bela utopia — de sair do conformismo generalizado.”¹¹

Àquela “contra-educação política”, Castoriadis opõe a boa “educação política” que se faz pela ativa participação das pessoas nas coisas comuns. E apoiando-se na afirmação de Aristóteles “cidadão é aquele capaz de governar e ser governado” faz ver que nisto consiste a educação política: em aprender a governar, governando¹².

Finalmente reúno os autores, que escolhi como apoio, em uma idéia mais ampla. Castoriadis, no final daquela entrevista, usa a expressão “sociedade autônoma¹³” e nos convida à difícil, porém verdadeira, democracia. Foucault, por sua vez, no comentário de um texto de Kant¹⁴, nos convoca à saída de um “estado de menoridade”, que é aquele em que se é conduzido por outrem para o “estado de maioridade”, que consiste no governo ou na condução de si mesmo. Ora, governo de si ou autonomia, eis certamente um norte para balizar nossas tentativas de exercício democrático.

Para concluir, tentarei trazer essas reflexões para mais perto do nosso contexto. Penso particularmente neste seminário, promovido pela recém-criada Comissão Permanente de Legislação Participativa.

Reproduzindo expressões com que é apresentada, esta Comissão pretende significar a abertura de um “portal” ou “janela”¹⁵ para o acesso do cidadão comum ao universo concreto do Legislativo. Possibilitando um cruzamento entre as vias direta e representativa, a Comissão, escreve sua Presidente, Deputada Luiza Erundina, “além de contribuir para mobilizar a participação da sociedade civil, constitui-se em instrumento de ‘educação política’ e de fortalecimento da democracia representativa”¹⁶.

Agora, educação política sou eu quem grifo.

¹¹ CASTORIADIS, Cornelius. *Post-scriptum sobre a insignificância*. São Paulo: Veras Editora, 2001, p. 39.

¹² Idem, p. 30, 40-44.

¹³ Idem, p. 52.

¹⁴ Cf. FOUCAULT, M. Qu’est-ce que les Lumières? in *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, vol. IV, 1944, p. 562-578.

¹⁵ Comissão Permanente de Legislação Participativa. *Cartilha*. Brasília: Coordenação de Publicações, 2001, p. 7 e 13.

¹⁶ Idem, p. 14.

Trata-se, como se vê, de intenções e de princípios. Entretanto, escreve o historiador helenista já citado: “Um princípio político, em toda época e em todo lugar, presta-se a interpretações diversas e só com a prática adquire sentido preciso”¹⁷.

E eis que voltamos ao nosso ponto de partida.

Está claro que o bom êxito da Comissão não tem garantia prévia. É da prática, do seu modo de exercer-se, que esta Comissão, também ela circunscrita historicamente, construirá e reconstruirá o seu próprio conceito. Contudo, por sua própria função mediadora, é possível que se instaure como um território de acolhimento, capaz de aproximar instituições e pessoas que, descomprometidas de vínculos político-partidários estritos, são socialmente comprometidas, isto é, vinculadas à política no seu sentido mais amplo. Por isso, é possível que a Comissão crie suas próprias condições para constituir um lugar de transformações e de superação das nossas desesperanças.

A partir das reflexões que fizemos pode-se enunciar algumas dessas condições. Primeiro, ser espaço que abrigue a pluralidade de participações heterogêneas, flexíveis, móveis, provisórias, pontuais, compondo pistas diversas e convergindo em alianças e pactos em nome de causas democráticas compartilhadas. Segundo, ser instrumento eficaz de educação política, que propicie ao cidadão comum a aprendizagem aristotélica de “governar e ser governado”, contribuindo, assim, para sacudir as apatias, abalar os conformismos e mobilizar nossas inibições. Numa palavra, são essas possivelmente algumas das condições que, assim esperamos, poderão concorrer para lavar um solo de maioria democrática, cuja raiz é a autonomia de pensamentos e de condutas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

¹⁷ GLOTZ, Gustave. *A Cidade grega*. S. Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980, p. 111.

MESA DE DEBATE

“MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR
DIRETA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL — PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO”



Da esquerda para a direita: Senhor José Álvaro Moisés, Deputada Luiza Erundina, o Deputado Avenzoar Arruda e Senhora Arlete Sampaio

O SR. COORDENADOR (Deputado Avenzoar Arruda) – Bom dia a todos os que aqui se encontram. Vamos dar prosseguimento ao Seminário Democracia e Soberania Popular, uma promoção da Câmara dos Deputados e da Comissão de Legislação Participativa, presidida pela Deputada Luiza Erundina, a quem convido para fazer parte da Mesa.

Está presente também o Deputado Sérgio Novais. Nobre Deputado, se desejar fazer parte da Mesa, fica convidado.

Bem, dando prosseguimento ao nosso seminário nesta manhã, convido para fazerem parte da Mesa os nossos conferencistas, a Sra. Arlete Sampaio, ex-Vice-Governadora do Distrito Federal, e o Sr. José Álvaro Moisés, sociólogo e cientista político, representante do Ministério da Cultura, que falarão sobre o tema "Mecanismos de Participação Popular Direta na Constituição Federal de 1998 — Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário".

¹⁸O Senador Bernardo Cabral, que seria um dos conferencistas deste painel também, justificou sua ausência e enviou-nos o texto da palestra que faria. Vamos depois disponibilizá-lo; creio que é o mais correto. Como não foi possível reproduzi-lo, vamos disponibilizá-lo depois, para que as pessoas interessadas nessa parte possam consultá-lo.

Antes de passar a palavra aos conferencistas, quero lembrar aos convidados e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição; por isso, solicito que falem ao microfone, porque as intervenções fora do microfone, por não serem audíveis na gravação, não poderão ser transcritas.

Bem, então, dando início aos trabalhos, sem mais delongas, concedo a palavra à Dra. Arlete Sampaio, para a sua exposição.

A SRA. ARLETE SAMPAIO – Bom dia a todos, senhoras e senhores. Meus cumprimentos à Mesa, à Deputada Federal Luiza Erundina, Presidente da Comissão, ao nosso companheiro Avenzoar Arruda, que preside esta Mesa, ao Prof. José Álvaro Moisés, que

¹⁸ Vide Anexo 1, p. 99.

representa aqui o Ministério da Cultura, aos parlamentares aqui presentes e aos representantes de entidades.

Em primeiro lugar, agradeço o convite para, fazendo parte desta Mesa, comentar uma experiência concreta realizada pelo Governo Cristovam Buarque de 1995 a 1998, qual seja, o Orçamento Participativo em Brasília. Vou expor minha participação como coordenadora desse projeto.

Em segundo lugar, faço um grande elogio à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional, pela constituição desta Comissão Permanente de Legislação Participativa, porque penso que a iniciativa atende perfeitamente ao clamor de participação vindo da sociedade brasileira, procurando introduzir novas formas de relação entre as instituições do País e a população, e mostrando que não podemos ver como antagônicas a democracia representativa e a participação direta da população; ao contrário, uma pode alimentar a outra e fazer com que construamos, todos juntos, uma sociedade muito mais consciente, muito mais cidadã, de fato, para intervir e participar nas questões que interessam a todo o povo brasileiro.

Temos uma história política, da República brasileira, marcada por uma administração autoritária, clientelista, fisiológica e patrimonialista — nós já sabemos de tudo isso, não é? —, vez e outra entremeada por governos do tipo populista, cuja única forma de participação se resumia àquele processo por todos nós conhecidos de manipulação política eleitoral de certos setores da população.

Nos últimos vinte e cinco anos, a questão da participação popular veio marcando o cenário político brasileiro das mais diversas maneiras. No final da década de 70, início dos anos 80, essa busca de participação colocava como ponto central, na medida em que vivíamos numa ditadura militar, a luta pela conquista das liberdades democráticas, a luta para que pudéssemos até mesmo reconquistar a democracia representativa, elegendo governadores, prefeitos de capitais e de outras cidades que não tinham o direito de eleger seus representantes, e até mesmo a mais célebre mobilização popular que já houve neste País, que foi a luta pelas “Diretas já”. Portanto, essa participação demarcava o sentimento popular dos movimentos sociais, de grupos políticos, na luta pela redemocratização do País.

No momento seguinte, é justamente esse movimento social que

pressiona o Estado brasileiro pela participação, constitui um pólo democrático no País, que depois se expressa na elaboração da nova Constituição, em que estão configurados importantes avanços no que toca aos direitos individuais e que aponta diversas possibilidades de participação popular, até mesmo na elaboração das leis, com as emendas populares, e ainda a possibilidade de aferir a opinião da população por meio de diversos mecanismos e recursos.

Mas, ao final da elaboração dessa nova Constituição, promulgada em 1988, também assistimos ao importante crescimento da participação desse segmento democrático, dos partidos mais vinculados à Esquerda brasileira em administrações públicas, e, com isso, a inovações importantes, a busca de uma participação popular efetiva.

Em primeiro lugar, nos anos 80, foram construídos os “conselhos”, a partir de políticas públicas, também em face da demanda da população por essa participação. Assim, vimos surgir os conselhos ligados às áreas de saúde, educação, transporte e diversas outras.

Num segundo momento, vimos a experiência do Orçamento Participativo, que é hoje desenvolvida por inúmeras prefeituras e até mesmo estados brasileiros; isto é, o povo participa, num processo bem orientado, bem definido, da discussão e da preparação do orçamento público, e tem uma forte influência, até mesmo no processo de planejamento dos governos que realizam o Orçamento Participativo.

Nesses últimos anos, a discussão do orçamento público tem sido bastante exposta no cenário político brasileiro, desde a CPI do Orçamento, que revelou vários problemas na forma tradicional como os orçamentos são realizados e que acabam permitindo que interesses privados e interesses particulares se expressem mais do que o interesse real do povo. Nesse sentido, o Orçamento Participativo, quando aplicado, permite vencer e superar algumas mazelas dessa política ultrapassada, no sentido de mostrar que é possível dar transparência ao orçamento público, que é possível criar as condições para que a população também defina projetos e apresente reivindicações que possam ser contempladas pela administração pública, e ainda que é possível trabalhar no sentido da construção de uma consciência cidadã, como também no da implantação de mecanismos de controle

social sobre a administração pública.

Tínhamos um grave problema, no passado — aliás, temos ainda, infelizmente —, na forma tradicional de elaboração do orçamento. A rigor, mesmo com as inovações que surgiram a partir da obrigatoriedade de os governantes encaminharem seus planos plurianuais, suas leis de diretrizes orçamentárias e seus orçamentos, mesmo assim, vemos que, na maior parte das administrações, esses instrumentos não passam de peças de ficção, e, na verdade, as próprias leis orçamentárias via de regra apresentam a possibilidade de remanejamento de 20% a 25% dos recursos, ao sabor da vontade do próprio administrador público. Nesse sentido, tudo que está consignado na lei orçamentária pode ser redirecionado, em face dessa possibilidade de remanejamento.

Com o Orçamento Participativo, o orçamento público fica pactuado com a população. As pessoas que participaram de todo o processo têm conhecimento exato do que consta do plano de investimentos. Portanto, no Orçamento Participativo, há um compromisso do governo com essa população; aquilo não é mais peça de ficção, mas um compromisso real, que deve ser colocado em prática pelo governo. Exatamente por isso o Orçamento Participativo obriga a que os governos tenham mecanismos muito mais finos de planejamento e de execução real dos planos plurianuais, das leis de diretrizes orçamentárias e do próprio orçamento. O compromisso é com a população, e não com peças de ficção.

Quando estávamos aplicando no Distrito Federal o Orçamento Participativo, o *Correio Braziliense* publicou, sob a manchete “Missão Impossível”, matéria comentando que, naquele ano, o Governo de Brasília não teria condições de realizar todas as obras reivindicadas pela população por meio do Orçamento Participativo; previa-se ali que apenas 34% das obras seriam concluídas. Na época, enviei uma cartinha para o *Correio Braziliense* perguntando: “Em quantas administrações neste País haveria condições de se falar sobre isso?” Sim, porque em geral os orçamentos são verdadeiras caixas-pretas. A população não tem o menor conhecimento do que lá está escrito, não sabe o que está ou não está previsto. Somente o Governo e a Câmara Legislativa, no respectivo nível, é que têm conhecimento real do orçamento. No caso do Orçamento Participativo, foi possível ao

Correio Braziliense, à imprensa, criticar, e até prever que apenas 34% das obras seriam realizadas, o que já foi um grande avanço. Mesmo sendo alvo de críticas, é um grande avanço sabermos o que consta de um orçamento.

Quando fizemos a opção por um projeto como o Orçamento Participativo, tínhamos consciência de que a participação popular não se esgota aí. Existem diversas formas de participação popular. O Orçamento Participativo é apenas uma dessas formas, importante, sem dúvida, pois incide sobre uma questão fundamental, que é o orçamento público, mas não esgota a participação popular. Exatamente pelo que nós vamos ver aqui, pelo volume das pessoas que participam, não poderíamos dizer que a participação popular se esgota no Orçamento Participativo. É fundamental levarmos em conta tudo isso.

Em 1997, realizamos aqui em Brasília um Fórum Nacional de Participação Popular, para o qual foram convidadas diversas administrações públicas que realizavam Orçamento Participativo, a fim de trocarmos experiências. Nós verificamos que, das mais de setenta prefeituras que participaram desse evento, muitas delas não eram do PT, mas do PMDB, do PFL, do PSB, além de várias outras que também realizavam o Orçamento Participativo. Nesse fórum, tivemos a oportunidade de discutir, primeiro, o fato de que é prerrogativa do Poder Público fazer o orçamento; portanto, optar pelo Orçamento Participativo é uma decisão política, uma decisão que passa por uma visão de construção da democracia que deve ser colocada em prática até o último momento. Ou entendemos a participação popular como um projeto estratégico, ou então não passaremos de uma marca fantasia que na verdade esconde uma pseudoparticipação.

Nosso governo, ao colocar em prática o Orçamento Participativo, tinha justamente estes objetivos: primeiro, democratizar a administração; segundo, criar condições para a construção de uma consciência cidadã; terceiro, dar transparência à administração pública; quarto, criar mecanismos de controle social sobre essa administração pública — além dos efeitos, digamos, secundários, como o de promover a justiça social, conforme veremos adiante, analisando a distribuição de recursos, da forma como foi e é feita no

Orçamento Participativo.

Para iniciarmos o processo de elaboração do Orçamento Participativo, primeiro assumimos o desafio de realizá-lo nas dezenove regiões administrativas que compõem o Distrito Federal. Dirigimo-nos para cada uma das cidades do Distrito Federal — Ceilândia, Taguatinga, Brazlândia, etc. — e fizemos um processo de mobilização. Convidamos os cidadãos e as cidadãs para comparecerem a uma reunião onde o governo explicaria a participação da população na elaboração do orçamento público. O convite era feito com os mais variados meios de comunicação, desde cartazes, carros de som, enfim, todos os mecanismos que o movimento social sempre utilizou em nosso País. Nós tivemos a surpresa de assistir à realização de importantes plenárias nas cidades, contando com a participação de um grande número de pessoas. Nessas plenárias, explicávamos o que era o Orçamento Participativo e como as pessoas poderiam atuar para que suas reivindicações fossem contempladas no orçamento do governo.

Depois, convidávamos os cidadãos para uma segunda reunião, e explicávamos que deveriam mobilizar suas ruas, suas quadras, suas associações, suas escolas, seus colegas de trabalho, para discutir as reivindicações que diziam respeito à sua cidade, ao que deveria ser feito pelo governo naquela cidade. E nessa segunda plenária as pessoas deveriam trazer essas reivindicações, como também teriam a oportunidade de eleger os delegados que comporiam o “Fórum de Delegados” daquela cidade. Dessa forma, montamos os fóruns do Orçamento Participativo de cada cidade; em seguida, esses fóruns elegiam os conselheiros do Orçamento Participativo, os quais, junto com os técnicos do governo, elaborariam o orçamento de todo o Distrito Federal.

No momento em que esse conselho se reunia, tínhamos o compromisso de, primeiramente, apresentar um esboço do orçamento do ano seguinte — porque, evidentemente, toda essa mobilização serviria para elaborar o orçamento do ano seguinte. O esboço do orçamento era apresentado ao conjunto dos conselheiros, para que eles vissem qual seria a previsão de receita do governo, quais seriam as despesas fixas que o governo teria no próximo ano e qual seria o recurso destinado aos investimentos.

Havia um debate sobre todas as questões do orçamento e depois particularizávamos a discussão em relação aos recursos destinados a investimentos. Discutíamos o total de recursos existentes para dividi-los pelo conjunto das dezenove regiões administrativas. É óbvio que, se fizéssemos uma divisão linear, haveria, sem dúvida, injustiças. As cidades mais precárias poderiam estar ganhando o mesmo — ou menos, porque têm populações menores, às vezes — que outras cidades que já tinham infra-estrutura urbana muito melhor. Portanto, instituímos critérios para a divisão do bolo. Por exemplo, a mortalidade infantil era um desses critérios. Quanto mais alta a mortalidade infantil, mais pontos a cidade tinha na divisão dos recursos. O segundo critério era a renda *per capita*; quanto mais baixa, mais pontos a cidade tinha na divisão do bolo. O terceiro era a infra-estrutura de saneamento; as cidades que não fossem pavimentadas e não tivessem saneamento também tinham mais pontos na divisão. A população também era outro critério; quanto mais gente, mais pontos. O quinto critério era a existência de equipamentos públicos: escolas, centros de saúde, delegacias etc.

Então, com esses cinco critérios, atribuíamos uma pontuação às cidades e fazíamos a divisão do bolo de recursos. Esse montante era rediscutido na reunião do fórum de delegados do Orçamento Participativo, que, então, compatibilizava as reivindicações com a quantidade de dinheiro disponível, para que fosse elaborado o plano de investimentos. Depois, novamente, o conselho discutia os planos de investimentos elaborados, e então fazíamos a votação final. Depois, o conselho entregava ao governador o plano de investimentos, com o compromisso estabelecido do governo de que esse plano seria parte da peça orçamentária que o governo enviaria à Câmara Legislativa.

Dessa forma trabalhamos durante quatro anos. Foi importante o contato que nós tivemos com a Câmara Legislativa, tentando justamente demonstrar que não havia competição entre esse trabalho que a comunidade realizava e o trabalho daquela Casa, porque evidentemente seria muito pobre considerarmos que uma Câmara tem como única atribuição a apresentação de emendas ao orçamento. Na verdade, as "emendas", entre aspas, estavam sendo feitas pela população de forma estruturada, organizada, e discutidas. Portanto, esperávamos que a Câmara tivesse um compromisso com aquelas

reivindicações. Tirávamos do conselho uma delegação, uma comissão cuja tarefa era dirigir-se à Câmara Legislativa com o objetivo de convencer cada deputado de que não se deveria mexer no plano de investimentos do Orçamento Participativo. E conseguimos que mesmo os nossos mais ferrenhos adversários — e quem mora em Brasília sabe que os tivemos — votassem integralmente o plano de investimentos do Orçamento Participativo, sem nenhuma modificação, durante os quatro anos.

Criamos também a Comissão de Acompanhamento de Licitações e Obras. Essa comissão tinha acesso aos órgãos governamentais. É importante dizer que oferecemos a cada um dos conselheiros um crachá, assinado pelo governador, que lhes dava o direito de obter informações em todos os órgãos do governo. Essas pessoas da Comissão de Acompanhamento de Licitações e Obras não só acompanhavam as licitações nos órgãos que encaminhavam as obras reivindicadas, como também acompanhavam as próprias obras. Muitas vezes denunciavam que a obra não estava sendo feita de acordo com os padrões de qualidade ou estavam fora do prazo. Então, essa comissão foi muito importante, do ponto de vista da fiscalização, para nossa administração.

Além disso, fazíamos os chamados debates temáticos do Orçamento Participativo. Convocávamos os Secretários das diversas áreas, que vinham ao conselho apresentar seu planejamento, o que a sua secretaria pretendia realizar em cada área, de saúde, de educação etc. Havia um debate sobre os serviços que essas secretarias desenvolviam e sobre as aspirações da população com relação às modificações, às transformações que ela exigia que fossem feitas.

Essa experiência do Orçamento Participativo demonstra, de maneira cabal, que é possível inovarmos na construção de um processo de participação direta da população, e que isso não se opõe à forma como a democracia representativa se estabelece, pelo contrário. Particularmente hoje, no momento em que vivemos uma crise em que cresce o descrédito de várias instituições brasileiras, devemos ter a preocupação de resgatar a credibilidade das instituições a partir de um processo de participação efetiva dos cidadãos e cidadãs, colocando essa participação na pauta dos nossos trabalhos. Por isso mesmo, é de extrema importância que a Câmara tenha constituído a Comissão

Permanente de Legislação Participativa. Espero que realmente sejam criados instrumentos efetivos para que essa participação possa dar-se, a partir dessa iniciativa da Câmara dos Deputados.

Rapidamente, mostrarei alguns dados da experiência de Brasília, para que todos possam visualizar o que de fato foi feito no Orçamento Participativo. Trata-se de um projeto que infelizmente foi interrompido, a partir do momento em que não houve a reeleição do nosso companheiro Cristovam Buarque.

¹⁹Aqui aparecem as dezenove regiões administrativas do Distrito Federal. No primeiro ano do Orçamento Participativo, em 1995, tivemos um total de 14.647 pessoas participando. Essa participação foi crescendo; em 1996, foram 27.721 pessoas; em 1997, 32.916 pessoas. Em 1998, 35.754 pessoas participaram das segundas plenárias do Orçamento Participativo, que elegeram os delegados para constituir os fóruns de delegados de cada cidade. Para se ter idéia, na cidade de Samambaia, no último ano, houve 6.097 pessoas participando, com 611 delegados eleitos. Encontrávamos dificuldades até de achar um local onde eles pudessem reunir-se para fazer suas plenárias. Realmente, era muita gente. Evidentemente, eram 611 pessoas que tinham contato direto com o governo. Conheciam o governo por dentro, assim como conheciam as pessoas do governo e a forma como se dava a execução orçamentária.

A cada ano escrevíamos uma cartilha, que era entregue a todos esses delegados, onde prestávamos contas do que já havia sido encaminhado do Orçamento Participativo, e também divulgávamos o plano de investimentos de todas as cidades, com o compromisso do governo de realizar essas obras. ²⁰Aqui, mostra-se mais ou menos o percentual de cada reivindicação, e como a população via cada uma das áreas. Percebe-se que a urbanização era uma das reivindicações mais importantes — urbanização entendida como drenagem pluvial, asfaltamento, saneamento etc. Depois, a educação também tinha peso importante, assim como segurança pública. Nas áreas de cultura, desporto e lazer, as reivindicações começaram a crescer nos últimos anos, quando as demandas mais prementes começaram a ser resolvidas. Essas áreas começaram a crescer porque as pessoas, assim

¹⁹ Vide Anexo 2, Quadro I, p. 105.

²⁰ Vide Anexo 2, Quadro II, p. 107.

como os jovens, que começaram a participar muito mais do processo, aperceberam-se dessas necessidades, e começaram a reivindicar ginásios de esportes, centros culturais etc.

O saneamento básico também tinha um peso importante, só que era vinculado às verbas de uma empresa pública. Em função de haver recursos contratados do BID, às vezes, a exemplo desse primeiro ano, alterava-se um pouco a distribuição normal das verbas.

²¹Aqui estão os valores destinados a cada cidade; aqui, os que foram realizados. Portanto, nós tínhamos a previsão de tudo. Em 1995, o primeiro ano com Orçamento Participativo, prevíamos gastar em torno de duzentos milhões de reais, mas o realizado não foi o total que tínhamos previsto.

Observamos aqui os dados sobre a verba destinada para que o fórum de delegados pudessem fazer os seus planos de investimentos.

²²Aqui estão os recursos gastos por área.

²³Observem que, no ano de 1996 — portanto, o primeiro ano em que colocamos em prática o Orçamento Participativo, porque ele foi feito em 1995 para o ano de 1996 —, das 531 obras que foram pleiteadas, conseguimos concluir 442, além de dar início — porque eram obras maiores e demandavam mais de um ano para realização — a outras sessenta obras. Mas não conseguimos iniciar as outras 29 que havíamos acordado com a população. No segundo ano, concluímos 207 obras, encaminhamos 183 e não iniciamos 96 das 486 obras reivindicadas. O último ano, exatamente por ser o último, foi o mais difícil, um pouco porque sempre deixávamos para o segundo semestre a licitação das obras, em função do recebimento de impostos de toda a cidade nesse primeiro semestre; concluímos dez obras, deixamos 102 em andamento e 563 não foram iniciadas.

Então, na análise global, dentre 1.602 obras, 659 foram concluídas, 345 foram encaminhadas e 688 não iniciadas. Para quem vê, pela primeira vez, uma experiência do Orçamento Participativo, pode-se dizer que fizemos muito pouco, mas na nossa experiência, em comparação com o desempenho de outros municípios brasileiros, dá para dizermos que essa foi uma *performance* bastante importante,

²¹ Vide Anexo 2, Quadro III, p. 108.

²² Vide Anexo 2, Quadro IV, p. 109.

²³ Vide Anexo 2, Quadro V, p. 110.

principalmente considerando-se que, historicamente, os orçamentos são peças de ficção.

Na verdade, houve um compromisso do governo. Mesmo atrasando a realização das obras, no ano seguinte nós fazíamos questão de retomar as que não tinham sido concluídas. Sem dúvida, o Orçamento Participativo é uma forma concreta de mudar politicamente a forma como os orçamentos públicos são realizados no Brasil. É uma experiência importante, e acho que Câmara dos Deputados pode, sim, fazer inovações, na forma como o orçamento é construído aqui, buscando a participação, e deverão ser analisados os instrumentos a serem usados para isso; mas, se a bancada de cada estado realizasse pelo menos as emendas coletivas já com base num debate com o governo estadual acerca daquilo que é fundamental para o seu estado, já seria uma inovação muito grande, na superação da forma com que às vezes alguns parlamentares se apropriam daqueles recursos para fazer obras, digamos assim, para a sua base eleitoral.

Acredito que há muito a fazer para que possamos avançar na democratização do orçamento público, sobretudo para que possamos avançar na transparência da administração pública e na participação popular.

Então, essa era a experiência que eu gostaria de relatar.

Agradeço a atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Avenzoar Arruda) – Obrigado, Profa. Arlete.

Aproveito para registrar a presença do Deputado Clovis Ilgenfritz, do Rio Grande do Sul. Estava presente também o Deputado Kincas Mattos, que precisou ausentar-se.

Vamos conceder a palavra ao Dr. José Álvaro Moisés. Antes, porém, informo que as pessoas que queiram inscrever-se para o debate podem fazê-lo com a secretária desta Comissão.

Com a palavra o Dr. José Álvaro Moisés²⁴.

²⁴ A publicação do pronunciamento não foi autorizada pelo palestrante.

MESA DE DEBATE

“A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA — UM MECANISMO DE DEMOCRACIA DIRETA NO PARLAMENTO”



Da esquerda para a direita: Dr. Ulisses Riedel de Resende, Deputada Luiza Erundina e Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) – Boa tarde.

Estamos retomando os trabalhos do Seminário Democracia e Soberania Popular da Comissão de Legislação Participativa.

Realizaremos a última etapa do seminário e temos a honra de contar neste debate com o Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, grande jurista, criminalista brasileiro com renome internacional e de muito prestígio nesta área, que será um dos expositores, e o Dr. Ulisses Riedel de Resende, Diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — DIAP, uma das entidades que está apoiando este seminário, tendo em vista que a Comissão tem trabalhado bastante com este departamento. Teremos a ajuda deste diretor no sentido de debater em torno do tema “A Comissão de Legislação Participativa – um mecanismo de democracia direta no Parlamento”.

Informo que cada um dos expositores terá trinta minutos para fazer sua exposição. Em seguida abriremos o debate.

Agradecemos desde já aos Drs. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e Ulisses Riedel de Resende por terem acolhido o convite. Certamente as suas contribuições trarão resultados positivos, serão de grande valor para esta Comissão e serão incorporadas aos anais deste seminário para, posteriormente, serem distribuídas no País inteiro. Um vídeo está sendo gravado e será de inestimável valor para a construção desse mecanismo que está se instalando.

Concedo a palavra ao ilustríssimo jurista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira.

O SR. ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA – Prezada Deputada Luiza Erundina, a oportunidade de externar publicamente a minha profunda admiração por V.Exa. não pode ser desprezada. Quero registrar a admiração deste seu amigo, deste seu munícipe, porque sou paulistano e vivi naquela região nos quatro anos que V.Exa. esteve à frente da Prefeitura de São Paulo. Que saudades temos nós paulistanos da sua gestão!

Sra. Presidente, prezado Dr. Ulisses Riedel de Resende, prazer em conhecê-lo pessoalmente, já o conhecia muito de nome, minhas senhoras e meus senhores, quero em primeiro lugar manifestar a minha alegria e mais do que isso a esperança na criação desta Comissão.

Embora a Constituição Federal de 1988 tivesse adotado, através de um mecanismo específico, a democracia direta, o fez de forma muito parcimoniosa. É a primeira Constituição brasileira que diz que o poder será exercido pelo povo por meio dos seus representantes ou de forma direta, nenhuma outra adotara a democracia direta. Todas elas se referiam à democracia representativa, ao exercício do poder por parte do povo, por meio de seus representantes. Com exceção da primeira Constituição republicana de 1891, que nada falava do exercício do poder pelo povo, as demais outorgavam este poder ao povo, mas para ser ele exercido de forma sempre indireta.

A Constituição Federal de 1988 cria a democracia direta, mas o mecanismo encontrado é ainda muito pobre, com entraves muito grandes, que é a possibilidade do projeto de lei de iniciativa popular. Tão grandes são as dificuldades, as exigências, que na prática a democracia direta não encontrou ainda a ressonância que se desejaria.

Com a criação da Comissão de Legislação Participativa haverá um canal, uma estrada, uma via mais ágil para que o povo, por meio de entidades representativas, possa efetivamente legislar e assim participar do exercício do poder. Se não for de forma abrangente, global — isso me parece absolutamente impossível —, que seja feita de forma direta e muito eficiente.

No Brasil, no momento, a adoção da democracia direta é muito importante para o aprimoramento da democracia. Quando falo neste tipo de democracia, falo neste instrumento constituído pela Comissão. A adoção da democracia direta vem ao encontro da necessidade imperiosa da sociedade brasileira em exercer efetivamente o poder. Repito: se não for globalmente, que seja feita de forma mais abrangente possível.

Hoje, o que vemos é o trágico distanciamento entre governantes e governados. Esta questão é antiga, apontada por vários pensadores políticos como a mais importante, mais crucial, mais

angustiante da democracia. Ela assume nos dias de hoje um realce excepcional no Brasil. Precisamos urgentemente fazer com que os representados sejam ouvidos pelos representantes. Que a linguagem seja a mesma, que o querer social venha a ser o querer do representante. Hoje, infelizmente, o querer do representante é diverso do querer do representando.

O socialista Leon Blum já dizia que a grande tragédia do socialismo era exatamente a distância entre o homem, o cidadão e o governante. E toda a sua luta no campo teórico e no campo prático foi no sentido de fazer com que a sociedade civil subordinasse a sociedade política. A sociedade política, ao contrário, no Brasil, subordina a sociedade civil, sem ouvi-la, sem saber quais são os seus anseios, as suas aspirações. Parece que há um fosso intransponível, que aqueles que são eleitos pelo voto direto para ocuparem cargos no Executivo ou mesmo no Legislativo não têm nenhum compromisso com aqueles que os elegeram. É uma realidade global, ressalvadas as exceções, não é de hoje nem de ontem, é um processo histórico que se agrava neste momento. Não temos nenhum, se temos são mínimos, exemplo concreto de manifestação política forte, transformada em lei ou em ação concreta do Poder Executivo que corresponda a uma clara manifestação de desejo social.

Este distanciamento, esta despreocupação do cumprimento fiel do mandato, da classe política de um modo geral, de ser a caixa de ressonância dos anseios da sociedade, cria algumas grandes dificuldades, cria alguns fenômenos que estão muito latentes na sociedade brasileira.

Gostaria de trazer alguns aspectos à reflexão de todos, decorrentes do distanciamento, do divórcio entre representantes e representados e entre sociedade civil e sociedade política.

Não sei se a denominação é minha, posso tê-la lido em algum lugar, mas estamos vivendo um fenômeno da “cultura da desobediência”. Há um distanciamento, a lei não reflete o querer social e a realidade. Num país como o nosso, não é fácil ter uma síntese do querer de uma sociedade heterogênea como a nossa. Talvez, em nome dessa dificuldade, a classe política não se preocupe em representar fielmente o desejo da sociedade. Essa diversidade da sociedade brasileira não justifica esse distanciamento. A cultura da

desobediência surge no momento em que a lei não é obedecida, porque não é fruto da vontade da sociedade. A cultura da desobediência demonstra esse distanciamento. A norma que a sociedade queria que estivesse regendo determinadas situações de relacionamento interpessoal e de relacionamento coletivo não é a norma que se encontra escrita; não é a norma que passou a fazer parte do ordenamento jurídico. A desobediência passa a ser algo normal e aceitável. É verdadeiramente uma cultura. Isso porque a norma não corresponde à vontade do povo e à vontade da sociedade.

Há outra questão que também faz parte da cultura da desobediência e que a integra: a falta de vontade política para a execução das boas leis. Temos excelentes leis neste País. Por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma das leis mais avançadas do mundo em matéria de proteção à criança e ao adolescente.

Qualquer estrangeiro estudioso da matéria, ao ler a lei, e acreditando que a mesma está sendo aplicada com fidelidade, dirá que este é um país privilegiado. Isso não é verdade. A distância entre a lei e a realidade é trágica porque falta vontade política para a aplicação da lei. A partir daí, relacionada à cultura da desobediência, por essas duas razões, temos a verdadeira existência de dois países: o Brasil legal e o Brasil real.

Em decorrência do fosso existente entre os representantes e os representados temos o Brasil da lei e o Brasil do cotidiano, nos vários aspectos e situações regidas pela lei — que uma hora diz “a” e a realidade nos mostra “b” —, a lei vai para uma direção e a realidade nos conduz para outra. Sentimos isso em todas as relações interpessoais dentro da sociedade brasileira. A cultura da desobediência e a existência do Brasil real e do Brasil legal nos trazem algumas dificuldades para que possamos convencer a sociedade brasileira da necessidade de ela participar. Alia-se a isso a descrença, a apatia, a ausência de auto-estima que observamos na sociedade nos dias de hoje. Há um absoluto desinteresse das camadas pensantes e bem-nascidas, bem como das camadas mais humildes, menos privilegiadas, pela coisa pública, pelo coletivo, até porque não temos um projeto de Nação.

Esse modelo que aí está não se preocupou em criar um modelo

de Brasil. Como o seu enfoque principal e prioritário é o econômico, como o econômico foi colocado como um fim em si mesmo, em detrimento dos interesses do homem, o econômico deixou de ser um meio para melhorar a vida do homem e passou a ser um fim, tudo é visto pela ótica do mercado, das finanças e da eficiência dos números. O humanismo foi jogado fora. Os valores foram olvidados e substituídos. Foram esquecidos a solidariedade, o bem comum, a condescendência, a complacência, a ajuda mútua, a nação; tudo em nome dessa globalização, que até hoje não se explicou bem o que vem a ser; algo que se coloca como uma verdade axiomática a qual todos temos de nos curvar porque é uma verdade, mas não existe conteúdo porque não se sabe o que isso significa — aliás, hoje se sabe com mais clareza, sim. A globalização significa uma universalização das nossas riquezas, mas não há uma globalização das nossas misérias, dos nossos problemas. Não há uma globalização das nossas questões.

Em nome dessa globalização, outros valores substituíram os valores informativos do humanismo, da relação saudável entre as pessoas, dos princípios necessários para a implantação da justiça social, da diminuição do fosso entre ricos e pobres, impedindo a inclusão dos excluídos, cujo número aumenta a cada dia. Isso fez com que o homem ficasse cético. O homem brasileiro passou a ser um homem cético, desinteressado pelas coisas e com baixíssima auto-estima.

Hoje o rol dos chamados brasileiros envergonhados é muito grande. São aqueles que não negam nem escondem o seu desejo de ter nascido em outros países. Mas estamos vivendo é neste País. É com essa massa, dessa terra e com a nossa cultura que vamos construir algo melhor. Para construir algo melhor, temos de enfrentar essas questões. A apatia chega a tal ponto que movimentos importantes, oriundos de determinados segmentos, não surgirão mais, pelo menos se as coisas continuarem como estão hoje. São movimentos de mudança, de renovação e de melhoria que não surgirão enquanto esses segmentos continuarem apáticos como estão. O que mais me preocupa é a apatia da juventude. É a inexistência do movimento estudantil. O jovem, que por excelência é um reformador, é um inconformado, é quem fala e quem quer mudar as coisas, está apático, ensimesmado, preocupado com o pequeno espaço de vida, restrito às suas comodidades, ao bem-

estar, preocupado com a sua família e nada mais do que isso. O jovem perdeu a flama, a vontade de mudar as coisas. Isso é terrível.

Com a devida vênia dos advogados presentes, a Ordem dos Advogados do Brasil — a grande porta-voz das reivindicações desde a época da Independência, antes mesmo de existir Faculdade de Direito neste País, aqueles que vinham de Paris ou de Coimbra lutaram pela Independência, depois pela República, pela libertação dos escravos, contra Getúlio, contra os militares, em 1964 — hoje é apática. Um segmento importante, o da advocacia, está representado por um órgão que ainda goza de credibilidade social, que é porta-voz dos anseios da sociedade, mas que não está exercendo mais esse papel.

Parece que depois da redemocratização do País, a Ordem dos Advogados do Brasil enrolou suas bandeiras, guardou no armário, e outras não vieram substituí-las, como se o Brasil não precisasse da grande bandeira da regeneração social, da justiça social, do retorno a princípios esquecidos.

A sociedade está vivendo um momento de grande apatia, com exceção de um movimento que aflora: o movimento da solidariedade social, surgindo através das ONGs, das entidades de trabalho social. Movimento louvável, mostra que a sociedade está se preocupando, não sei se por solidariedade, ou por egoísmo. Uma questão de autopreservação é dividirmos, melhorarmos a situação do povo, uns por solidariedade, outros até com o sentimento de autopreservação. A verdade é que está havendo uma grande movimentação da sociedade em prol da diminuição desse fosso social. Mas a participação do exercício do poder ainda continua absolutamente da mesma forma.

A questão da participação encontra um outro obstáculo, que diz respeito ao autoritarismo.

O autoritarismo do político, especialmente o do Executivo, é um dado a ser discutido, refletido, para ser modificado. Não há nenhuma razão política, filosófica para que o detentor de um mandato se arvore em detentor da verdade. Ao contrário. Ele tem de ser um espaço aberto para receber a verdade daqueles que ele representa — a verdade, a vontade, o anseio, a aspiração — e se transformar num porta-voz disso. Mas ele ocupa o cargo e a partir daí, ouvindo, quando muito, meia dúzia de companheiros de partido, de ideologia, ou amigos ligados por outros interesses, ele passa a governar em todos os

setores de forma impositiva. Ele não discute, não consulta, não vai à praça, não se senta à mesa com seus representados. Ele se arvora, porque se julga absolutamente senhor das soluções para todos os problemas que se apresentam ao seu redor. Ele é o dono da verdade.

Esse autoritarismo é manifesto. Essa postura é possível, porque há mecanismos para que ele imponha sua vontade. A medida provisória é um desses mecanismos. As pressões políticas, a pressão econômica, são outros mecanismos de exercício impositivo do poder. Esse exercício impositivo do poder impede que o povo divida com o governante o exercício do poder — o povo, por mais essa razão, fica alijado desse exercício, afastado do governante, que não o ouve — aliás, não só não o ouve como o menospreza.

Essa questão tornou-se muito nítida nesses oito anos de modelo econômico. A impressão que se tem é de que os homens que dirigem as esferas e os espaços tributários e fiscais, os espaços econômicos, os espaços financeiros de mercado fizeram um complô, constituíram uma parceria, no sentido de dizer, e disseram entre eles e acreditaram, que sabem o que é melhor para o País, e serão as nossas regras, e só as nossas regras. O que vier contrariar essas nossas determinações, o direcionamento da gestão da coisa pública, segundo a nossa ótica, deverá ser rebatido, seja lá com que argumento for, seja lá de que forma.

Assistimos a cínicas manifestações de desculpas, ou melhor, nem de desculpas, mas de justificativas dessas, ou daquelas atitudes governamentais cínicas, manifestação para justificar o injustificável. Isso em todos os setores da vida pública nacional, porque todos eles fazem ouvidos de mercador à vontade popular, porque se julgam donos da verdade.

Sra. Presidente, Deputada Luiza Erundina, em boa hora esta Comissão foi instalada, por iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, e feliz foi a escolha de V.Exa. para presidi-la. É um alento, uma luz que surge. Faço um apelo, e me coloco à disposição, no sentido de que esta Comissão ocupe o maior número possível de espaços públicos, é preciso uma ampla divulgação da sua existência para que o povo possa entender que por meio das suas entidades tem um mecanismo correto e eficiente de participação, tem um mecanismo de exercício efetivo de poder. Claro que esta Comissão não esgota

outros instrumentos que possam surgir, e que deverão surgir, mas o povo saberá que pelo menos em relação a esta Comissão ela representa um canal onde o seu pensar, o seu querer, pode ser transmitido para esta Casa, que é a Casa dos seus representantes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luiza Erundina) – Obrigada, Dr. Cláudio Mariz de Oliveira pela brilhante exposição.

Concedo a palavra ao Dr. Ulisses Riedel de Resende, Diretor do DIAP.

O SR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE – Sra. Presidente, nobre colega Dr. Mariz, senhoras e senhores, inicialmente quero dizer da minha imensa satisfação em estar ao lado desta figura extraordinária, Luiza Erundina, grande batalhadora pela causa social, uma pessoa voltada ao bem público, ao interesse do País. Fico muito feliz, inclusive, como seu correligionário, por estar aqui ao seu lado participando deste empreendimento notável, que é a constituição desta Comissão. Feliz hora em que o Presidente desta Casa Aécio Neves teve a inspiração de criá-la como uma comissão permanente e, em hora mais feliz ainda, escolhê-la para presidir esta Comissão. Estou muito honrado por estar aqui, por participar desta Mesa para trocarmos algumas idéias sobre questão tão importante como esta, da democracia e soberania popular.

Gostaria de avançar um pouco sobre as questões filosóficas. Ainda ontem pudemos ver como elas são importantes para que possamos perceber e entender o mundo, a democracia, a soberania popular, a organização social em que vivemos e até o mundo em que estamos.

A primeira consideração que eu faria é a de que só existe um poder real: o povo. O povo é o único poder real. Os chamados Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário são poderes concedidos pelo povo. Na verdade, o único poder real é o povo dentro de uma sociedade democrática. Portanto, a soberania popular é fundamental para que exista uma verdadeira democracia. Sem ela jamais teremos uma verdadeira democracia.

Temos vivido ao longo das últimas décadas, no nosso último período, a chamada democracia representativa — é claro que é um avanço em relação ao passado histórico de ditaduras, de absolutismo,

de tantas coisas que temos conhecido. Mas ainda está distante de ser uma democracia, porque a verdadeira democracia se importa em saber exatamente o que pensam os eleitores e o povo e seguir a sua vontade. Assim como em qualquer instituição, seja numa sociedade econômica, seja numa sociedade civil, é importante a manifestação daqueles que dela participam. Sua soberania interna é sua assembléia. A assembléia do brasileiro é exatamente o próprio povo, que deve ter o poder de decidir as grandes coisas.

Penso que devemos, com muita rapidez, marchar para uma democracia direta de verdade. Hoje, não existe a menor dificuldade em sabermos o que é que o povo brasileiro pensa a respeito de qualquer questão. Todas as semanas, milhares e milhares — para não dizer milhões e milhões — de manifestações de vontade são apuradas através da Sena, da Quina, de vários elementos, que, com facilidade, com simplicidade, no mesmo dia, dizem quem conseguiu obter pontos ou não. Hoje, para sabermos o que o povo pensa a respeito de uma matéria qualquer é extremamente simples, dada a era eletrônica, com todos os dados que aí estão.

Por exemplo, esta semana foi votado na Câmara dos Deputados um projeto de flexibilização das leis do trabalho. As leis trabalhistas estão aí há sessenta anos. No entanto, mandam um projeto para ser votado em regime de urgência. Por que essa urgência? Repito — há sessenta anos estão aí as leis trabalhistas. Será que é para cumprir algum compromisso? Qual é a razão disso? Trata-se de uma matéria que poderia ser submetida à apreciação do povo. Tenho certeza de que os trabalhadores deste País jamais aceitariam a flexibilização dos seus direitos, mesmo porque essa flexibilização representa, na verdade, a supressão de direitos. O que é flexibilizar? É deixar de ser uma norma cobrada efetivamente, um direito impositivo, enquanto a lei estabelece padrões mínimos. A lei trabalhista é de ordem pública e precisa ser cumprida. Estabelece-se uma norma no sentido de que possa ser cumprida em determinadas circunstâncias, mas em outras não. Vimos que realmente a democracia participativa, direta, precisa ser aprimorada.

O que é democracia? Entramos num terreno muito interessante de observar, porque a terminologia muitas vezes nos engana. Uma mesma palavra pode ser usada em sentidos diferentes. Se

perguntarmos para um neoliberal o que é democracia, ele dirá, certamente, que é economia de mercado. Para ele a idéia de democracia é a liberdade econômica, sem freios, sem limites. Se perguntarmos o que é democracia para uma pessoa com uma mentalidade progressista, com uma mentalidade socialista, ela vai dizer que é um governo que atende a todos os integrantes do povo sem que existam excluídos. Todos têm que ser atendidos pela organização da sociedade, sem discriminações, sem protecionismo. Verificaremos, então, que existem pensamentos antagônicos para as mesmas palavras. Por isso, temos que ter cuidado com o que falamos, porque não basta usar a palavra democracia, a palavra liberdade. É preciso dizer exatamente o que entendemos por democracia e liberdade.

Democracia com excluídos, com miséria, é uma falácia. Nenhum país do mundo pode se intitular de democrata, se nele existem miseráveis e excluídos. A própria palavra democracia, dentro de uma visão correta, deve alcançar todos. Essa democracia não pode ser apenas o direito de votar apenas nos períodos eleitorais, deve ser, sim, uma democracia econômica, cultural, em que todos participam da vida cultural, das riquezas do País e não apenas uma elite. Uma democracia de elite é um projeto de democracia, um caminho, mas não é a democracia.

Soberania popular. É interessante observar que quando usamos a palavra popular ela dá um sentido exato à palavra soberania. Temos que olhar a questão da soberania com muito cuidado. Será que nosso País, hoje, é um Estado soberano? Será que um País endividado, que tem que se curvar a imposições do Fundo Monetário Internacional, pode proclamar-se como um país soberano? Será que no contexto mundial de globalização, em que as grandes multinacionais, as grandes corporações passam a ter mais poder do que muitos estados, podemos falar em soberania de vários países? A questão da soberania precisa ser examinada em profundidade, porque uma coisa é a soberania do Estado, outra é a popular, que é interna.

Acho que soberania do Estado é matéria para outro seminário, mas deve ser debatida. Até que ponto somos soberanos e temos, cada vez mais, nos comprometido, e até quando poderemos alterar isso.

Vamos falar agora de soberania popular. A soberania popular é fundamental porque é exatamente a possibilidade de o povo se

expressar. Hoje temos, como ponto mais alto da soberania popular, o voto. O ápice da soberania é o voto. O voto acontece, hoje, numa sociedade capitalista, onde muitos são eleitos por força dos recursos que têm e não realmente pelo apreço do povo. Até que ponto essa democracia não fica conspurcada? Será que não teríamos que pensar melhor nesse processo, no investimento dos recursos nas eleições? Todos sabemos que aqueles que têm mais recursos se elegem com maior facilidade. É claro que existem aquelas grandes figuras, e aqui está a Deputada Luiza Erundina, que pelo seu valor, seu peso elegem-se, estão aqui, e merecem todo nosso respeito. Até que ponto nossa democracia representativa é corrompida, corroída, conspurcada, com o fato de que uns podem usar milhões numa eleição, muito mais recursos do que outros?

Outra questão é a mídia. Sabemos que a maior parte dos meios de comunicação está nas mãos de grupos. Até que ponto o voto, que representa essa soberania popular, não é também corroído com o fato de que a mídia fica prioritariamente nas mãos de grupos? Agora querem abrir a mídia para grupos do exterior, para o capital estrangeiro. É preciso que haja livre acesso aos meios de comunicação como um dos elementos para a efetivação dessa soberania popular. Infelizmente, não caminha. Não estou fazendo aqui um pronunciamento derrotista, pelo contrário. Estamos num momento, digamos, de realce da soberania popular, em que temos uma comissão de participação popular e a TV Câmara, que transmitirá esses pronunciamentos para o Brasil inteiro. Isso é democracia. TV Câmara e TV Senado, comissão de legislação popular são democracia. Não estou dizendo que o Congresso não seja democracia. Ele é democracia, claro que é. Aliás, uma das peças mais importantes, se não a mais importante da democracia, é o Congresso Nacional aberto com os parlamentares exercendo seu papel. Mas só que o processo eleitoral precisa ser aprimorado para que represente melhor a vontade do povo. E no dia em que pudermos — da mesma forma, como mencionei, que nos manifestamos nos cartões jogando na Sena, na Quina — votar em questões importantes para o Brasil, então alcançaremos uma democracia direta, expressiva. Tenho certeza de que o povo corretamente informado não erra. Só erra quando é mal-informado e fica pensando que uma pessoa tem uma posição, quando

a pessoa pensa de maneira diferente do seu discurso. Aliás, essa tem sido a posição do DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Respeitamos plenamente o posicionamento de todas as pessoas. É fundamental respeitar as divergências; é fundamental respeitar que um tenha uma posição progressista e o outro não. Mas é fundamental que haja honestidade nas palavras. Aquele que está fazendo um pronunciamento a favor dos trabalhadores, que realmente vote com os trabalhadores. E se estiver fazendo um posicionamento contrário, que vote contrário. Mas que haja lealdade nesse processo de escolha eleitoral.

É interessante observar a questão das bandeiras. As chamadas Esquerdas tomam determinadas bandeiras. Tenho observado que, imediatamente, as “chamadas” Direitas — digo chamadas porque essa questão de Esquerda e Direita tem muitos relativos, como poderemos examinar — pegam essas mesmas bandeiras e saem. Há pouco tempo, por exemplo, a Esquerda passou a falar em cidadania; e imediatamente a Direita passou a falar em cidadania.

Particpei de um debate no Rio de Janeiro, na Fundação Getúlio Vargas, em que o tema era cidadania. O meu debatedor só falava em cidadania. Mas a sua cidadania era salve-se quem puder, era neoliberalismo, era o direito individual. Não tinha nada a ver com o direito coletivo de todos, com a cidadania para todos. Felizmente, em outro debate que participei no Itamaraty — e tive a honra de ter na minha mesa a presença do Betinho —, o Betinho dizia que o importante é observar que existem dois tipos de cidadania: a cidadania daqueles que estão defendendo interesses individuais e a cidadania daqueles que estão defendendo interesses coletivos.

Assim, quando usamos termos como cidadania, democracia e liberdade, é preciso saber exatamente o que se está falando. Uma vez fui participar de um debate na UnB. Ele começou com o debatedor dizendo o seguinte para a platéia: “Vejam que fato interessante. O Dr. Ulisses Riedel que é tido como um esquerdista, um advogado trabalhista, ele vai fazer aqui o discurso dos dinossauros. Eu, que sempre fui tido como homem de Direita, vou fazer aqui o discurso da modernidade.” E começou o debate. Lembro-me bem que enquanto ele falava eu fiquei pensando: será que eu sou um dinossauro? Será que eu tenho que rever minhas posições ou devo ser dinossauro

mesmo? Isso me fez pensar. Foi extraordinário porque me obrigou a pensar sobre a questão das nossas posições.

Lembro-me que ontem o Saraiva nos dizia que as coisas mudaram muito e que ficamos com muitas incertezas. Quero dizer ao Saraiva que abençoadas sejam nossas incertezas. A pior coisa do mundo são os donos da verdade, porque os donos da verdade sempre são autoritários, sempre são cruéis, sempre querem impor seus valores, não importando saber se são bons ou maus. Eles não representam um posicionamento democrático, que deve existir dentro de uma sociedade. Mas é claro, se vivemos em um mundo com tantas incertezas, e acontecem tantas transformações, devemos tentar entender um pouco melhor esse mundo e o que está acontecendo, e até os nossos próprios valores.

A busca da verdade é muito importante. Não podemos ser donos da verdade. Temos que ser buscadores da verdade. É como buscador da verdade que passei a pensar e tentar entender: será que sou um dinossauro? E aí vem minha análise. Acho que, em primeiro lugar, é preciso uma valorização das diferenças. Isso é muito importante. Muito mais do que respeitar as diferenças, temos que valorizar as diferenças. Abençoado seja nosso povo, nosso planeta, nosso mundo, com muitas posições ideológicas, religiosas, filosóficas diferentes. Quando algum país ou algum setor quiser impor a hegemonia do seu pensamento aos demais, realmente estaremos perdidos.

Diante dessa posição, passei a verificar o seguinte. O que são essas siglas partidárias: PTB, PT, PSDB, PMDB, PSB, PCdoB e tantas outras? Meu Deus, há tantas posições diferentes! O que é ser progressista? Quem é progressista? Na Rússia, agora, dizem que os que eram comunistas são reacionários. A coisa aqui mudou. Quem era reacionário passou a ser progressista. Eu preciso entender isso. Mas ao tentar entender, percebi algo que, para mim, passou a ser uma realidade. Posso estar errado e certamente mudarei de posição quando entender que estou errado. Passei a perceber que na humanidade só existem verdadeiramente duas posições. Se nós olharmos a história da humanidade — Roma, Grécia, Idade Média, o Brasil de hoje —, verificaremos que só existem duas posições.

Para que fique claro esse entendimento que vou tentar passar,

vou aos extremos. Em um extremo temos aqueles que são capazes de matar para defender interesses pessoais, até mesmo ilegítimos. No outro extremo, temos aqueles que são capazes de dar a própria vida para defender interesses que nem são seus, são interesses coletivos, do bem-estar da humanidade.

Deste lado, temos grandes vultos: Mahatma Gandhi, Nelson Mandela, Dalai Lama, Martin Luther King, Betinho, Madre Teresa de Calcutá e, por que não dizer, Jesus Cristo? Temos os grandes gigantes da humanidade, aqueles que doam sua vida pelo bem da humanidade. E em outra extremidade temos grandes facínoras, que para defender interesses pessoais matam e não têm a menor sensibilidade com os seres humanos.

Entre um extremo e outro há mil pontos, mas uma linha divisória. Existe um ponto, assim como numa balança, em que podemos distinguir se cada um de nós está atuando para o bem geral da humanidade ou apenas pelo bem e interesse pessoal de nossa família — meu pai, minha mãe e meu irmão —; se nossa posição ideológica é do bem-estar geral ou individual. Este é o grande divisor de águas. Se voltarmos a um século e meio atrás no Brasil, na época da escravidão, vamos ver dois grupos, os escravistas e os abolicionistas. Se voltarmos a qualquer época da História, à Inquisição, por exemplo, veremos aqueles que eram favoráveis e aqueles que eram contrários. Na época das ditaduras, existiam os favoráveis à liberdade e aqueles que eram contra. Os que sempre atuaram pelo bem da coletividade atuaram pela liberdade ética, verdadeira, pela igualdade e pela fraternidade. Aquela bandeira francesa tantas vezes mencionada por nós, podemos dizer, é divinamente inspirada. Uma sociedade livre, igualitária e fraternal é uma sociedade perfeita. Algumas pessoas dizem que é incompatível a liberdade com igualdade. Não há nenhuma incompatibilidade. Assim ocorre com o ser humano. O homem deve ser cuidadoso ou corajoso e ousado? Ele tem que ser as duas coisas. Ele tem que ser prudente e ousado, as duas coisas. Mas então alguém dirá: meio prudente, meio ousado, tem-se um equilíbrio. Não. Ele tem que ser totalmente prudente e totalmente ousado. Esse equilíbrio é que vai dar um ser que tenha atitude correta dentro da sociedade. Ser amoroso e firme, ser sábio e humilde, ser disciplinado e aberto para experiências, para a

espontaneidade, tudo isso que é válido para o ser humano também o é para o equilíbrio na sociedade coletiva. A sociedade coletiva tem que ser livre e igualitária. É esse equilíbrio das duas forças que vai construir, mas isso só será possível ser construído com a fraternidade.

Nós não vamos ter nenhuma sociedade livre, igualitária, imposta por ninguém, mas sim como uma conquista do povo, do ser humano em fazer uma organização social digna da raça humana.

Nós podemos lembrar aqui os pacifistas e os fabricantes de arma. Enquanto um pacifista está lutando para que vivamos num mundo de paz, o outro está ganhando dinheiro com cada bomba que é lançada. Os ecologistas e os destruidores da natureza, que para ganharem recursos econômicos não se incomodam em destruir uma floresta. Nós podemos ver aqueles que são a favor do bem coletivo e aqueles que são a favor do bem individual; aqueles que são a favor da liberdade de pensamento — seja política, religiosa, de todas as naturezas — e aqueles que são contrários a essa liberdade e querem impor seus valores. E, fundamentalmente, existem os que são escravistas e os que são os abolicionistas em todos os lugares do mundo. Há, no Direito do Trabalho, aqueles que são favoráveis a que exista uma tutela, uma proteção para o mais fraco, e aqueles que acham que deve haver uma autonomia de vontade para aquele que proteção não tem.

O problema é que nós vivemos numa mentalidade que leva àquilo que foi mencionado agora pelo Dr. Mariz, quando ele nos falava do desinteresse, da decepção da juventude. Os valores atuais, o valor do individualismo, o valor do salve-se quem puder, valor do consumismo, tudo isso não pode levar a ideais. A construção de ideais parte necessariamente do plural, do socorro àqueles que mais necessitam. Uma das coisas mais importante que se pode fazer por um filho é deixar no seu coração uma semente de idealismo, idealismo de ser um benfeitor da humanidade, idealismo de trabalhar para a construção de um mundo melhor. Esses são os valores que precisam ser disseminados.

Mas como vivemos numa sociedade equivocada, o valor que se desenvolve é o da competitividade, a palavra máxima dos neoliberais. Em vez de uns ajudarem os outros, competem com os outros, destroem os outros.

Eu sempre me lembro do exemplo da ilha. Lá não há ninguém, mas de repente chega uma pessoa que pode fazer o que quiser: desmatar, derrubar as mangueiras, se não gostar etc. Mas aí vem um segundo personagem. A partir do momento que surge esse segundo personagem, a relação desses dois é de cooperação ou de submissão um ao outro, e pode ainda não haver relação nenhuma, pode um estar jogando pedra no outro. A partir do momento em que existe uma relação, ela necessariamente tem que ser de cooperação. Se nós tivermos um foguete a caminho de Saturno com quarenta tripulantes, como é que vão conviver no período em que estiverem correndo pelo espaço? Eles têm que viver em cooperação, em solidariedade, em fraternidade, em amor entre si e não em competitividade.

Essa palavra competitividade é odiosa, porque, na verdade, separa as pessoas umas das outras. Só que o planeta Terra, ao invés de ser uma nave com quarenta habitantes, possui seis bilhões de habitantes. A única forma de darmos uma vida digna para a espécie, para a raça humana é através da solidariedade. Não é com ideologias políticas nem econômicas que este planeta — e hoje nós temos que pensar em termos planetários — terá a solução dos seus problemas. Nós vamos ter a solução no dia em que a fraternidade e o amor forem a pedra fundamental no coração de todos nós. E tudo isso está ligado à soberania de um povo, de uma nação, porque enquanto não tivermos pessoas que tenham esse sentido de solidariedade, nossos parlamentos serão egoístas, nossas organizações sociais serão egoístas, toda nossa estrutura será egoísta também.

É por isso que na raiz de tudo está o próprio homem. Nós temos que transformar o homem. Nós temos que trabalhar juntos, e isso é política. Eu não estou falando de coisas alheias à política, porque o resultado da política da organização social depende verdadeiramente da transformação do homem.

Nós devemos continuar com nossas incertezas, mas dentro delas não tenhamos medo de ser chamados de dinossauros. Sempre que uma proposta for feita contra o interesse geral da coletividade, devemos estar contra ela, quer nos chamem de reacionários, de retrógrados, de dinossauros, do que quer que seja. Nós precisamos efetivamente estar ao lado do bem da coletividade e não do bem individual, porque o bem individual, muitas vezes, está em

contraposição ao interesse da coletividade.

Quero dizer duas palavras sobre a expressão “liberdade”. Uma vez eu debatia com um diretor da OIT, e ele me perguntava: “Mas quem pode ser contra a liberdade?” É claro que ninguém é contra a liberdade, mas o problema é mais complexo. Se a liberdade não for ética, é uma liberdade selvagem. Eu não posso ser a favor da liberdade que permite ao mais forte explorar o mais fraco.

Esses preceitos precisam estar amparados na ética, que, no fundo, é fraternidade, solidariedade, amor. Nós precisamos de um mundo livre, mas a liberdade que queremos não é a liberdade de explorar; tem que ser a liberdade que leva à posição da igualdade, do tratamento fraterno, da resolução dos problemas humanos de forma realmente adequada para a sociedade.

Então, o que fazer? Primeiro, fazer coisas como esta: contar com lideranças como a Deputada Luiza Erundina e outros, que são dedicadas pessoas ao bem geral da coletividade; apoiar esses trabalhos; apoiar o trabalho de uma comissão como esta. É importante que esta Comissão tenha os resultados mais expressivos. Se nós amamos a democracia, a soberania popular, a liberdade, o bem-estar da humanidade, temos que valorizar esta Comissão.

É preciso, ainda, apoiar atuações dessa natureza; apoiar trabalhos comunitários, como o da TV Câmara, da TV Senado, das tevês comunitárias. Todos esses trabalhos comunitários precisam ser apoiados e valorizados.

Mas como mexermos na questão de valor? A história do Brasil é a história da escravidão. O primeiro navio negreiro chegou aqui em 1548. A abolição ocorreu em 1888. Houve três séculos e meio de escravidão. A história do Brasil é a história da escravidão, é o escravo fazendo rua, ponte, estrada, construindo prédios, plantando, colhendo, transportando, enfim, fazendo tudo.

E por que a sociedade daquele momento aceitava um valor como esse? Nós vamos dizer: eles eram bárbaros. Quando os escravos fugiam, eram caçados como animais. Por isso dizemos que os que compactuavam com aquilo eram bárbaros. Já pensaram o que os homens do futuro falarão de nós? O que falarão de nós no ano 3000, 4000, 5000, se não arrebentarem o planeta antes? O que falarão da nossa civilização? Nós seremos classificados como bárbaros. Guerras

mundiais, guerras intermináveis, guerras religiosas, luta por poder desmedido, insensibilidade total é o que deixaremos para a sociedade do futuro nos conhecer.

Nós vivemos como um povo bárbaro! Nós temos que ter consciência disso e de que temos que mudar, porque a sociedade em que vivemos é o resultado da mente coletiva. Da mesma forma que ela mudou, hoje não existe mais a escravidão direta, nós temos que mudar os valores da nossa sociedade.

Como nós vamos fazer isso? Eu acho que os novos valores têm que ser defendidos individualmente. Se cada um de nós defender esses valores, nós criaremos uma mente coletiva que possibilitará a sua transformação. Devemos defender a liberdade ética, e não a liberdade de um explorar o outro; a igualdade de oportunidades, igualdade que não permita discriminações, de modo que uns não sejam preteridos em relação aos outros por mero protecionismo; a solidariedade humana, para que os problemas humanos sejam resolvidos dentro de um princípio de solidariedade e que criemos realmente uma organização social digna da raça humana.

Além disso, temos que lembrar que o mundo é regido por leis. Não estou falando das leis do Congresso Nacional, mas das forças primárias da natureza. Se nós formos à NASA assistir ao lançamento de um foguete, e o foguete que deveria ir para a Lua se perder no espaço, veremos que os cientistas vão-se reunir e perguntar: “Onde nós erramos?” Eles não vão dizer que o foguete errou. Por quê? Porque o mundo é regido por leis. A ciência é isso. O cientista cria uma hipótese, transforma-a numa tese e, depois, num determinado momento, prova a descoberta de uma lei da natureza, da física, da química ou da matemática.

Mas não é só nas ciências exatas que isso ocorre; nas ciências humanas também existem leis. O amor sempre aproxima e traz alegria. O ódio sempre afasta e cria infelicidade.

Nós precisamos perceber que para atuar neste mundo e transformá-lo temos que conhecer um pouco melhor essas leis, para trabalharmos com o positivo, como ontem foi dito aqui, de forma maravilhosa, pelo Prof. Mário Sérgio Cortella. Nós temos que estar calcados na esperança, na certeza de que podemos fazer, de que temos condições de fazer, que temos que lutar para fazer e não desanimar

nunca.

Alguém lembrou Mandela, que ficou vinte e sete anos preso. Quando estava preso há vinte e cinco anos, disseram-lhe: “Nós concordamos que você saia da cadeia se você assinar este documento que diz que você não vai participar da política”. Ele respondeu: “Os prisioneiros não fazem contratos”. Se ele não tinha liberdade, como poderia fazer um contrato? Seria algo falso, absolutamente falso. Ele, com sua coragem, disse a verdade aos que lhe fizeram a proposta.

Mandela — no meu entender, um dos maiores estadistas que já pisou neste planeta — teve a categoria tão elevada de permanecer fiel à sua posição que, quando eleito Presidente, convidou para fazer parte do seu governo pessoas que faziam parte daquele grupo que tinha explorado o povo da África do Sul. São gigantes como esse que nós precisamos realmente admirar.

Um dos grandes problemas que nós estamos sofrendo, ao meu ver — e eu estou filosofando —, é a ilusão da separatividade. Nós sempre olhamos o outro e pensamos: “Ah, porque o outro isto, o outro aquilo.” Isso ocorre sempre, seja o outro um país ou outra pessoa.

Nós não percebemos que vivemos num mundo de interdependência de todos nós. A cultura que nós temos, a comida que comemos, a roupa que vestimos, tudo é fruto do trabalho de milhões e milhões de pessoas, durante muitas e muitas gerações.

Hoje de manhã nós comemos pão no café da manhã. Alguém plantou aquele trigo, alguém o colheu, beneficiou e transportou; alguém preparou o pão e, talvez, até o tenha trazido até a nossa mesa. Apesar disso, nós comemos aquele pão sem perceber que estamos relacionados com todo um passado de atuação de milhares de pessoas — mesmo porque aquele trigo foi plantado durante gerações e gerações — numa vida individualista, em que parecemos não ter nada a ver com os outros.

A roupa que cada um de nós está vestindo não caiu do céu; ela foi feita, o pano foi costurado. Os sapatos que usamos foi feito por alguém; o instrumental todo que aqui está, o prédio em que estamos foi construído por alguém. A vida é uma vida de interligação, de interdependência. O ar que respiramos é o mesmo. A água que hoje está no nosso corpo amanhã estará na natureza. Depois, em outro corpo. Nós vivemos uma vida coletiva e queremos defender uma vida

de salve-se quem puder, de competitividade uns contra os outros. Isto é um grande equívoco.

Nós, nesta ilusão de separatividade, temos uma visão totalmente equivocada da realidade.

Deputada Luiza Erundina, mais uma vez eu proclamo a importância do trabalho de V.Exa., como Deputada e Presidente da Comissão. V.Exa. tem um trabalho gigantesco a fazer, porque nós precisamos que as pessoas entendam que o mundo somos nós. Não podemos partir da idéia de que existe um povo lá, os parlamentares aqui e as autoridades lá. O mundo somos nós. Todos nós somos construtores, e essa participação é exatamente a que dá a soberania do povo: participar na estrutura e na organização de um Estado e de uma sociedade. Por isso, quero desejar o melhor resultado, com o apoio incondicional do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar a esta Comissão e ao seu trabalho.

Para concluir, sinto que no fundo eu estou falando o óbvio. Falei da coisa mais simples do mundo. Existe uma ONG chamada União Planetária que defende a paz mundial e sustenta que isso é muito simples. Ela tem o seguinte slogan: “Um bolo de chocolate só pode ser feito com chocolate; um mundo de fraternidade só pode ser feito com fraternidade”. É o óbvio. Se nós queremos um mundo de fraternidade, um mundo de solidariedade, temos que construir essa solidariedade. Nossos valores não podem ser aqueles valores individualistas. Nossos valores têm que ser necessariamente os valores do bem comum. (*Palmas.*)

ANEXO 1

DISCURSO DO SENADOR BERNARDO CABRAL (PFL-AM)

Senhores Parlamentares,
Senhoras e Senhores:

Sinto-me honrado com o convite que me foi feito para participar do Seminário “Democracia e Soberania Popular”, organizado pela recente e inovadora Comissão Permanente de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. Tentarei, sucintamente, abordar os principais mecanismos de participação popular nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, contidos na Constituição de 1988.

Nossa Constituição consagra a democracia representativa com viés para a democracia participativa. Não foi sem razão que o Presidente da Câmara na época, o saudoso Deputado Ulysses Guimarães, chamou-a de Constituição Cidadã. A intenção é transformar a democracia política, em sentido estrito, em uma democracia social, com o correr dos tempos. Na prática, luta-se por uma maior participação popular nas decisões tomadas em todos os níveis governamentais. A participação popular transformou-se em instrumento de construção da cidadania e enriquece o processo democrático.

Os mecanismos de participação popular junto ao Legislativo estão relacionados no art. 14 da Constituição Federal e consistem em plebiscito, referendo e iniciativa popular. Esses incisos foram regulamentados pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998. Tais institutos colaboram no controle do poder político.

Tendo como principal finalidade uma consulta prévia à população sobre questão política ou institucional, antes da decisão definitiva, o plebiscito, que não faz parte das tradições constitucionais brasileiras, só foi utilizado uma única vez, após promulgada a Constituição. Conforme mandamento estabelecido no art. 2º do Ato

das Disposições Constitucionais Transitórias, em 7 de setembro de 1993, o eleitorado brasileiro decidiu sobre a forma republicana de governo e o sistema presidencialista.

São quatro as situações em que o plebiscito pode ser usado de acordo com a Constituição Federal: como exercício da soberania popular; como exercício do direito do cidadão de um estado ou território federal a manifestar-se sobre a sua subdivisão, desmembramento ou anexação a outro; como exercício do direito do cidadão de um município a manifestar-se sobre a criação, incorporação, fusão ou desmembramento desse município ou de parcela dele, após a divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, e como exercício de sua soberania para definição da forma e sistema de governo, em data determinada. Só o Congresso Nacional pode convocar o plebiscito.

É competência exclusiva do Congresso Nacional a autorização para realização do referendo popular, que consiste na submissão de projetos de lei aprovados pelo Legislativo ao exame dos cidadãos. Alguns requisitos são exigidos: pedido de determinado número de eleitores, de certo número de parlamentares ou do próprio chefe do Executivo. A aprovação do projeto dependerá de votação favorável do corpo eleitoral. Como a Constituição não definiu as regras para o referendo, cabe ao Congresso instituí-las, até mesmo para a matéria constitucional, ou elaborar lei que contenha os critérios para o seu exercício.

A diferença entre plebiscito e referendo repousa em que, no primeiro, a manifestação popular precede o processo legislativo ou político e o vincula definitivamente à decisão e, no segundo, a manifestação é posterior à decisão tomada, valendo apenas para confirmá-la ou rejeitá-la. O primeiro é consultivo e o segundo, deliberativo.

O terceiro inciso do art. 14 trata da iniciativa popular para apresentação, pelos cidadãos, de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito, no mínimo, por 1% do eleitorado nacional, distribuídos pelo menos em cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles, conforme preconiza o § 2º, do art. 61, de nossa Carta Magna. O § 4º, do art. 27, da Constituição remete à lei a iniciativa popular no processo legislativo estadual. E a iniciativa

popular de projetos de lei de interesse específico dos municípios, da cidade ou de bairros deverá constar da lei orgânica municipal, pela manifestação de, pelo menos, 5% do eleitorado, conforme reza o art. 29 e seu inciso III.

Esses dispositivos foram regulados pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998. O projeto de lei de iniciativa popular deve tratar de um assunto único e não pode ser rejeitado por vício de forma. No caso de impropriedades de técnica legislativa ou redação, serão essas corrigidas pelo órgão competente da Câmara dos Deputados.

Como exigência de número necessário de assinaturas para a apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular perante a Câmara dos Deputados é excessiva, raramente esse novo instituto pode ser utilizado. Entretanto, essa Casa do Congresso decidiu facilitar os procedimentos populares, criando, em maio deste ano, a Comissão de Legislação Participativa, perante a qual tenho a honra de falar. Instalada em 8 de agosto, com 31 membros e igual número de suplentes, essa Comissão facilitará o aproveitamento de sugestões legislativas enviadas à Casa, provindas de associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas, exceto partidos políticos. Se aprovadas pela Comissão, serão transformadas em proposições legislativas de sua iniciativa.

No Senado Federal, tramita um projeto de resolução de autoria da Senadora Marina Silva visando à mesma finalidade. Criada a comissão, surge a oportunidade de encaminhamento de proveitosas sugestões advindas da sociedade brasileira que, por falta de caminho a trilhar, costumam ser abandonadas.

Dentre as garantias constitucionais inovadoras em que o cidadão pode intervir diretamente junto aos Poderes estão o *habeas-data* e o mandado de injunção. O primeiro consiste em um recurso que pode ser utilizado sempre que os responsáveis por informações pessoais constantes de registros e bancos de dados governamentais ou de caráter público se recusarem a fornecer tais informações aos próprios interessados. Protege o direito à informação, tão violado no regime militar. Já o mandado de injunção, que pode ser individual ou coletivo, consiste em uma decisão judicial sobre uma norma para caso concreto, permitindo ao interessado o exercício de direitos e liberdades que dizem respeito à soberania e à cidadania previstos na

Constituição e ainda não regulamentados.

Perante o Judiciário, além do mandado de injunção, encontram-se a ação popular, a ação civil pública no âmbito da Defensoria Pública, o mandado de segurança coletivo e a ação direta de inconstitucionalidade. A ação popular pode ser impetrada por qualquer cidadão brasileiro com vistas à proteção do patrimônio público, histórico e cultural, do meio ambiente e da moralidade administrativa diante de um ato lesivo, imoral ou ilegal. Mais ampla, a ação civil pública permite que se entre na justiça para proteger outros direitos coletivos ou difusos, além dos anteriores. Essa ação pode ser movida pelo Ministério Público, por associações juridicamente constituídas, como os partidos políticos com representação no Congresso Nacional, e pelas entidades de classe.

O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical ou associação legalmente constituída, no interesse de seus associados contra qualquer autoridade municipal ou estadual ou agente de entidade pública.

A ADIN – ação direta de inconstitucionalidade, constitui-se em um instrumento de proteção da própria Constituição e da legalidade, quando não há leis sobre determinado assunto ou, havendo lei, é ela contrária aos princípios constitucionais. Podem ser autores da ADIN: o Presidente da República, as Mesas do Senado e da Câmara Federal, os partidos políticos com representação no Congresso Nacional, a Ordem dos Advogados do Brasil e as entidades sindicais e de classe de âmbito nacional com mais de um ano de existência legal, o Procurador-Geral da República, as Mesas das assembleias legislativas e os governadores de estado.

Outra inovação da Carta Magna foi a criação da ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Quando falta legislação complementar ou regulamentadora de dispositivo constitucional essa ação pode ser proposta como garantia para conferir juridicidade e normatividade fática às regras constitucionais respectivas.

No âmbito do Executivo, a Constituição procurou fortalecer, de várias maneiras, a participação popular, ao descentralizar diversos serviços que, com a ajuda da sociedade, poderão ser desenvolvidos e melhor fiscalizados. Isso vale especialmente para os municípios. Assim, o controle social sobre a prestação de serviços municipais deve

se dar com a participação direta da comunidade. Mesmo com alguns avanços na área, o campo da administração da coisa pública ainda tem muito a oferecer, inclusive privilegiando espaços da iniciativa privada por meio de parcerias.

Os conselhos municipais e os comitês populares, implementados nas áreas de saúde, educação, transporte coletivo e gestão orçamentária têm tido êxito razoável. É bem verdade que dependem da atuação do prefeito municipal e do interesse da população local para poderem desenvolver-se adequadamente. A Constituição prevê, no inciso XII, do art. 29, a cooperação das associações representativas no planejamento municipal e, no parágrafo 3º, do art. 37, diz que a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente as reclamações relativas à prestação de serviços públicos em geral, o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos do governo e a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. Tais normas são referentes ao Poder Executivo, exclusivamente. Ainda no campo do Executivo devemos lembrar uma preciosa conquista da sociedade brasileira: a defesa do consumidor prevista no inciso XXXII do art. 5º da Constituição e consubstanciada, posteriormente, no Código de Defesa do Consumidor.

A participação popular direta na elaboração orçamentária dos poderes públicos da União, dos estados e dos municípios é mecanismo eficaz para cumprimento dos mandamentos constitucionais. Algumas grandes cidades, como Porto Alegre e Belo Horizonte, já mostraram os benefícios que o orçamento participativo acarreta para a população local, não só legitimando as ações governamentais mas aproximando os governantes dos reais problemas da população.

Quando se trata de saúde e assistência social, a Constituição foi clara nos arts. 198 e 204, consagrando a participação da comunidade na organização das ações e serviços de saúde e na formulação das políticas e no controle das ações governamentais na área de assistência social. Devemos também lembrar o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pela Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, que deve contar

com a participação de representantes da sociedade civil. Essa nova forma de democracia participativa dá aos governos uma transparência saudável, uma vez que estabelece o controle social sobre os gastos públicos.

Senhoras e Senhores, a exigüidade de tempo não permite esgotar o assunto. Para finalizar, lembraremos que outros mecanismos administrativos de participação popular, especialmente, no âmbito do Executivo estão à disposição dos cidadãos: pedido de informação; petições em defesa de direitos contra ilegalidade e contra abuso de poder; obtenção de certidões; fiscalização das contas municipais; exames de licitações e possibilidade de impugnação de editais; denúncias de irregularidades e ilegalidades, entre outras.

Espero que o povo brasileiro compreenda a importância de sua participação nas decisões governamentais. Espero que a colaboração popular se torne cada dia mais eficiente. Espero que a sociedade brasileira esteja consciente da importância de sua ação e colabore devidamente para que seu País se aprimore como estado democrático de direito, exemplo para outros povos. Espero, finalmente, que todos os cidadãos brasileiros estejam aptos para exercer sua cidadania em benefício da Pátria.

Era o que tinha a dizer
Muito obrigado.

ANEXO 2

Quadro I

RELATÓRIO RESUMO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO DISTRITO FEDERAL 1995-1998

RA	1995			1996			1997			1998		
	Participantes	Delegados	Conselheiro	Participantes	Delegados	Conselheiro	Participantes	Delegados	Conselheiro	Participantes	Delegados	Conselheiro
I – Brasília	724	74	3	1.202	121	4	1.196	119	4	704	71	3
II – Gama	582	52	3	1.554	156	5	1.544	156	5	2.594	260	7
III – Taguatinga	1098	110	4	2.220	223	6	3.103	309	8	2.611	260	7
IV – Brazlândia	397	40	2	606	59	3	683	70	3	1.027	103	4
V – Sobradinho	1157	115	4	2.255	226	6	1.542	153	5	2.255	226	6
VI – Planaltina	484	50	3	1.912	192	5	1.802	179	5	3.303	331	8
VII – Paranoá	2347	234	6	1.077	108	4	1.199	119	4	1.324	135	4
VIII – N. Bandeirante	244	25	2	1.057	108	4	613	62	3	1.142	116	4
IX – Ceilândia	986	99	3	4.093	408	10	4.130	414	10	2.965	302	8
X – Guará	765	76	3	1.164	116	4	1.046	106	4	934	94	3
XI – Cruzeiro	386	39	2	694	69	3	587	59	3	718	74	3
XII – Samambaia	2153	216	6	3.224	322	8	8.426	844	18	6.097	611	14
XIII – Santa Maria	686	69	3	1.328	133	4	1.536	154	5	4.884	488	11
XIV – São Sebastião	453	45	2	739	75	3	547	54	3	1.172	119	4
XV – R. Emas	458	46	2	1.653	165	5	2.030	203	6	1.879	187	5

Continua

Continuação

XVI – Lago Sul	111	11	2	169	17	2	446	46	2	186	19	2
XVII – R. Fundo	386	39	2	834	84	3	760	76	3	853	86	3
XVIII – Lago Norte	750	75	3	1.298	130	4	1.253	126	4	857	86	3
XIX – Candangolândia	480	48	2	642	64	3	473	47	2	249	25	2
TOTAL	14.647	1463	57	27.721	2.776	86	32.916	3.296	97	35.754	3.593	101

Núcleo Coordenador do Orçamento Participativo do Distrito Federal
 SEPN 511 Edifício Bittar II 1º andar
 Telefone/Fax (061) 274-9511/274-4611

Quadro II

RELATÓRIO RESUMO DOS TEMAS MAIS SOLICITADOS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO DISTRITO FEDERAL 1995-1998

TEMAS	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)
Urbanização	15,46	22,09	31,02	28,80
Educação	8,83	14,57	16,52	15,44
Segurança Pública	12,79	13,25	13,03	13,52
Cultura, Desporto e Lazer	5,49	6,91	6,10	9,20
Saúde	10,69	10,67	9,49	8,11
Energia Elétrica	5,29	5,73	5,29	5,99
Transporte, e Infra-estrutura Viária	4,73	6,41	5,19	5,87
Saneamento Básico	11,35	6,96	4,95	4,94
Assistência Social	0,39	134	1,39	2,75
Políticas Públicas	10,35	4,17	3,50	2,41
Outros	12,69	510	2,06	1,57
Meio Ambiente	1,95	278	1,45	1,40
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Núcleo Coordenador do Orçamento Participativo do Distrito Federal
SEPN 511 Edifício Bittar II 1º andar
Telefone/Fax (061) 274-9511/274-4611

Quadro III
COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISTRIBUIÇÃO DE
RECURSOS, POR REGIÃO ADMINISTRATIVA
1996-1999

Região Administrativa	Valor Tesouro GDF 1996	Valor Tesouro GDF 1997	Valor Tesouro GDF 1998	Valor Tesouro GDF 1999
RA I – Brasília	3.306.682	5.265.992	5.654.762	4.561.324
RA II – Gama	6.641.325	6.827.731	6.101.191	4.971.098
RA III – Taguatinga	10.372.951	7.878.151	6.696.429	5.433.526
RA IV – Brazlândia	3.802.534	7.895.546	7.137.095	4.101.243
RA V – Sobradinho	13.883.741	7.381.606	5.000.714	4.046.243
RA VI – Planaltina	4.827.717	10.167.551	11.512.667	5.454.526
RA VII – Paranoá	4.348.000	6.858.731	5.208.333	4.277.456
RA VIII – N. Bandeirante	4.251.899	4.989.496	4.571.428	2.774.566
RA IX – Ceilândia	2.100.000	9.813.071	8.482.143	6.820.809
RA X – Guará	5.806.990	5.252.101	4.674.286	3.699.422
RA XI – Cruzeiro	10.234.720	5.252.101	3.869.048	3.468.208
RA XII – Samambaia	3.629.096	8.928.573	7.886.905	6.538.168
RA XIII – Santa Maria	19.053.310	9.191.176	7.827.238	5.317.919
RA XIV – S. Sebastião	10.944.790	11.445.556	5.654.762	4.448.064
RA XV – R. Emas	7.470.974	9.053.961	6.581.190	4.971.098
RA XVI – Lago Sul	1.293.982	3.676.471	3.125.000	1.965.318
RA XVII – R. Fundo	6.535.702	5.777.311	4.286.857	3.583.815
RA XVIII – Lago Norte	2.142.922	2.888.655	2.976.190	2.367.139
RA XIX – Candangolândia	4.352.164	4.713.000	2.529.762	1.965.318
TOTAL	124.999.499	133.254.780	109.776.000	80.765.260

Núcleo Coordenador do Orçamento Participativo do Distrito Federal
SEPN 511 Edifício Bittar II 1º andar
Telefone/Fax (061) 274-9511/274-4611

Quadro IV

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS, POR TEMA NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO DISTRITO FEDERAL

1996-1999

R\$ 1,00

TEMAS	1996	1997	1998	1999
Pavimentação e Drenagem	40.000.000	45.430.597	33.731.272	23.618.597
Educação	26.650.000	30.756.000	25.887.567	19.743.133
Transporte e Infra-Estrutura Viária	2.920.000	15.202.500	13.123.942	10.442.398
Cultura, Desporto e Lazer	-	7.725.610	9.554.989	7.714.025
Segurança Pública	3.945.928	4.162.002	6.432.496	6.057.014
Energia Elétrica	1.537.631	4.933.184	5.451.229	4.717.128
Saúde	13.580.000	14.236.240	2.447.214	3.748.003
Assistência Social	-	1.413.500	2.139.398	2.394.808
Outros	-	1.066.367	1.231.892	1.509.894
Saneamento Básico	36.365.940	8.328.780	9.776.000	820.260
TOTAL	124.999.499	133.256.777	109.777.997	80.767.259

Núcleo Coordenador do Orçamento Participativo do Distrito Federal
SEPN 511 Edifício Bittar II 1º andar
Telefone/Fax (061) 274-9511/274-4611

Quadro V

RESUMO DA SITUAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Situação/ Ano	1996		1997		1998		TOTAL	
		R\$ 1.000,00		R\$ 1.000,00		R\$ 1.000,00		R\$ 1.000,00
Concluídas	442	172.776,10	207	29.328,10	10	1.678,90	659	203.783,10
Andamento Normal	60	63.009,30	183	99.123,40	102	7.450,60	345	169.583,30
Não Iniciadas	29	18.605,60	96	37.317,10	563	114.800,30	688	170.723,00
Total	531	254.391,00	486	165.768,60	675	123.929,80	1692	544.089,40

Núcleo Coordenador do Orçamento Participativo do Distrito Federal
SEPN 511 Edifício Bittar II 1º andar
Telefone/Fax (061) 274-9511/274-4611

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	Nome	Entidade/Órgão de Origem
1.	<i>Adhemar Lopes de Almeida</i>	CUT
2.	<i>Adriana Rosa Alves</i>	Estudante
3.	<i>Alberto Fernando da Rocha Carneiro</i>	Estudante
4.	<i>Aldemir Luna Sousa</i>	
5.	<i>Alex Navarro</i>	Estudante
6.	<i>Alex Pierre Piloto de Sousa</i>	Câmara dos Deputados
7.	<i>Alexandre Ayres de Lima</i>	Estudante
8.	<i>Aline Bosaipo do Vale</i>	Câmara dos Deputados
9.	<i>Alysson de Sá Alves</i>	DIAP
10.	<i>Ana Maria Fernandes</i>	SBPC
11.	<i>Ana Paula Sampaio Volpe</i>	Estudante de Ciências Políticas na UnB
12.	<i>Ana Vujnovic</i>	PFL
13.	<i>Antônio Barbosa Oliveira</i>	ASIVEG
14.	<i>Antônio Gonçalves da Silva Sobrinho</i>	Associação Brasileira de Educadores
15.	<i>Antônio Henrique Soares de Barros</i>	PDT/DF
16.	<i>Antônio M. Santos Melo</i>	Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada
17.	<i>Antônio Ribamar A. de Castro</i>	Câmara dos Deputados
18.	<i>Antônio Sabino de Vasconcelos Neto</i>	Câmara dos Deputados
19.	<i>Apeles Pacheco</i>	Serviço Educacional Filantrópico Evangélico
20.	<i>Arilda Ferreira de Sousa</i>	Ministério dos Transportes
21.	<i>Breno Silva Corrêa</i>	Estudante
22.	<i>Bruno Ambrósio</i>	Estudante
23.	<i>Carlos Alberto Macedo Cidade</i>	Confederação Nacional da Indústria
24.	<i>Carlos Saraiva</i>	Médico
25.	<i>Célia Santos</i>	ASIVGE
26.	<i>Celma da Penha Reis</i>	PSC/DF
27.	<i>Christine Helena Costa Jacarandá Moreira</i>	Câmara dos Deputados

28.	<i>Cícera Bezerra de Moraes Palmares</i>	Fundação Cultural Palmares
29.	<i>Cláudia Lopes Barbosa</i>	Secretaria de Educação do DF
30.	<i>Clelson Pereira Carvalho</i>	Faculdade Euro-Americana
31.	<i>Cristiane Andrea Gomes Rocha</i>	Estudante
32.	<i>Daniel Naves</i>	
33.	<i>David Terena</i>	Instituto Americano das Culturas Índias do Brasil
34.	<i>Diego Lopes Luna Sousa</i>	Estudante
35.	<i>Diego Carlos Soria Valdes</i>	Estudante
36.	<i>Diego Luís Rodrigues Santos</i>	
37.	<i>Dimas Enéas Soares Ferreira</i>	SINPRO/MG
38.	<i>Divina Aparecida Moreira A. Martins</i>	
39.	<i>Edécio Vigna</i>	INESC
40.	<i>Edgilson Tavares</i>	Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento
41.	<i>Edna Maria Glória Dias Teixeira</i>	Coordenação de Preservação de Bens Culturais
42.	<i>Eduardo Dalbosco</i>	
43.	<i>Elenalva Lorenço França</i>	MLCP
44.	<i>Eleusa das Graças Vasconcelos Marques</i>	Movimento da Unidade por uma Política de Comunhão - Movimento Humanidade Nova – Movimento dos Focolares
45.	<i>Elias Castro Castilho</i>	Câmara dos Deputados
46.	<i>Elson de Araújo Silva</i>	
47.	<i>Enildo L. Correia Vasconcelos</i>	Banco do Nordeste do Brasil
48.	<i>Érico Nunes Cristofari</i>	
49.	<i>Esdras Neves Almeida</i>	Juiz
50.	<i>Evaldo Cabral</i>	União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil
51.	<i>Fernanda Pires Isaac Borges</i>	
52.	<i>Francisco de Assis Silva</i>	
53.	<i>Francisco Sales Pereira de Souza</i>	Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Distrito Federal
54.	<i>Genqizcan Brito Simões</i>	Defensoria Pública
55.	<i>Geraldo Pereira Teixeira</i>	
56.	<i>Graziela Dias Teixeira</i>	UnB

57.	<i>Guidborgongne Carneiro Nunes da Silva</i>	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
58.	<i>Gustavo Henrique Cocentino Ramos</i>	Estudante da UnB
59.	<i>Iaris Magalhães Cortês</i>	CFEMEA
60.	<i>Inês Hatsue Mori Alves da Silva</i>	Instituto Vida Verde
61.	<i>Iram de Jesus Alves</i>	
62.	<i>Izac Francisco da Silva</i>	SINDSPREV
63.	<i>Izaías Almeida dos Santos</i>	SEED/GEA
64.	<i>Jacqueline Fernanda R. Fontineli</i>	Câmara dos Deputados
65.	<i>Jane Maria Rezende</i>	União Nacional dos Garimpeiros e Mineradores do Brasil
66.	<i>James Lewis</i>	Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior
67.	<i>Janice Silva</i>	UnB
68.	<i>Joana Alves</i>	
69.	<i>João Carlos Fernandes de Almeida</i>	Gabinete do Deputado José Rocha
70.	<i>João Luiz Angelim</i>	Câmara Municipal de Rio Branco – AC
71.	<i>João Mariano Nóbrega</i>	ASIVGE
72.	<i>João Valdevino da Silva Neto</i>	
73.	<i>Joaquim Lopes Saraiva</i>	
74.	<i>Jolei Cesar Tavares Pereira</i>	SINDSPREV/RJ
75.	<i>Jonas Alves da Silva</i>	Instituto Vida Verde
76.	<i>Jorge Fernandes da Silva</i>	
77.	<i>Jorge Santana de Araújo</i>	CPT – PROER
78.	<i>José A. Caetano Oliveira</i>	Artway Ltda.
79.	<i>José Alves de Oliveira</i>	Secretaria de Educação
80.	<i>José Carlos Ranquel</i>	INCRA
81.	<i>José Carlos Soares</i>	Câmara dos Deputados
82.	<i>José Domingos da Costa</i>	
83.	<i>José Davi Xavier</i>	
84.	<i>José Ernanne Pinheiro (Padre)</i>	CNBB
85.	<i>José Flávio da Paz</i>	SEED/GEA
86.	<i>José Luiz Ferrer de Oliveira</i>	FENTECT
87.	<i>José Luiz do Nascimento</i>	
88.	<i>José Manoel da Silva Maciel</i>	
89.	<i>José Maria de Lima</i>	ADA

90.	<i>José Pereira dos Santos</i>	SINDIQUINZE
91.	<i>José Teógenes Abreu</i>	Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no DF
92.	<i>José Vicente A. Pereira</i>	UEG – Formosa
93.	<i>Josefina Martins Bosaipo do Vale</i>	Câmara dos Deputados
94.	<i>Júlio Cesar Tavares Pereira</i>	SINDSPREV/RJ
95.	<i>Jurandir João Bahia Ferreira</i>	Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada
96.	<i>Levon Yeganiantz</i>	
97.	<i>Lígia Moura da Silva</i>	Estudante
98.	<i>Liszt Vieira</i>	PUC/RJ
99.	<i>Lívia Isabele Mayer Blaskevicz</i>	Presidência da República
100.	<i>Luanna Sant'anna Roncaratti</i>	
101.	<i>Luciana Duarte da Silva</i>	
102.	<i>Luiz Carlos Ribeiro Pereira.</i>	SINDPREV/RJ
103.	<i>Luiz Fenelon P. Barbosa</i>	INESC
104.	<i>Luiz Gomes Filho</i>	EDEN
105.	<i>Macleuler Costa Lima</i>	
106.	<i>Madair de Jesus Silva Monteiro Costa</i>	Câmara dos Deputados
107.	<i>Manoel Amaral Alvim de Paula</i>	Câmara dos Deputados
108.	<i>Marcel Ribeiro Tarquínio Daltro</i>	
109.	<i>Marcelo Badaró Abrantes</i>	MBA
110.	<i>Marcelo Victor Nery da Silva</i>	Centro Universitário de Brasília
111.	<i>Marco Aurélio Angelo Rosa</i>	
112.	<i>Marcos Antônio Eleutério Monteiro</i>	Associação de Igrejas Metodistas
113.	<i>Marcos Domiciano dos Santos</i>	
114.	<i>Marcos Verlaine da Silva Pinto</i>	DIAP
115.	<i>Marcus Castanhola</i>	UBEC
116.	<i>Maria da Glória Batista</i>	PLANAL21-ONG
117.	<i>Maria Dalva Teixeira Santos</i>	Movimento da Unidade por uma Política de Comunhão – Movimento Humanidade Nova – Movimento dos Focolares
118.	<i>Maria das Dores Gentil Soares</i>	Câmara dos Deputados
119.	<i>Maria Emília Magalhães</i>	Gabinete do Deputado Gilmar Machado
120.	<i>Maria Eronildes Torres Auler</i>	Câmara dos Deputados
121.	<i>Maria Lúcia de Santana Braga</i>	DIAP

122.	<i>Maria Madalena da Silva Carneiro</i>	OAB/DF
123.	<i>Marija Vujnovic</i>	PFL
124.	<i>Marília Silva de Oliveira</i>	
125.	<i>Mariza Aparecida Machado</i>	PFL
126.	<i>Mariza Helena Ferreira</i>	
127.	<i>Marya Aparecida Machado</i>	PFL
128.	<i>Mathildes Pereira Ribeiro Castilho</i>	Câmara dos Deputados
129.	<i>Mônica Gonçalves Cardoso</i>	TV Câmara
130.	<i>Mourival Monteiro Costa</i>	Câmara dos Deputados
131.	<i>Nestor Pedro Karduner</i>	Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida
132.	<i>Odila de Lara Pinto</i>	Banco do Brasil
133.	<i>Oriel Marcos de Carvalho</i>	Jornal do Planalto
134.	<i>Osmar Cyreno Pinheiro</i>	ASA/Câmara dos Deputados
135.	<i>Osni Calixto</i>	PT
136.	<i>Pablo Rafael Coêlho Antunes</i>	
137.	<i>Patrídacia Azevedo</i>	Câmara dos Deputados
138.	<i>Paula Maria Cobucci R. Coelho</i>	
139.	<i>Paulo Henrique Abreu de Oliveira</i>	Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da CLDF
140.	<i>Paulo José Wanderley Braga</i>	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
141.	<i>Pedro Gordilho</i>	
142.	<i>Pedro Jorge Gomes de Lima</i>	SINDSPREV/RJ
143.	<i>Pedro Wilson (Prefeito)</i>	Prefeitura de Goiânia
144.	<i>Railson Silva Guilhon</i>	
145.	<i>Raimundo Nonato Silva Costa</i>	Comissão Representativa dos Garimpeiros de Serra Pelada
146.	<i>Regina Célia Braz da Costa</i>	
147.	<i>Ricardo C. de Vasconcelos Cals</i>	Movimento Juvenil pela Unidade
148.	<i>Roberta Gebrin Guimarães</i>	Câmara dos Deputados
149.	<i>Roberto Almeida de Oliveira</i>	UNEGRO
150.	<i>Robinson de Paula Batista</i>	Colégio Militar de Brasília
151.	<i>Rosângela Azevedo Corrêa</i>	Faculdade de Educação da UnB
152.	<i>Samir P. Santos</i>	Câmara dos Deputados
153.	<i>Sandra Silva de Sousa</i>	Câmara dos Deputados
154.	<i>Sandro Alex de Oliveira Cezar</i>	SINDSPREV/RJ
155.	<i>Sebastião Paulo da Silva</i>	SESC
156.	<i>Sérgio Machado Faust</i>	
157.	<i>Shirley Coelho</i>	SINDSPREV/RJ
158.	<i>Teresa Cristina Félix Costa</i>	Câmara dos Deputados

159.	<i>Tereza Cristina Barbosa</i>	Câmara dos Deputados
160.	<i>Tereza Ferreira da Silva</i>	Conselho de Defesa dos Direitos do Negro
161.	<i>Thiago Borges Skaf</i>	Estudante da UnB
162.	<i>Thiago Vasconcelos Marques</i>	Movimento Juvenil pela Unidade
163.	<i>Tibúrcio do Vale Neto</i>	Câmara dos Deputados
164.	<i>Valdivio Francisco de Souza</i>	Comissão Representativa dos Garimpeiros de Serra Pelada
165.	<i>Valéria da Costa Lima Billafan</i>	Estudante
166.	<i>Valéria Memória</i>	CNI
167.	<i>Vicente de Paulo Costa de Souza</i>	AGROPEC/DF
168.	<i>Vivian Bosaipo do Vale</i>	Câmara dos Deputados
169.	<i>Waldomiro F. de Souza</i>	
170.	<i>Wagner Moreira Cavalcante</i>	Câmara dos Deputados
171.	<i>Wânia C. de Almeida Santayana</i>	Conselho dos Direitos Humanos – MG
172.	<i>Wellingson Silva Paiva</i>	UnB
173.	<i>Williams Silva de Paiva</i>	Universidade Federal do Piauí
174.	<i>Zenilda Delva da Silva</i>	

SIGLÁRIO

A

AC - Estado do Acre
ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade
AL - Estado de Alagoas
AP - Estado do Amapá
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
ASA - Associação dos Aposentados
ASIVEG - Associação da Solidariedade e Integração de Valparaíso de Goiás e Entorno

B

BA - Estado da Bahia
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

C

CE - Estado do Ceará
CEASA - Centrais de Abastecimento S.A.
CEGRAF - Centro Gráfico do Senado Federal
CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CLDF - Câmara Legislativa do Distrito Federal
CLP - Comissão Permanente de Legislação Participativa
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNI - Confederação Nacional da Indústria
CONAM - Confederação Nacional de Associação de Moradores
COREDES - Conselho Regional de Desenvolvimento
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT - PROER - Centro de Produções Técnicas - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
CUT - Central Única dos Trabalhadores

D

DF - Distrito Federal
DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

E

EDEN - Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Humano
ES - Estado do Espírito Santo

F

FENTECT - Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos
FUNAI - Fundação Nacional do Índio

G

GO - Estado de Goiás

I

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos

L

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

M

MA - Estado do Maranhão
MG - Estado de Minas Gerais
MLCP - Movimento de Luta pela Casa
Própria
MOVA - Movimento de Alfabetização de
Jovens e Adultos
MT - Estado do Mato Grosso

N

NASA - North American Space Agency

O

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OIT - Organização Internacional do
Trabalho
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas

P

PB - Estado da Paraíba
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PE - Estado de Pernambuco
PFL - Partido da Frente Liberal
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento
Democrático Brasileiro
PPB - Partido Progressista Brasileiro
PPS - Partido Popular Socialista
PR - Estado do Paraná
PRONAF - Programa Nacional de
Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PSDB - Partido da Social Democracia
Brasileira
PSL - Partido do Solidarismo Libertador
PST - Partido Social Trabalhista
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PUC - Pontifícia Universidade Católica

R

RJ - Estado do Rio de Janeiro
RN - Estado do Rio Grande do Norte
RS - Estado do Rio Grande do Sul

S

S.A. - Sociedade Anônima
SBPC - Sociedade Brasileira para o
Progresso da Ciência
SC - Estado de Santa Catarina
SE - Estado de Sergipe
SEED/GEA - Secretaria de Estado de
Educação do Governo do Estado do
Amapá
SENAC - Serviço Nacional de
Aprendizagem Comercial
SESC - Serviço Social do Comércio
SINDIQUINZE - Sindicato dos Servidores
Públicos Federais da Justiça do Trabalho
da 15ª Região
SINDSPREV - Sindicato dos Trabalhadores
Públicos Federais em Saúde e
Previdência Social
SINPRO - Sindicato dos Professores
SP - Estado de São Paulo

T

TO - Estado de Tocantins

U

UBEC - União Brasil Educação e Cidadania
UEG - Universidade Estadual de Goiás
UnB - Universidade de Brasília
UNEGRO - União de Negros pela Igualdade

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Endereço: Câmara dos Deputados – Praça dos Três Poderes
Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121 e 122
CEP 70160-900 – Brasília – DF
Telefones: 318-7958/318-7959 – Fax: 318-2889/318-2491
E-mail: clp.decom@camara.gov.br